

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JOSÉ MARIA DOS SANTOS RODRIGUES

CONSIDERAÇÕES À ADESÃO NO BRASIL AO NEOLIBERALISMO: uma análise histórica da política econômica brasileira de 1985 a 2011 a partir de Michel Foucault

Belém – PA
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696c Rodrigues, José Maria Santos.
Considerações à adesão no Brasil ao neoliberalismo: uma análise histórica da política econômica brasileira de 1985 a 2011 a partir de Michel Foucault / José Maria Santos Rodrigues. — 2026.
104 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Roberto de Almeida Pereira Barros Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Belém, 2026.
1. Foucault. 2. neoliberalismo. 3. biopolitica.
4. governabilidade. 5. Brasil. I. Título.

CDD 172

JOSÉ MARIA DOS SANTOS RODRIGUES

CONSIDERAÇÕES À ADESÃO NO BRASIL AO NEOLIBERALISMO: uma análise histórica da política econômica brasileira de 1985 a 2011 a partir de Michel Foucault

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.
Linha de Pesquisa: Estética, Ética e Filosofia Política

Orientador: Professor Dr. Roberto Barros

Belém – PA
2026

JOSÉ MARIA DOS SANTOS RODRIGUES

CONSIDERAÇÕES À ADESÃO NO BRASIL AO NEOLIBERALISMO: uma análise histórica da política econômica brasileira de 1985 a 2011 a partir de Michel Foucault

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

DATA DA AVALIAÇÃO: 09/06/2026

CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA:

_____

Professor Dr. Roberto de Almeida Pereira de Barros
(Orientador – PPGFIL/UFPA)

_____

Professora Dra. Maria dos Remédios de Brito
(Examinador Interno – PPGFIL/UFPA)

_____

Professor Dr. Thiago Fortes Ribas
(Examinador Externo – PPGE/UFRJ)

Belém – PA

2026

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, antes de qualquer coisa, uma dádiva, uma oportunidade rara. Dedico este trabalho a uma feirante, Natalina, minha mãe, e a um porteiro residencial, José, meu pai, que, mesmo com tantas dificuldades, criaram e educaram três filhos. Hoje, na condição de pai, eu entendo o quanto foi difícil a tarefa deles, que mesmo com precárias condições econômicas e pouca instrução, criaram e educaram os filhos. Quero agradecer também a minha segunda família: minha esposa Siraíra Filha e minha filha Sophia Manuella S. S. Rodrigues, pela paciência e pelos momentos difíceis que toda família passa; daí a importância da base, que é a família.

Agradeço imensamente à Universidade Federal do Pará, local em que desde 2016 é minha segunda casa: nela vivi angústias e vitórias que jamais esquecerei. Precisamente, agradeço ao meu centro de pesquisas inicial, à Faculdade de Filosofia (FAFIL), e ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL).

Ao meu orientador, Professor Dr. Roberto Barros, por sempre impulsionar da melhor maneira possível esta pesquisa, ajudando com livros, orientações, sugestões. Não poderia deixar de agradecer ao Prof. Dr. Ernani Chaves, pois foi meu orientador na graduação, onde não tive oportunidade de agradecer.

Como professor, agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha caminhada, desde aqueles que me ensinaram a ler e escrever como aqueles que me introduziram na pesquisa em filosofia.

RESUMO

Este estudo apresenta uma investigação do neoliberalismo e sua adesão no Brasil, a partir do processo de redemocratização com o fim da ditadura militar, baseado nos conceitos filosóficos de Michel Foucault. No estudo analisaremos a adesão no Brasil ao neoliberalismo que ocorreu principalmente a partir da década de 1990, após a crise econômica dos anos 1980. O neoliberalismo é uma corrente econômica que defende a redução da participação do Estado na economia, à abertura ao mercado internacional e a valorização da iniciativa privada. Para tanto, no estudo sopesaremos os conceitos filosóficos de Michel Foucault "biopolítica", "biopoder", "neoliberalismo" e "governamentalidade", articulando-os aos contextos históricos que marcam a relevância dessas ferramentas de análise. Retomamos a problemática fundamental de Foucault para compreendermos como o poder se desenvolve e passa a conduzir a vida das pessoas a partir da governamentalidade. Este conceito está articulado ao desenvolvimento do liberalismo e de sua evolução, o neoliberalismo. Para este fim, utilizaremos, sobretudo, os cursos *segurança, território, população, o nascimento da biopolítica* e e*m defesa da sociedade* cotejado com a análise de fontes secundárias. O presente estudo será à base de uma investigação do neoliberalismo no contexto histórico e econômico no Brasil, analisando as condições de adesão ao programa neoliberal. Á luz do pensamento de Michel Foucault analisaremos os dados da evolução econômica e documentos históricos, buscaremos compreender a recepção do neoliberalismo no Brasil desde o fim da ditadura militar, perpassando os primeiros governos democráticos brasileiros de José Sarney (1985) a Luiz Inácio Lula da Silva (2003), explicitando os mecanismos que articularam a adesão no Brasil ao neoliberalismo.

Palavras-chave: Foucault; biopolitica; neoliberalismo; governabilidade; Brasil.

ABSTRACT

This study investigates neoliberalism and its adoption in Brazil - beginning with the process of redemocratization following the end of the military dictatorship - drawing upon the philosophical concepts of Michel Foucault. The analysis focuses on the adoption of neoliberalism in Brazil, which took place primarily from the 1990 onwards, in the wake of the economic crisis of the 1980. Neoliberalism is an economic school of thought that advocates for reduced state involvement in the economy, openness to international markets, and the promotion of private enterprise. To this end, the study will weigh Michel Foucault's philosophical concepts of "biopolitics," "biopower," "neoliberalism," and "governmentality," linking them to the historical contexts that underscore the relevance of these analytical tools.

This study is based on an investigation of neoliberalism within Brazil's historical and economic context, analyzing the conditions under which the neoliberal program was adopted. Drawing on the thought of Michel Foucault, we will analyze data on economic trends and historical documents to understand the reception of neoliberalism in Brazil from the end of the military dictatorship - spanning the early democratic administrations of José Sarney (1985) through Luiz Inácio Lula da Silva (2003) - and elucidate the mechanisms that facilitated Brazil's adoption of neoliberalism.

Key-words: Foucault; biopolitics; neoliberalism; governmentality,Brazil.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Tabela 1 - Estimativa desconto efetivo proporcionado plano Brady ao Brasil 1994 54

Tabela 2 - Quadro de variáveis macroeconômicas internas 1977/1988 58

Tabela 3 - Quadro de privatização do governo Fernando Collor 64

Tabela 4 - Quadro de privatizações do governo Itamar Franco..... 68

Tabela 5 - Quadro de privatização nos anos 1991/1994..... 70

Tabela 6 - Quadro de privatizações primeiro governo Fernando Henrique Cardoso.....73-74

Gráfico 1 - Composição acionária da Vale Rio Doce após a privatização..... 76

Gráfico 2 - Composição acionária da Light após a privatização..... 78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9
1. NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT 11
1.1 Estado liberal 15
1.2 Neoliberalismo 23
1.3 Considerações sobre a biopolítica e neoliberalismo em Foucault 37
2. LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO MUNDIAL 38
2.1 Colóquio Walter Lippmann 41
2.2 Conceito de neoliberalismo 42
2.3 Considerações sobre o neoliberalismo no contexto mundial 44
3. RECEPÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL 45
3.1 Consenso de Washington 46
3.1.1 O Brasil no Contexto do Consenso de Washington **48**
3.2 Plano Brady 51
3.3 A crise econômica brasileira 56
3.4 Presidente José Sarney (1985-1990) 59
3.5 Presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) 62
3.6 Presidente Itamar Franco (1992-1995) 68
3.7 Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) 71
3.7.1 Privatização da TELEBRÁS 74
3.7.2 Privatização da Companhia Vale do Rio Doce 76
3.7.3 Privatização da Light 77
3.8 Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) 79
3.9 Influências neoliberais na educação brasileira 84
3.10 Considerações sobre a recepção neoliberal no Brasil 88
CONCLUSÃO 95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 99

INTRODUÇÃO

No curso *Nascimento da biopolítica*, proferido entre 1978 e 1979 no *Collège de France*, Michel Foucault empreendeu um proveitoso debate sobre o neoliberalismo, perpassando pela análise do liberalismo e a partir da avaliação de uma série de conceitos econômico-políticos, ligados à emergência da burguesia e do capitalismo industrial. Não se trata de uma análise passo a passo, mudança por mudança, das transformações que o liberalismo e o neoliberalismo sofreram ao longo de sua história. Foucault, em sua obra, situa o surgimento político e teórico do liberalismo e convida a compreender a situação emergente do neoliberalismo no contexto de crise da economia de mercado. Nesse sentido, o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, influenciou o surgimento da concepção de neoliberalismo.

Michel Foucault dedicou parte de seus estudos, produzidos nos anos 1970, à elaboração de um projeto geral, que se pode chamar de história política da "governamentalidade". O conceito de governamentalidade é um neologismo criado por Foucault para apresentar a maneira como os governos, historicamente, conduziram as condutas dos homens e das populações, como ponto de análise para as relações de poder que são por ela estabelecidas.

O trabalho de Foucault sobre a crise do liberalismo ou crise da governamentalidade encontra-se ligado às crises do capitalismo, tensão que desnuda os limites do problema prático da intervenção política. Estes temas sobre a "governamentalidade" e o "liberalismo" têm sido objeto de leituras e apropriações mais diversas. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo fazer uma reconstrução do pensamento de Michel Foucault sobre esses temas, restabelecendo sua pertença ao conjunto maior da reflexão do filósofo francês e, ao mesmo tempo, situá-lo em relação aos problemas políticos que estavam postos pela cultura de maneira mais ampla, isto é, sua vinculação às questões contemporâneas.

Devemos ressaltar a forma como Foucault avalia o liberalismo e o neoliberalismo, tomando-os não somente como teorias econômicas, mas como práticas de governo. Essa governamentalidade empreendedora que caracteriza o *homo oeconomicus* neoliberal, diferentemente do *homo oeconomicus* liberal, não nasce naturalmente com o sujeito, mas deve ser estimulada e desenvolvida por meio de instituições que formem nessas pessoas as competências necessárias para reproduzir determinados comportamentos.

Diante disso, ver-se-á como se deu a passagem do sistema econômico liberal para o neoliberal no contexto mundial, visando entender e interpretar essa dinâmica no âmbito

filosófico-econômico, sobretudo ressaltando os efeitos do neoliberalismo no Brasil, durante os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

A pesquisa está dividida em três capítulos, sendo cada capítulo acompanhado de uma sinopse dos principais tópicos. O primeiro capítulo cumpre o objetivo de destacar o funcionamento do neoliberalismo em Michel Foucault, partindo de conceitos precisos, tais como “biopoder”, “biopolítica” e “governamentalidade”. Para tanto, focaremos no curso *Nascimento da biopolítica* (1979) como eixo principal da pesquisa.

No segundo capítulo, trata-se de fazer uma analogia em relação aos conceitos analisados anteriormente, demonstrando a articulação do neoliberalismo nas tendências políticas e econômicas do mundo. Assim, será discutido como surge a designação que fica famosa, neoliberalismo, entre os principais economistas. O contexto cultural, político e social de seu nascimento é marcado por eventos que reordenaram o cenário político em escala global, como, por exemplo, o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, que impulsionou o neoliberalismo enquanto corrente de pensamento supostamente capaz de equilibrar a crise financeira liberal.

No terceiro capítulo, tendo como pressuposto algumas premissas da análise foucaultiana realizada anteriormente, demonstrar-se-á como os governos brasileiros foram aderindo gradativamente ao neoliberalismo, fazendo uma análise que passa pelo Consenso de Washington e o Plano Brady – medidas econômicas que tinham como objetivo proporcionar estabilidade macroeconômica. Por conseguinte, será apresentada uma consideração desse modelo de governança no país, partindo do final do governo militar de João Figueiredo e passando pelos governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Com isso, utilizando instrumentos teóricos foucaultianos, pretende-se demonstrar como o neoliberalismo e suas práticas atravessaram todos esses governos, marcando a adesão do Brasil ao neoliberalismo, com a influência neoliberal do fundo monetário internacional (FMI) e do banco mundial (BM) no Brasil durante a crise da dívida externa. Para conceder empréstimos e apoio financeiro, essas instituições recomendaram políticas econômicas baseadas no neoliberalismo. Entre as principais medidas defendidas estavam à redução dos gastos públicos, as privatizações de empresas estatais, a abertura da economia ao mercado internacional, a diminuição da intervenção do Estado na economia e a adoção de políticas de controle da inflação.

1. NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT

Michel Foucault (1926-1984), filósofo contemporâneo, nascido em Poitiers, na França, foi quem formulou uma interpretação acerca de como as práticas e os saberes vêm se desnudando e transformando as relações sociais nesses últimos séculos, desembocando naquilo que constitui o processo de produção do "sujeito moderno". A partir de seus cursos, são fornecidos elementos para pensar com criticidade o presente, propiciando uma abordagem atual que relaciona o conceito de biopolítica a uma ferramenta associada ao neoliberalismo.

A partir de 1970, Foucault conduziu seus estudos filosóficos para entender as relações de poder e para compreender um âmbito político marcado pelo aprimoramento das práticas a conduta dos indivíduos. Essa mudança se deu após sua eleição para o magistério no *Collège de France*, em História dos Sistemas de Pensamento, ocasião em que ministrou inúmeros cursos a respeito das formas de controle das sociedades e do reordenamento comportamental dos indivíduos. Com o desenvolvimento dos seus estudos, o filósofo francês teorizou sobre o dispositivo característico do biopoder como gestão da vida da população, a qual denominou de "biopolítica".

O termo "biopolítica" utilizado na obra foucaultiana, tem sua origem associada ao desenvolvimento político escandinavo, com o cientista político, sociólogo e jurista sueco Johan Rudolf Kjellén (1864-1922), sendo formulado de maneira mais sistemática[1] por Foucault no primeiro volume da *História da sexualidade* (1976) e na seção final da série de palestras *Em defesa da sociedade* (1976). O conceito remonta a uma forma moderna de poder, a qual se concentra objetivamente na vida, tanto no que tange ao sujeito particular quanto ao próprio sujeito coletivo, isto é, uma forma de governar concentrada na esfera biológica das populações – natalidade, sexualidade, mortalidade, etc.

Segundo Foucault, a sociedade capitalista está ligada ao biopoder, pois este havia sido "um elemento indispensável no desenvolvimento do capitalismo, [e] isso só poderia ser afirmado ao preço da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e através de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos" (Foucault, 2012, p. 185). Assim, as demandas corporais se tornam elementos de controle político, instrumentalizando o campo biológico para sofisticar a cooptação dos sujeitos. Com isso, a medicina se destaca enquanto estratégia biopolítica (Foucault, 1979, p. 46).

[1] O termo já havia aparecido na conferência "O nascimento da medicina social", proferida em 1974 no Rio de Janeiro, mas receberia maior aprofundamento apenas em 1976.

Nesse sentido, essa forma atual de poder não pode ser vista simplesmente como uma visão político-ideológica, mas sim como uma série de procedimentos elaborados para assumir o controle da conduta dos indivíduos. Esses procedimentos podem ser chamados de "dispositivos disciplinares" e são mecanismos próprios da modernidade, dirigindo um processo de adestramento e docilização do humano, os quais visam à proeminência sobre os processos de subjetivação e sujeição (Santos, 2015, p. 44).

Para elucidar essa questão, faz-se necessário demonstrar como essas práticas de controle diferem das práticas do modelo clássico de poder. Para tanto, Foucault (2010a, p. 243), na sua aula de 17 de março de 1976, de *Em defesa da sociedade*, destaca que um dos atributos fundamentais na teoria clássica da soberania era o direito de vida e de morte: nas monarquias absolutistas, o soberano possuía poder integral sobre a vida dos súditos, a partir do qual a concessão da vida e da morte se torna a expressão máxima de poder. Nesse sentido, o monarca tem a posse dos súditos e as suas vidas estão subordinadas à sua autoridade e, por isso, à sua capacidade de punir ou eliminar. A vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade do soberano, condicionando esses aspectos em componentes políticos. Então, o poder do soberano sobre a vida só é exercido quando o soberano pode matar (Foucault, 2010a, p. 256).

Os súditos tinham de colocar suas vidas à disposição do soberano contra ataques externos, isto é, "sem 'se propor diretamente à sua morte' é-lhe lícito 'expor-lhes a vida', nesse sentido, exerce sobre eles um direito 'indireto de vida e morte'" (Foucault, 2012, p. 145). Por conseguinte, o soberano detinha poder de vida e morte sobre seus súditos, sendo exercido de forma direta quando um súdito desobedecia aos preceitos estabelecidos em suas leis – nesse caso, poderia matá-lo como forma de castigo. Esse poder simbólico, nesse período, era exercido por meio de confisco, o direito que o soberano detinha de ficar com parte das riquezas de seus súditos. Porém, o mais importante é que a vida se torna um componente político de gestão.

A partir da época clássica, o confisco das riquezas passa a ter a função de controle e de vigilância, deslocando-se para outro sentido, o de garantir sua própria vida. Foucault afirma, ainda, que nunca as guerras foram tão sangrentas como as que ocorreram a partir do século XIX. Dessa forma, já não era a defesa do soberano que estava em jogo, mas a defesa de todos: "populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver" (Foucault, 2012, p. 148).

Concomitante à guerra, a pena de morte foi, durante muito tempo, o direito de poder sobre a vida. Entretanto, a partir do momento em que se tem o poder de gerir a vida de alguns

em detrimento de outros, em função da guerra, a aplicação da pena de morte passa a ser suprimida (Foucault, 2012, p. 131).

Segundo Foucault (2012, p. 115), foi no fim do século XVIII que esse poder sobre a vida se desenvolveu sob duas formas: a primeira se concentrou no corpo das pessoas como máquinas (adestramento, ampliação das aptidões, sistema de controle eficaz e econômico); A segunda tem sua formação na metade do século XVIII, concentra-se no corpo-espécie (controle do nascimento e natalidade, nível de saúde, longevidade). Diante disso, passa a ocorrer um controle regulador do Estado, caracterizando o nascimento da biopolítica enquanto gestão da população. O autor identifica esse processo de modo evidente a partir do século XIX, diante das condições históricas que exigiam transformações estruturais mobilizadas pela nova forma de gerir a vida no capitalismo emergente, como, por exemplo, a disciplina da força de trabalho para a produção em larga escala. Nesse período, vemos o desenvolvimento das típicas instituições e ferramentas biopolíticas como projetos de saúde pública, medicina social, cemitérios e estatísticas, em que a dimensão biológica passa a compor decisivamente a política. Logo, esses dois polos representam "a disciplina do corpo e a regulação da população" como "o poder sobre a vida" (Foucault, 2012, p. 131).

Assim, o exercício desse novo poder se ramifica em duas direções complementares: por um lado, o desenvolvimento das práticas de disciplina; e, por outro, o desenvolvimento das disposições tecnológicas do poder para ampliar sua atuação sobre a gestão da população. Isso significa que existe uma nova racionalidade política que, por meio de táticas reguladoras, busca estabelecer as regularidades específicas da sociedade para melhor geri-la. Nesse sentido, essas tecnologias se consolidam a partir do século XIX, em que o corpo se torna instrumento de regulação a partir de sua disciplinarização. Desse modo, segundo Foucault (2012, p. 132), o "biopoder*"* foi indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, já que conseguiu integrar o controle dos corpos no aparelho de produção e regulação da vida a partir das demandas do processo econômico.

O autor salienta, ainda, que o sexo foi utilizado como pano de fundo, assumindo o foco de disputa política, baseado em dois eixos: faz parte da disciplina do corpo e, do outro lado, atua como agente regulador da população. As duas formas se caracterizam pela vigilância e controle: "o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie" (Foucault, 2012, p. 136).

Segundo Santos (2015, p. 46), Foucault identifica a existência do controle dos corpos, da família, do indivíduo e de um controle disciplinar tipicamente policial situado entre o final do século XVIII e o desenvolvimento histórico do século XIX. Assim, havia a existência de

programas voltados ao controle da saúde e da velhice; regras de higiene e pressões sobre a sexualidade familiar e conjugal, em longo prazo, características tipicamente biopolíticas. Nesse contexto, esclarece Foucault (2012, p. 109), para obter um maior nível de disciplina, a sexualidade da criança foi direcionada por meio de uma campanha pela saúde, acompanhada da medicalização das mulheres para sua esterilização como controle da instituição familiar e a salvação da sociedade. Esse conjunto de estratégias visava maximizar a produção dos indivíduos, não precisando apenas de disciplina, mas de uma sociedade estável que fosse capaz de produzir em larga escala: um trabalhador doente é um trabalhador que não produz.

O modelo político-econômico do século XIX se apresenta em contraste com o poder do modelo clássico. Até o século XVIII, a sociedade era organizada por meio de laços sanguíneos que representavam modos de aliança e de legitimidade. Dessa forma, as alianças familiares eram centralizadas e o poder era baseado na linhagem, hereditariedade, castas, nome e propriedade. Em contrapartida, no século XIX, o que predomina é a "analítica da sexualidade", isto é, o sexo se torna um eixo que articula o homem particular (sua disciplina, sua saúde e sua prole) à população (natalidade, mortalidade, eugenia, crescimento demográfico, etc.). Nesse sentido, com o exercício disciplinar, a sexualidade se torna objeto de investigação médica, de classificação científica, de regulação jurídica e familiar e de normatização moral (Foucault, 2010a, p. 299).

Para Foucault (2012, p. 142), foi no século XIX que ocorreu uma das mais importantes transformações do direito político da época, que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder. Isso representa um direcionamento de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de "estatização do biológico". Não houve substituição do direito da soberania de fazer morrer ou deixar viver, mas esse direito foi se modificando, configurando-se como um poder exatamente inverso: poder de "fazer" viver e de "deixar" morrer.

Por conseguinte, deve-se observar que a dinâmica de atuação da biopolítica se orienta em direção a uma série de fenômenos da vida, sejam eles contingentes (epidemias, acidentes no trabalho, deficiências, etc.) ou naturais (mortalidade, doenças, velhice, etc.). Essa nova razão de governo se mantém alicerçada no grau de previsibilidade do tecido social, sendo esses fenômenos decisivos para o capitalismo industrial, já que os corpos deixam de ser produtivos e se mantêm aquém do círculo econômico, precisando, portanto, de neutralização. Do ponto de vista foucaultiano:

> E é em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um

> só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade, etc. (Foucault, 2010a, p. 291).

Com o surgimento dos fenômenos sociais, contingentes e naturais, a biopolítica vai introduzir instituições assistenciais e mecanismos econômicos mais racionais de poupança individual e coletiva de seguridade social, mantida pelo Estado. Nesse sentido, Foucault destaca o aparecimento de um elemento novo que não se relaciona nem com a teoria do direito nem com a prática disciplinar, um corpo com múltiplas cabeças, que é exatamente a noção de "população" (Foucault, 2010a, p. 291).

A biopolítica é a nova forma de lidar com essa população, tomando-a a partir de um enfoque científico, político, biológico e de poder. Os fenômenos da politização do âmbito biológico supracitado, gerados coletivamente por essa população, aparecem com seus efeitos econômicos e políticos, os quais só se tornam pertinentes no nível da massa (Foucault, 2010b, p. 293). Outro destaque é a

> implantação de mecanismos que têm certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar, sobretudo, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais (Foucault, 2010a, p. 293).

Aquém do grande poder sombrio da soberania que consistia em fazer morrer, eis que surge essa nova tecnologia do biopoder, do poder sobre a "população", ou seja, sobre o homem enquanto sujeito ativo político e econômico; um poder contínuo, científico, que é o poder de "fazer viver". Enquanto a soberania "fazia morrer e deixava viver", agora se apresenta um poder de regulamentação que consiste em "fazer viver e em deixar morrer". O poder, segundo Foucault:

> É cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no "como" da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém, sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder (Foucault, 2010a, p. 296).

1.1 Estado liberal

Foucault, no curso de 1978-1979 no *Collège de France,* posteriormente intitulado *O nascimento da biopolítica*, afirma que, a partir do século XVIII, surge o estado liberal, considerado uma nova arte de governar: com novos mecanismos, efeitos e princípios. Até o século XVII, o Estado era interventor e o governo exercia o controle sobre o preço das

mercadorias, das vestimentas, das rotas, etc., portando-se como um Estado "máximo". Entretanto, um século depois, surgiu uma tendência que retirava a interferência do Estado em diversos setores, com o pressuposto de que, se o Estado controlar tudo, ocorre o sufocamento da economia. Essa nova arte de governar, chamada de liberalismo, tem por intuito propor um modelo político em que o Estado interfira somente o necessário para que o mercado funcione de forma natural. Assim, tem-se um "burilamento interno da razão de Estado", ou seja, redefinem-se as bases de governar em busca da eficácia da gestão, uma vez que um Estado interventor, tal como os estados absolutistas, é contraproducente, exigindo um governo frugal (Foucault, 2010b, p. 40).

Para Foucault, os fundamentos do Estado liberal aparecem no livro *A riqueza das nações* (1776), de Adam Smith[2]. Do ponto de vista foucaultiano, em *O nascimento da biopolítica*, o liberalismo é tomado não como uma razão de Estado nos termos da política clássica, mas como uma série de mecanismos numerosos, internos e complexos que se instituem como uma "nova arte de governar", sendo assim "que se assinala a diferença em relação à razão de Estado – não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, o crescimento indefinido do Estado, mas sim limitar, do interior, o exercício do poder de governar" (Foucault, 2010b, p. 39).

Nesse sentido, para Foucault, Adam Smith defende o que ficou conhecido como "liberalismo econômico", teoria econômica que funciona como uma interpretação jurídica e política da sociedade, a qual aprimorou as tecnologias do poder. Essa corrente está baseada em três aspectos fundamentais: o trabalho como produção de bens; a troca de benefícios entre os associados; e a garantia da ordem e da concorrência. Tais aspectos se organizam e formam três pilares: a liberdade individual, a propriedade privada e uma "ordem espontânea". De acordo com Smith, o Estado não pode interferir no funcionamento econômico, pois a economia segue uma lógica própria, verdadeira e natural, qual seja, a lei da oferta e da procura. Nas palavras de Smith:

> Pouco se requer para levar um Estado da barbárie mais baixa para o mais alto grau de opulência, além da paz, impostos baixos e uma administração aceitável da justiça; todo o resto é feito pelo curso natural das coisas. Todos os governos que interferem nesse curso natural, que forçam as coisas para outra direção, ou que se empenham em sustar o progresso da sociedade em um ponto específico, não são naturais e para subsistirem têm de ser opressivos e tirânicos (Smith, 1983, p. 20).

[2] Filósofo e economista escocês, considerado um dos grandes intelectuais do Iluminismo no século XVIII, que dissertou sobre a economia de sua época, além de tecer críticas às práticas mercantilistas.

Para Smith, o homem necessita constantemente do auxílio dos outros para sobreviver. Não deve, contudo, esperar obter esse auxílio da bondade dos outros, ao contrário:

> terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a autoestima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhes ou dar-lhes aquilo de que eles precisam. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não a sua humanidade, mas a sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (Smith, 1983, p. 50).

Segundo Smith (1983, p. 67), em consequência da tendência natural do indivíduo a buscar o maior ganho próprio, resultam benefícios para toda a sociedade. Da tendência dos trabalhadores em ocuparem os ofícios em que sejam mais aptos, resultam maiores rendimentos. Da tendência natural do capitalista em buscar uma aplicação mais lucrativa para seu capital, resulta um aumento da riqueza social. Da tendência do comerciante em operar o melhor negócio para si mesmo, resulta o enriquecimento nacional.

Assim, Smith (1983, p. 247) salienta a necessidade de o Estado se interessar especialmente pela educação da juventude, da classe trabalhadora e dos pobres. A necessidade de cobrança de impostos para a manutenção do Estado surge com a insuficiência das receitas próprias dos governantes para tal fim:

> Se, pois, tanto o capital público quanto as terras públicas – as duas fontes de rendimento que podem em particular pertencer ao soberano ou ao Estado – são ambos fundos inadequados e insuficientes para cobrir a despesa necessária de um país grande e civilizado, resulta que a maior parte dessa despesa deve ser paga por taxas ou impostos de um outro tipo, fazendo com que o povo contribua com uma parte de seu próprio rendimento privado para constituir uma receita pública para o soberano ou para o Estado (Smith, 1983, p. 247).

O fato de o Estado não ser mais proprietário e, por isso, ter de recorrer a impostos para sua manutenção, revela seu empobrecimento e o coloca mais diretamente dependente da sociedade que o mantém, cujos interesses preponderantes ele deve servir. Dessa forma, o liberalismo de Smith representa a expressão de um otimismo em relação ao dinamismo intrínseco que impulsionava a economia capitalista nascente. O empresário capitalista individual era o elemento central do novo sistema. O governo, por sua vez, era considerado perdulário e ineficiente.

Seguindo os pressupostos mobilizados por Adam Smith, Michel Foucault (2010b, p. 40), elenca três características fundamentais do Estado liberal, dessa nova arte de governar que caracterizou o surgimento dos Estados modernos: 1) um regime de ação governamental baseado na espontaneidade do mercado; 2) a definição da limitação do âmbito de ação de

governo, sustentada pelo critério de utilidade; por fim, 3) o objetivo de construir os meios mais adequados à preservação do equilíbrio internacional entre os Estados.

> Na verdade, não se deve esquecer que essa nova arte de governar ou essa arte de governar o menos possível, essa arte de governar entre um máximo e um mínimo, e mais para o mínimo do que para o máximo, pois bem, essa arte tem de ser considerada uma espécie de duplicação, em todo caso, digamos, de burilamento interno da razão de Estado, é um princípio para a sua manutenção, para o seu desenvolvimento mais completo, para o seu aperfeiçoamento (Foucault, 2010b, p. 40).

Segundo Foucault (2010b, p. 63), esse "burilamento da razão de Estado" modificou drasticamente a atuação do Estado em relação ao pensamento político clássico. O que se busca não é o fim do Estado, mas a defesa da redução do poder estatal no controle de setores estratégicos específicos. Nesse sentido, o Estado paulatinamente tem o simples papel de precaver e salvaguardar o processo de concorrência dos empresários capitalistas, ou seja, o poder coercitivo do Estado como assegurador jurídico dos interesses de determinados grupos.

Foucault destaca que o equilíbrio do liberalismo é a própria Europa enquanto espaço internacional. Isso significa, grosso modo, que, enquanto na razão de Estado clássica esse equilíbrio se instaurava para limitar o domínio militar de um país sobre outro, no liberalismo, o equilíbrio europeu é o que permite que o mundo se torne um mercado global. Nesse sentido, a paz interna europeia é o que permite a expansão do comércio a nível mundial, estabelecendo-se como um lugar de veridicção, em que a prática de governo se autolimitaria. Nessa perspectiva liberal, a liberdade não é um direito natural (um dado), mas aquilo que carece de gestão (um produto). A utilidade, enquanto jurisdição de fato, gera uma liberdade de mercado que desloca o preço do âmbito de justiça moral para se tornar um sistema de verdade. Assim, um governo deixa de ser avaliado pela legalidade jurídica para ser julgado pelas suas consequências práticas (a utilidade).

> É uma Europa do enriquecimento coletivo, é uma Europa como sujeito econômico coletivo que, qualquer que seja a concorrência estabelecida entre os Estados, ou melhor, através da própria concorrência que se estabelece entre os Estados, deve tomar um caminho que será o do progresso econômico ilimitado (Foucault, 2010b, p. 75).

Dessa forma, a Europa se apresenta como o domínio econômico no mundo, como em um jogo de futebol: de um lado, os europeus; do outro, o mundo; o jogo é na Europa, porém, o que está em jogo é o mundo. Temos, então, um novo tipo de cálculo planetário na prática governamental europeia (Foucault, 2010b, p. 76). Com efeito, "a Europa como unidade

econômica, como sujeito econômico se apresenta assim ao mundo ou pensa o mundo como podendo e devendo ser seu domínio econômico" (Foucault, 2010b, p. 76).

Dessa forma, Foucault (2010b, p. 77) demonstra mais uma característica do liberalismo, indexada ao problema do mercado: o direito marítimo. No século XVIII, muito se pensou o mar "como um espaço de livre concorrência, de livre circulação marítima e, por conseguinte, como uma das condições necessárias à organização de um mercado mundial". Deixa-se de lado uma territorialidade fechada para conceber uma territorialidade de circulação global. Isso significa que o mercado deve ser pensado como um mar, ou seja, um espaço de fluxos. Dessa forma, Foucault mostra ao leitor que o direito marítimo surge com o objetivo de garantir o mar enquanto "bem comum" do comércio, impedindo que um país apenas controle totalmente todas as rotas (como o caso da Inglaterra), o que mantém as forças recíprocas entre os diferentes Estados europeus. É por meio do direito marítimo que se pode pensar o mundo como um único mercado, em que os homens realizam suas trocas e o Estado apenas garante essa fluidez (Foucault, 2010b, p. 77).

Foucault (2010b) menciona Immanuel Kant com uma proposição da paz perpétua, que se fundamenta nas relações e limitações do mercado externo. Nas palavras de Foucault (2010b, p. 78): "se vocês pegarem, por exemplo, o texto de Kant sobre o projeto de paz perpétua, que data de 1795, do fim do século XVIII, vai encontrar um capítulo que se chama a garantia da paz perpétua". Como essa paz perpétua é concebida e garantida por Kant no texto de 1795? Verificaremos como Immanuel Kant concebe o Estado liberal.

O Estado liberal em Immanuel Kant tem influência do iluminismo e da revolução francesa. Para Kant, o Estado tem como finalidade garantir a liberdade individual, estabelecendo o conteúdo formal da ideia de direito. Kant diferencia três tipos de direito: o direito natural (*Naturrecht*), o direito privado (*natürliches Recht*) e o direito público (*öffentliches Recht*). O direito natural (*Naturrecht*) corresponde a critérios *a priori* de justiça, sendo o direito privado condição natural (*natürliches Recht*). Portanto, corresponde ao conjunto de leis que podem ser legitimamente pensadas independentemente de instituições jurídico-políticas que o assegurem – corresponde às leis da sociedade, mesmo sem o Estado, o que se considerava à época como o direito privado.

A obra *A paz perpétua*, de Kant, segundo Nour (2004, p. 10), inicia a segunda seção com uma advertência: "o estado de paz entre os homens que vivem lado a lado não é um estado de natureza (*status Naturalis*), que antes é um estado de guerra. Ele tem de ser, portanto, instituído". Ainda segundo Nour (2004, p. 10), o estado de natureza na obra de Kant

é aquele em que não existe o direito, no qual as hostilidades, declaradas ou não, estão sempre presentes, de modo que:

> A paz deve, portanto, ser assegurada por estruturas jurídicas institucionais, ou seja, o estado de paz deve ser fundado por meio do direito público: deve-se sair do estado de natureza e entrar num estado civil, um estado no qual é legalmente definido o que é de cada um (Nour, 2004, p. 38).

Segundo Nour (2004, p. 50), o Estado Civil proposto por Kant não se destina a uma limitação da liberdade; ao contrário, constitucionalmente, ele deve assegurar o exercício da liberdade de todos, como princípio universal, fundamentado no direito público. Com o estabelecimento do Estado Civil, alguns princípios de garantias aos homens precisam ser estabelecidos e disso deriva o contrato originário. Esses princípios estão fundamentados nos ideais iluministas, os quais são: a liberdade dos membros de uma sociedade (como homens), a dependência de todos em relação a uma única legislação comum (como súditos) e a igualdade dos mesmos (como cidadãos).

O princípio da liberdade consiste em garanti-la ao cidadão. O objetivo de uma constituição civil é garantir a liberdade e o bem-estar sem, contudo, ferir o direito do outro. A existência de uma norma comum (constituição) pactuada entre todos promove um Estado livre, no qual se busca o bem comum entre todos os cidadãos (Nour, 2004, p. 51).

Segundo Foucault (2010b, p. 79), Kant afirma que essa garantia não advém das combinações políticas e diplomáticas nem da organização de direitos entre si, mas sim da própria natureza, que garante a boa regulação do mercado: “a natureza quis que o mundo inteiro, em toda a sua superfície, fosse entregue à atividade econômica que é a da produção e de troca”.

Contudo, a visão foucaultiana sobre a “paz perpétua” de Kant não a visa apenas como um ideal humanitário a ser alcançado, mas sim como um procedimento jurídico para que o mercado liberal funcione. No curso *Nascimento da biopolítica*, Foucault empreende uma leitura realista de Kant, mobilizando-o entre a transição de uma “razão de Estado” para uma “razão governamental” do liberalismo. O debate de Kant sobre a paz se dá quando a economia se torna a principal organizadora das relações mundiais. Se, no século XVII, o equilíbrio das forças não se estabelecia de forma clara, já que todos os Estados se armavam para não demonstrar a sua fraqueza; no século XVIII, a paz não é mais tomada pelo seu valor final, mas como um meio que reúne a condição de possibilidade das relações comerciais. Nas análises foucaultianas:

> *A paz perpétua* é garantida pela natureza, e essa garantia é manifestada pelo povoamento do mundo inteiro e pela rede das relações comerciais que se estendem através de todo o mundo. A garantia da paz perpétua é, portanto, de fato, a planetarização comercial (Foucault, 2010b, p. 80).

Diante disso, a via foucaultiana oferece a ideia de que as proposições kantianas servem como fundamentação jurídica de uma "sociedade cosmopolita". No liberalismo, a organização jurídica é fundamentalmente importante para um ordenamento de mundo que sugere que a "natureza" – ou seja, o mercado – opere sem interrupção. Com efeito, o liberalismo, tal como em Smith, oferece a imagem de que o mercado possui certa espontaneidade de regulação dos processos econômicos. Essa visão de mundo ofereceu certa naturalização que tentou justificar as formas do liberalismo (Foucault, 2010b, p. 85).

> Logo, o que vemos surgir no meado do século XVIII é, de fato, muito mais um naturalismo do que um liberalismo. Mas creio que podemos empregar a palavra "liberalismo" na medida em que a liberdade está, mesmo assim, no cerne dessa prática ou dos problemas que são postos a essa prática (Foucault, 2010b, p. 85).

Nessa nova dinâmica de governo, as liberdades passam a ser geridas, porque são parte da engrenagem de funcionamento do mercado. Isso significa que a liberdade não é dada pela bondade do governante, mas como combustível da máquina capitalista, tal como o exemplo do mercado de ações, em que o Estado cria os meios necessários para viabilizar juridicamente a liberdade financeira. Dessa forma, o liberalismo fabrica as liberdades de acordo com os seus interesses, fazendo com que o governo sempre tenha que intervir para assegurar a consolidação desses privilégios e vantagens. É por isso que a liberdade, enquanto insumo, além de criar custos operacionais (burocracia, tribunais de fiscalização, poder policial para investigação, etc.), revela também um paradoxo contido no seu interior: para assegurar a liberdade, é necessário a criação de uma estrutura complexa de vigilância. Vejamos em Foucault:

> Em suma, a todos esses imperativos – zelar para que a mecânica dos interesses não provoque perigo nem para os indivíduos nem para a coletividade – devem corresponder estratégias de segurança que são, de certo modo, o inverso e a própria condição do liberalismo. A liberdade e a segurança, o jogo liberdade e segurança – e isso que está no âmago dessa nova razão governamental cujas características gerais eu lhes vinha apontando. Liberdade e segurança – e isso que vai animar intimamente, de certo modo, os problemas do que chamarei de economia de poder própria do liberalismo (Foucault, 2010b, p. 89).

No âmago dessa governabilidade, encontra-se o cerne do equilíbrio entre liberdade e segurança (economia de poder própria do liberalismo). Esse equilíbrio converge para que a mecânica dos interesses não provoque perigo nem para os indivíduos nem para a coletividade. Assim, o liberalismo é baseado nesse cálculo: produzir liberdades e geri-las para arrefecer

seus perigos. Por isso não se pode caracterizar “liberalismo” como oposto ao controle, mas sim como um controle mais sofisticado.

Nesse sentido, Foucault (2010b, p. 90) compara os dois sistemas políticos, afirmando que no sistema da soberania existia, entre o soberano e o súdito, uma relação jurídica e econômica que obrigava o soberano a proteger o súdito. Em contrapartida, o liberalismo é diferente, pois nasce um mecanismo que vai arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos em torno da noção de proteção contra o perigo do controle e da governabilidade econômica.

> No fundo, se de um lado o liberalismo é uma arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses, ele não pode manipular os interesses sem ser ao mesmo tempo gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade, do jogo segurança/liberdade que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem expostos aos perigos (Foucault, 2010b, p. 90).

Na equação liberal, a gestão dos perigos exige uma infraestrutura contundente para garantir que a manipulação dos interesses dessas liberdades não se torne prejudicial à vigência do próprio modelo econômico. Para tanto, é necessária uma estrutura de segurança em que as liberdades são constantemente vigiadas, visando a que elas nunca deixem de ser úteis. Por isso, não se pode dizer que o livre mercado se dá com a redução do Estado, uma vez que é necessário um Estado cada vez maior para oficializar sistemas jurídicos e administrativos que salvaguardem as transações desse modelo. Por conseguinte, o Estado consome muita energia e muitos recursos para proteger os contratos internacionais, manter a propriedade, a moeda, etc. e, por isso, “o liberalismo se insere num mecanismo em que terá, a cada instante, de arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos em torno da noção de perigo” (Foucault, 2010b, p. 90).

Esse cenário de pura vigilância implica o processo de fragilização interna, uma vez que todo esse aparato de segurança gera um excesso de intervenções estatais para garantir as liberdades que estão continuamente sendo produzidas. O momento de crise ocorre quando essa gestão não consegue oferecer a proteção necessária às liberdades que deveriam ser protegidas. Dessa forma, o liberalismo passa a se fragilizar a partir do momento em que a esfera do livre mercado é dissolvida e a condução político-econômica se orienta mais para um protecionismo e expansionismo, bem como quando não consegue lidar com as reivindicações das massas organizadas em torno das melhorias sociais.

> Pois bem, creio que é aí que se colocam as questões fundamentais do liberalismo. Foi aí que o liberalismo colocou a questão fundamental do governo, e o problema está em saber se todas as formas políticas, econômicas, etc. que se quis opor ao liberalismo podem efetivamente escapar dessa questão e da formulação dessa

> questão da utilidade de um governo num regime em que a troca é que determina o valor das coisas (Foucault, 2010b, p. 64).

Para Dardot e Laval (2016, p. 38), a crise do liberalismo se desenvolve ao longo de um processo que surge no século XIX e se agrava na Primeira Guerra Mundial e no entreguerras. Para os autores, a crise do liberalismo foi, na verdade, a crise da governabilidade liberal, uma intervenção política nas questões econômicas e sociais e a "justificação doutrinal dessa intervenção". A crise do liberalismo dogmático foi uma soma de fatores, tal como a intervenção do Estado para combater as mudanças do capitalismo, a proteção ao sistema de acumulação e os conflitos de classe que ameaçavam a propriedade privada.

De acordo com os autores, no fim de 1870 e início de 1880 apareceram na Europa algumas regulamentações de leis, cujo objetivo seria

> evitar tanto quanto possível que eles continuassem a cair no pauperismo que afligiu todo o século XIX: legislação sobre o trabalho infantil, limitação da jornada de trabalho, direito de greve e associação, indenização por acidente, aposentadoria para operários (Dardot; Laval, 2016, p. 38).

Outros fatores evidenciados pelos autores são a proteção alfandegária, o ufanismo nacionalista e a crise do sistema monetário internacional. Diante disso, Dardot e Laval (2016, p. 39) evidenciam que a "Alemanha, como os Estados Unidos, oferecia igualmente a face de um capitalismo de grandes unidades protegidas por barreiras alfandegárias elevadas, enquanto a Inglaterra via serem postas em questão suas próprias posições industriais".

A ideia do *laissez-faire* foi considerada ultrapassada, até mesmo no campo dos que reivindicavam o liberalismo. O "novo liberalismo" repousa sobre a constatação da incapacidade dos dogmas liberais de definir novos limites para a intervenção governamental (Dardot; Laval, 2016, p. 54).

1.2 Neoliberalismo

O termo "neoliberalismo" é um conceito em disputa e largamente debatido em diversos campos do conhecimento, mas todos o destacam como um momento de ruptura com o liberalismo. Com efeito, a crise do liberalismo fez com que o século XIX se afastasse cada vez mais da dogmática do *laissez-faire*, a qual se mostrou mais como uma metafísica do livre mercado, muito mais preocupada com a construção de um Estado vigilante – a proteção burocrática dos contratos – do que com a fortificação dos direitos sociais. Fala-se que o liberalismo passou por uma crise interna, uma vez que as ferramentas de controle e disciplina

passaram a sufocar a liberdade que o próprio mercado precisa para seu funcionamento – a própria propriedade privada.

> Digamos que após a grande crise dos anos 1930, em suma, todos os governos, quaisquer que fossem, sabiam muito bem que os elementos econômicos que eles deviam levar necessariamente em consideração, qualquer que fosse a natureza dessas opções, quaisquer que fossem essas opções e esses objetivos, eram o pleno emprego, a estabilidade dos preços, o equilíbrio da balança de pagamentos, o crescimento do PIB, a redistribuição da renda e das riquezas e o fornecimento dos bens sociais (Foucault, 2010b, p. 269).

Diante dessa incipiente crise surgiram os movimentos de reformas sociais com a proposta de arrefecer os efeitos colaterais do liberalismo a partir da intervenção do Estado. Desse modo, a divergência entre os liberais e os reformistas sociais cresce na medida em que as mutações do capitalismo acirram os conflitos de classe: de um lado, os que defendem o livre mercado e se opõem à inclusão das massas nas medidas compensatórias; de outro, o movimento de massas que pede intervenção estatal frente às mazelas econômicas a que foram expostos (Dardot; Laval, 2016, p. 38-39).

Na esteira dessa discussão, sobretudo no período entreguerras, surgiram tendências de economistas que buscaram revisar a teoria liberal, bem como estabelecer limites à intervenção do Estado. Nesse sentido, o economista inglês John Maynard Keynes foi um dos pioneiros na construção de um novo modelo de governo, levando, de fato, segundo Foucault (2010b, p. 96), a uma "crise do dispositivo de governamentalidade". Isso ocorre em razão da crítica do keynesianismo ao liberalismo clássico por conceber o mercado como uma força mística capaz de se autorregular. Com efeito, Keynes defendeu a intervenção ativa do Estado na construção do mercado, afastando-se do naturalismo do *laissez-faire* e se aproximando do papel ativo do Estado nos rumos da sociedade industrial.

O debate de Keynes alcançou um grande público, mas sem gerar consenso entre os liberais, pois, para os liberais ortodoxos, a direção estatal atenta contra o pilar fundamental das liberdades individuais. Apesar de todo esse cenário de críticas, Keynes lançou as bases de um modelo político-econômico que ficou conhecido como o Estado de Bem-Estar Social.

Há duas frentes basilares de desenvolvimento da teoria neoliberal em Foucault: a alemã e a inglesa. O que as une é a crítica ao keynesianismo[3], ao intervencionismo e ao planismo. No plano teórico, buscou-se desfazer-se de alguns elementos do neoclassicismo, sobretudo quanto à assertiva de que o mercado teria plena capacidade de se autorregular,

[3] Keynesianismo é uma teoria econômica que defende que o Estado deve intervir na economia sempre que for necessário.

inclusive em momentos de crise. O intervencionismo e o planismo dizem respeito às políticas econômicas que apregoam a intervenção do Estado na economia, desde formas suaves, como a injeção de capital, até formas mais extremas, como a planificação de um setor ou de todos da economia, chamada "planismo" (Santos, 2015, p. 108-109).

O contexto do ordoliberalismo alemão é o pós-guerra e as exigências de reconstrução de uma economia arruinada: a modificação de uma economia de guerra para uma economia de paz. Em relação à ocorrência da ocupação do território alemão (pós-guerra) e da falta de legitimidade histórica para a refundação de um estado, Ludwig Erhard, responsável pela gestão econômica da zona ocidental da Alemanha e um dos fundadores da corrente econômica conhecida como Escola de Friburgo, defendia que, por meio das liberdades econômicas, poder-se-ia criar um moderno Estado alemão: "na verdade, na Alemanha contemporânea, a economia, o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico produz soberania política pela instituição e pelo jogo institucional que faz precisamente funcionar essa economia" (Foucault, 2010b, p. 114).

Para o ordoliberalismo, tratou-se de construir um Estado a partir das liberdades econômicas. Tratava-se de encontrar a racionalidade econômica que permitisse anular a irracionalidade social do capitalismo.

Foucault (2010b, p. 120) ressalta que o neoliberalismo não é uma repetição contemporânea do que dizia Adam Smith. Para os liberais clássicos, a questão era circunscrever um espaço de liberdade econômica e vigiá-lo, enquanto para os ordoliberais:

> É preciso inverter inteiramente a fórmula e adotar a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador do Estado, desde o início da sua existência até a última forma das suas intervenções. Em outras palavras, um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado (Foucault, 2010b, p. 158-159).

Segundo a leitura de Santos (2015, p. 58), o ordoliberalismo alemão se diferenciou pelo tipo de intervenção estatal na economia. Enquanto o neoliberalismo inglês reforça a ideia de que a lógica do mercado é capaz de governar o Estado pela sua eficiência, o ordoliberalismo defende que a fortificação do Estado garante um mercado livre. Em primeira análise, o ordoliberalismo se comporta como uma espécie de guardião do mercado, não interferindo nos processos mercadológicos, mas intervindo nas estruturas estatais para que a concorrência seja garantida – uma vez que o monopólio sempre sufoca a concorrência. A esse respeito, Foucault (2010b, p. 151) afirma: "o verdadeiro problema era entre uma política liberal e qualquer outra forma de intervencionismo econômica, quer ele adquira a forma

relativamente suave do keynesianismo, quer adote a forma drástica de um plano autárquico como o da Alemanha".

Nesse sentido, Santos (2015, p. 61) cita alguns exemplos para melhor ilustrar a diferença entre o liberalismo e o ordoliberalismo alemão. Para o liberalismo, o mercado era definido e pensado como lugar de troca livre entre dois parceiros que, ao trocarem, estabelecem a equivalência entre dois valores, cabendo ao Estado garantir a liberdade, o funcionamento do mercado e a propriedade privada do que se produz. Enquanto, para os ordoliberais, a troca não é o elemento fundamental do mercado, mas a concorrência; não a igualdade dos parceiros, mas a desigualdade dos que concorrem. Dessa forma, cabe à concorrência garantir a medição das grandezas econômicas (formação de preços), o que leva, por sua vez, à regulação das escolhas econômicas. Assim, substituem o problema liberal clássico do valor-equivalência pelo problema neoliberal da concorrência-monopólio.

Para os ordoliberais, a concorrência não é um dado natural, mas um princípio de formalização, dotada de estrutura própria, a qual produz determinados efeitos e somente aparece quando há condições cuidadosamente preparadas por um governo.

Foucault, citando Röpke, um dos grandes teóricos do ordoliberalismo (*Gesellschaftskrisis),* assinala: "a liberdade de mercado necessita de uma política ativa e extremamente vigilante" (Foucault, 2010b, p. 183). Logo, o Estado deve intervir, mas deve saber como realizar a intervenção.

Segundo Foucault, o ordoliberalismo não é mera doutrina econômica, mas uma teoria da ação do governo. Ao unir o saber econômico dos pensadores da Escola de Friburgo à necessidade política de reerguer um novo Estado alemão, elabora-se uma epistemologia política totalmente distinta do neoliberalismo inglês, marcada pelo seu intervencionismo estruturante. Com efeito, em linhas gerais, o ordoliberalismo propõe organizar a sociedade de modo que se garanta que todos os cidadãos possam ser empreendedores, mas que, ao mesmo tempo, evite o processo de "massificação" dos trabalhadores. Por isso, esse modelo intervencionista é focado na sociedade de direito, isto é, o direito deve intervir e moldar a economia para evitar a desordem financeira.

Em contrapartida, segundo Foucault, o neoliberalismo, sobretudo o norte-americano, parte de contextos distintos em relação ao ordoliberalismo (Foucault, 2010b, p. 189). Diferente da Alemanha – ainda abalada pelo pós-guerra e tentando reconstruir a legitimidade de um Estado que cometeu crimes hediondos –, por volta dos anos de 1960 e 1970, os Estados Unidos passavam por certa estabilidade democrática, embora boa parte da população estivesse

insatisfeita com as condições de vida e com as políticas sociais. Nesse sentido, o neoliberalismo norte-americano se desenvolve a partir de dois problemas:

Em primeiro lugar, o excesso de regulação do *New Deal*, implementado no governo de Roosevelt após a crise de 1929, criou certo desconforto entre os liberais da época. Foucault desdobra esse aspecto em alguns fatores. Essa política econômica concedeu ao Estado um forte poder na construção do planejamento econômico, controlando os preços e a garantia de empregos. Muito críticos, inclusive da Escola de Chicago, argumentam que existe um erro técnico na questão: o Estado é interventor, porque ele determina o comportamento do mercado, quando, na verdade, a própria concorrência e a lógica dos preços poderiam guiar a economia. Do ponto de vista desses teóricos, com a intervenção estatal, o Estado passaria a regular diretamente a vida das pessoas, representando a perda das liberdades individuais e o aumento de indivíduos passivos na economia, os quais esperariam a proteção estatal.

Em segundo lugar, o impacto da guerra que deixou marcas econômico-sociais profundas no longo prazo. Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos estabeleceram implicitamente um acordo entre os seus cidadãos, no qual a população deveria conceder seu esforço e obediência à guerra. Em troca, o Estado norte-americano forneceria seguridade social no pós-guerra, como estabilidade na carreira militar, proteção médica, aposentadoria e benefícios de bem-estar aos combatentes. Esse acordo possuía um caráter com dois sentidos objetivos: não somente uma estrutura militar, mas também uma proposta de reordenamento social.

No reino Unido, a atuação do neoliberalismo inglês também trilhou o mesmo caminho ao criar o Programa Beveridge (*Beveridge Report*). Esse programa, elaborado por William Beveridge, propôs seguridade social como forma de combater as mazelas deixadas pela guerra, ampliando o Estado de bem-estar. Esse pacote de medidas sociais foi muito criticado por teóricos como Henry Simons, no livro *Program Beveridge: An Unsypathetic Interpratation* (1945), apoiado por boa parte dos neoliberais americanos. Nesse texto, a segurança social assegurada como medida estatal é a ideia amplamente criticada, uma vez que a plataforma de segurança econômica reduz paulatinamente a concorrência, bem como reduz a responsabilidade individual no processo de produção. Da mesma forma, outra crítica manifesta se volta ao crescimento perigoso do Estado, em que a expansão dos programas sociais amplia o controle estatal em relação aos indivíduos (Foucault, 2010b, p. 263).

A diferença do neoliberalismo europeu do americano segundo Foucault (2010b, p. 299), é na sua formação, que “se apresentou na França a título de princípio moderador em relação a uma razão de Estado preexistente”. O liberalismo americano está ligado

historicamente à formação da independência dos Estados Unidos, com reivindicações econômicas, isto é, "não é o Estado que se autolimita pelo liberalismo, é a exigência de um liberalismo que se torna fundador de Estado" (Foucault, 2010b, p. 300). Vejamos como completa Foucault:

> O liberalismo americano não é simplesmente uma opção econômica e política formada e formulada pelos governantes ou no meio governamental. O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados (Foucault, 2010b, p. 301).

Dando continuidade à análise do neoliberalismo americano, Foucault avalia a teoria do capital humano[4]. Essa teoria foi forjada por Jacob Mincer, economista polonês que emigrou para os Estados Unidos e lecionou na Universidade de Chicago (Santos, 2015, p. 130). A Escola de Chicago foi uma importante fortaleza do neoliberalismo nos Estados Unidos, abrigando diversos estudos orientados teoricamente por tal viés, cuja gama de assuntos abrange desde análises propriamente econômicas, até áreas mais distantes, como a sociologia, o direito ou a psicologia (Santos, 2015, p. 130).

Os neoliberais americanos defendiam que a política econômica clássica sempre indicou que a produção de bens dependia dos fatores: terra, capital e o trabalho, sendo que o trabalho sempre permaneceu inexplorado (Foucault, 2010b, p. 304). Os neoliberais nunca discutiram com Marx a questão do trabalho:

> Se eles se dessem ao trabalho de discutir com Marx, é fácil imaginar o que poderiam dizer a propósito da análise de Marx. Eles diriam: é verdade que Marx fez do trabalho, no fundo, o eixo, um dos eixos essenciais da sua análise. Mas o que faz Marx quando analisa o trabalho? Ele mostra que o operário vende o que? Não seu trabalho, mas sua força de trabalho. Ele vende a sua força de trabalho por certo tempo, e isso em troca de um salário estabelecido a partir de certas situações de mercado que corresponde ao equilíbrio entre a oferta e a procura de força de trabalho (Foucault, 2010b, p. 304).

[4] Para Foucault (2010b, p. 311-312), capital humano é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que favorecem a realização do trabalho de modo a produzir valor econômico. São os atributos adquiridos por um trabalhador por meio da educação, perícia e experiência. Muitas das primeiras teorias econômicas se referem à força de trabalho como um dos três fatores de produção – recurso homogêneo e facilmente substituível. O conceito de capital humano foi adotado, nos anos 1980, pelos organismos multilaterais mais diretamente vinculados ao pensamento neoliberal, na área educacional, no contexto das demandas resultantes da reestruturação produtiva. A mais conhecida aplicação da ideia de "capital humano" na economia é a de Mincer e Gary Becker, da Escola de Chicago de economia. O livro de Becker, intitulado *Human Capital* (1964), foi uma referência por muitos anos. Segundo essa visão, o capital humano é semelhante aos "meios físicos de produção", tais como fábricas ou máquinas: o indivíduo pode investir em capital humano (via educação, treinamento, tratamento médico) e o resultado que obterá depende, em parte, da taxa de retorno sobre o capital humano que esse indivíduo possui. Assim, o capital humano seria um meio de produção, no qual um investimento adicional gera resultados adicionais. O capital humano é substituível, mas transferível como terra, trabalho ou capital fixo.

Para Karl Marx (2015, p. 234), os trabalhadores vendem a sua força de trabalho a fim de receber rendimentos (salários e vencimentos). Entretanto, muito antes de Mincer ou Becker (da escola de Chicago) escreverem o livro *Human Capital*, Marx apontou para "dois fatos desagradavelmente frustrantes" sobre as teorias que equiparam salários ou vencimentos ao lucro sobre o capital. O trabalhador deve realmente trabalhar, usar sua mente e corpo, para ganhar esse "lucro". Marx distinguiu a própria capacidade de trabalho da força de trabalho e da atividade de trabalho:

> um trabalhador livre não pode vender o seu "capital humano" de uma só vez; está longe de ser um ativo líquido (muito menos líquido do que ações e terras). Ele não vende as suas habilidades, mas firma contratos para utilizar essas habilidades, da mesma forma que um industrial vende seus produtos, e não a sua maquinaria. A exceção aqui são os escravos, cujo capital humano pode ser vendido, embora o escravo não obtenha um rendimento (Marx, 2015, p. 234).

Na perspectiva de Marx, o termo "capital humano" representa uma noção distinta da construção moderna dos teóricos liberais. Na relação de produção, a necessidade funcional do empregador é obter lucro, enquanto resultado do formato estrutural do capitalismo. Dessa forma, o trabalhador vende sua força de trabalho a um valor necessário para sua subsistência (o salário), embora esse trabalhador, no processo produtivo, crie mais valor do que ele recebe em retorno. O excedente que é arrecadado pelo valor criado não é o mesmo que o salário pago, caracterizando-se como mais-valia.

A partir da teoria marxiana, o conceito neoliberal de capital humano pode ser interpretado como um processo de "coisificação" – do latim *res*: "coisa"; em alemão: *Verdinglichung*, literalmente: "transformar algo em coisa" – com o propósito de convencer o trabalhador de que ele é, na verdade, um capitalista. Esse aspecto é tratado no volume II de *O Capital*:

> economistas apologéticos dizem: a sua [do trabalhador] força de trabalho é, portanto, ela mesma, seu capital em forma-mercadoria, da qual lhe flui continuamente seu rendimento. De fato, a força de trabalho é a sua [do trabalhador] propriedade (reprodutiva, que sempre se renova), e não o seu capital. É a única mercadoria que ele pode e tem que vender continuamente, para viver, e que atua como capital variável apenas nas mãos do comprador, o capitalista. Que um homem seja continuamente compelido a vender sua força de trabalho, isto é, ele mesmo, para outro homem, prova, segundo esses economistas, que ele é um capitalista, porque constantemente tem "mercadorias" para vender. Nesse sentido, um escravo também é um capitalista, embora ele seja vendido por uma outra pessoa, mas sempre como mercadoria; pois é da natureza dessa mercadoria, o trabalho escravo, que seu comprador não só a faça trabalhar de novo a cada dia mas também lhe dê os meios de subsistência que a capacitam a trabalhar de novo e sempre (Marx, 2015, p. 304).

Para Foucault (2010b, p. 304), Marx avista evidentemente a própria mecânica ou a própria lógica do capitalismo:

> o trabalho, por tudo isso, é "abstrato", isto é, o trabalho concreto transformado em força de trabalho, medido pelo tempo, posto no mercado e retribuído como salário não é o trabalho concreto; é um trabalho que está, ao contrário, amputado de toda a sua realidade humana, de todas as suas variáveis qualitativas, e justamente a mecânica econômica do capitalismo, a lógica do capital só retém do trabalho a força e o tempo. Faz dele um produto mercantil e só retém seus efeitos de valor produzido (Foucault, 2010b, p. 304-305).

Ademais, é possível verificar o retorno do *homo oeconomicus*, mas para além de seu sentido clássico. No século XVIII e XIX, época do liberalismo clássico, o *homo oeconomicus* era o sujeito da troca, movido por interesses e que baseava sua ação a partir de cálculos de utilidade (Foucault, 2010b, p. 310). Já nas novas bases do liberalismo do século XX, essa noção passa a ter um deslocamento de sentido, já que o sujeito não é mais o da troca. Agora, "o *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo" (Foucault, 2010b, p. 311).

> Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo (Foucault, 2010b, p. 310).

Dentro dessa perspectiva, não se pode concluir que existe certo retorno ao liberalismo clássico. Com efeito, esse sujeito passa por uma reconfiguração porque, ao ser entendido como empresa, ele se torna permanentemente econômico. Não vende mais a força de trabalho, mas sim o seu "capital-competência", ou seja, sua formação formal, habilidades, saúde, etc., são investimentos: toda sua ação é baseada em cálculos de risco, visando investir em si e gerindo as competências para maximizar seu grau de empregabilidade. Esse sujeito neoliberal faz da sua vida objeto de cálculos e investimentos, o próprio capital humano.

> O *homo oeconomicus* é um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda (Foucault, 2010b, p. 311).

O sujeito neoliberal está adequado às demandas de uma racionalidade de governo, a qual possui uma maneira de ser, de pensar e de agir atrelada aos interesses dessa mentalidade. Por isso, o neoliberalismo, no sentido foucaultiano, não é apenas uma política econômica, tampouco uma ideologia partidária, mas sim uma forma de *governamentalidade*, ou seja, um

condutor de vidas. Por isso, "o *homo oeconomicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio" (Foucault, 2010b, p. 369). Por conseguinte, esse modelo de governo é uma racionalidade normativa, o qual fabrica sujeitos e determina as práticas sociais.

Nesse sentido, a resposta econômica, que seria a reativação de velhas teorias, também é sociológica, pois instaura na sociedade relações estritamente mercantis; por fim, a resposta política angaria cobertura para uma intervenção generalizada e administrativa do Estado.

Foucault (2010b, p. 180) afirma que o neoliberalismo contemporâneo é comumente entendido a partir de três respostas gerais e superficiais. Do ponto de vista econômico, como um resgate das contribuições do liberalismo clássico; a partir de um olhar sociológico, como instrumento que transforma as relações sociais em relações mercantis; por fim, do ponto de vista político, é tomado somente como intervenção generalizada da administração estatal.

Esses conceitos edificam o neoliberalismo "como a mesma coisa de sempre piorada". Na verdade, o grande desafio do neoliberalismo

> é saber como regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado, para fazer essas transformações, os neoliberais haviam sido obrigados a fazer o liberalismo clássico passar por certo número de transformações (Foucault, 2010b, p. 181).

Cabe assinalar que, do ponto de vista foucaultiano, essas formulações compõem generalizações arbitrárias da realidade objetiva do fenômeno. Em Foucault (2010b, p. 182), o neoliberalismo não é simplesmente um retorno ao *laissez-faire*; ao contrário, é uma nova configuração de intervenção permanente na sociedade. Nesse sentido, fala-se de uma racionalidade política específica, cujo sentido teleológico é conduzir as condutas dos sujeitos. A rejeição a essas explicações generalistas ocorre pelo fato de o neoliberalismo ser tomado tão somente como doutrina econômica ou ideológica, desconsiderando a maneira específica de constante reorganização das relações entre o Estado, os indivíduos e o mercado.

Como destaca Foucault (2010b, p. 182), essas ideias aparecem no livro do jornalista Walter Lippmann, *The Good Society* (1937), lançado nos Estados Unidos na véspera da guerra e, posteriormente, ratificado em um colóquio realizado na França, chamado "Colóquio Walter Lippmann", do qual participou o próprio Walter Lippmann, junto aos velhos liberais de tradição clássica, como o francês Baudin, certo número de neoliberais alemães e austríacos

que faziam parte da Escola de Friburgo[5], dentre outros, como Louis Rougier, Röpke, Rüstow, Hayek e Von Mises.

Esse colóquio, realizado em Paris em 1938 um ano após a publicação do livro de Walter Lippmann, marca o berço formal do neoliberalismo como um movimento intelectual a partir de um conjunto de ideias e uma rede intelectual e doutrinária, mas já existiam argumentos e ideias "neoliberais" antes do evento, ainda que, até então, sem essa nomenclatura. Antes de o termo "neoliberalismo" tornar-se consenso, foram pensados nomes como "neopositivismo", sugerido pelo filósofo Louis Rougier – um epistemólogo e filósofo da ciência, organizador do Colóquio e do movimento "neoliberal" –, em contraponto a um pensamento diferente, "neosocialismo". O sufixo "neo" surge na década de 1920 e 1930: neosocialismo, neocapitalismo e assim por diante. O termo "neoliberalismo" aparece no contexto da crise do capitalismo, com o *crash* de *Wall Street* em 1929 e diante da "Grande Depressão", atrelado a uma crise política, marcada pela ascensão de regimes totalitários (Reinhoudt; Audier, 2018, p. 24).

Louis Rougier, conservador político e teórico elitista da democracia, já havia lido o livro de Lippmann, argumentando que ele "estabelecia que a economia de mercado não era, como acreditavam certos economistas clássicos, o resultado espontâneo de uma ordem natural, mas o resultado de uma ordem legal em que a intervenção do Estado era uma pré-condição" (Reinhoudt; Audier, 2018, p. 24).

Esse movimento em prol do "novo liberalismo" se apresenta em um momento no qual muitos acreditavam que o sistema liberal estava "falido", principalmente com a crise de 1929[6]. Não era somente o liberalismo econômico que estava na defensiva, mas também o liberalismo político estava ameaçado de diferentes formas, como pela União Soviética stalinista, pela Itália fascista, pela Alemanha nazista, bem como por Portugal, Espanha e vários outros países da Europa oriental, incluindo a Romênia (Reinhoudt; Audier, 2018, p. 42).

A realização do Colóquio Walter Lippmann aconteceu, em parte, quando Rougier soube que Lippmann estaria de passagem por Paris em 1938, reunindo vários interessados para um jantar, o que se transformou em colóquio. O fato é que as visões sociológicas de Rougier e Lippmann eram bem diferentes. Lippmann era um jornalista com fama mundial

[5] Uma escola de pensamento econômico, fundada na década de 1930, na Universidade de Friburgo. A Escola participou da formação do ordoliberalismo e da economia social de mercado na Alemanha do pós-guerra.

[6] Essa crise ocorreu nos meses de setembro a outubro de 1929, nos Estados Unidos, quando o valor das ações da Bolsa de Valores de Nova York (à qual a economia mundial estava integrada à época) despencou bruscamente, provocando a sua "quebra" (*crash*).

advinda de círculos progressistas, enquanto Louis Rougier era um professor de filosofia pouco conhecido e epistemólogo, cujas ideias políticas eram inicialmente muito conservadoras. No entanto, a evolução política de Lippmann em direção ao "liberalismo", no sentido continental da palavra, bem como o contexto da época, aproximou esses homens em seu apego ao liberalismo (Reinhoudt; Audier, 2018, p. 43).

Seguindo os comentários de Reinhoudt e Audier (2018, p. 58), o objetivo dos participantes do colóquio era garantir a sobrevivência do liberalismo econômico e político, com evidente preocupação quanto à possibilidade de o liberalismo político sobreviver. Vários membros, na esteira de Lippmann, possuíam a opinião de que o liberalismo só poderia sobreviver caso fosse significativamente revisto. Nesse sentido, Lippmann exorta os liberais a reivindicarem um papel ativo na intervenção estatal para ajudar a sociedade a lidar com a mudança e a adaptação econômica, além de renunciar à sua passividade econômica, inclusive confrontando questões como a miséria social.

A importância de apresentar o colóquio se justifica em entender a atmosfera que precedeu o "neoliberalismo", a qual consistia em apoiar dois argumentos principais: os participantes apoiavam o liberalismo econômico e político e se opunham aos sistemas dirigidos centralmente (comunismo, nacional-socialismo, fascismo e as formas mais democráticas que derivaram desses sistemas). Em segundo lugar, apoiaram o *mecanismo de preços de mercado* como um alocador de recursos em todas as áreas da economia que alimentam, segundo Foucault (2010b, p. 188), efeitos monopolísticos a partir de uma falsa concorrência. O Colóquio também revela como ideário não se opor nem à intervenção do Estado na economia nem a um "Estado forte" que garantisse a sobrevivência do mercado.

Na esteira do Colóquio, em 1939, foi formada a "Comissão internacional de estudo para a renovação do liberalismo" (CIERL). Foucault destaca que se trata de um liberalismo sobre o qual Wilhelm Röpke[7], em *Gesellschaftskrisis*, publicado pouco tempo depois do Colóquio Lippmann, declara: "A liberdade de mercado necessita de uma política ativa e extremamente vigilante" (Foucault, 2010b, p. 183). Foucault apresenta de forma esquemática pontos importantes do neoliberalismo trabalhados nesse Colóquio: a questão do monopólio e a ação econômica conforme a política social.

Quanto à questão do monopólio na acepção clássica, essa exclusividade é considerada uma consequência natural e necessária da concorrência no regime capitalista. Para Foucault (2010b, p. 188), o monopólio é um fenômeno arcaico que tem como princípio a intervenção

[7] Economista alemão participante da chamada escola de Freiburg.

do poder público na economia: “o que faz que o monopólio possa ter um efeito perturbador está na medida em que ele age sobre os preços, isto é, na medida em que ele age sobre o mecanismo regulador da economia”.

A ação econômica, conforme destacado por Foucault, aparece em um texto póstumo de Walter Eucken[8], chamado *Os fundamentos da política econômica* (1952). De acordo com o autor, o governo liberal deve ser vigilante e ativo, agindo de duas maneiras: por ações reguladoras e por ações ordenadoras.

Para Eucken, as ações reguladoras são aquelas segundo as quais o governo intervém no processo econômico, por razões de conjuntura. Assim, “o processo econômico sempre conduz a certos atritos de natureza passageira, a modificações que podem levar a situações excepcionais com dificuldades de adaptação e repercussões mais ou menos sobre os grupos” (Foucault, 2010b, p. 190).

Em Foucault (2010b, p. 191), destaca-se a posição do governo neoliberal com relação ao desemprego, que não deve, de forma alguma, qualquer que seja a taxa, intervir no desemprego. O governo deve intervir na estabilidade dos preços para que haja a manutenção do poder aquisitivo e, por osmose, a manutenção dos empregos. Para Röpke, na interpretação foucaultiana, “um trabalhador desempregado é um trabalhador em trânsito entre uma atividade não rentável e uma atividade mais rentável” (2010b, p. 191).

Outro ponto são ações ordenadoras, baseadas no princípio de que o mercado é um regulador econômico e social geral, o que não quer dizer, entretanto, que ele é um dado natural que pode ser encontrado na base da sociedade. Para exemplificar o dado natural, temos a agricultura com os seguintes elementos: solo, clima e população – elementos naturais que influenciam a agricultura a funcionar como uma economia de mercado.

A economia de mercado é um sistema desenvolvido no seio do sistema capitalista, em que a premissa básica é a centralização do mercado na economia, por meio da redução dos papéis exercidos pelo Estado e o predomínio da propriedade privada, juntamente com a redução do número de empresas estatais. Esse sistema é preconizado pelo liberalismo econômico, também chamado de Estado Social mínimo. Para regular tal economia, segundo esse pressuposto, não há necessidade de intervenção do Estado, uma vez que o mercado se autorregula com base na livre concorrência e na lei de oferta e procura (Foucault, 2010b, p. 195).

[8] É considerado cofundador da Escola de Freiburg e do ordoliberalismo na Alemanha. Com o seu trabalho sobre as condições funcionais de uma economia livre, ele contribuiu significativamente para a fundação da economia social de mercado.

Como último ponto destacado por Foucault (2010b, p. 197), a política social se caracteriza por ser uma política que estabelece como objetivo uma relativa repartição do acesso de cada um aos bens de consumo, ou seja, uma economia de bem-estar, na qual quanto maior o crescimento, mais a política social deve ser ativa, intensa e generosa.

A partir disso, Foucault (2010b, p. 198) volta a salientar a intervenção governamental e seu funcionamento no Estado liberal. Contudo, é importante averiguar o ponto de aplicação dessa intervenção governamental, verificando sua paradoxalidade, pois a tendência de um governo neoliberal não é "corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade" (Foucault, 2010b, p. 199). Essa intervenção deveria ser sobre "a própria sociedade em sua trama e em sua espessura" (Foucault, 2010b, p. 198). Nesse cenário, "o *homo oeconomicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção" (Foucault, 2010b, p. 201). Trata-se de fomentar, no seio da sociedade, uma multiplicidade e diferenciação das empresas.

A segunda consequência apontada por Foucault (2010b, p. 204), acerca dessa nova arte liberal de governar, são as alterações no princípio da lei e nas instituições jurídicas; ou seja, à medida que se multiplicam as empresas, maior será o nível de atritos entre elas, de modo que prontamente haverá a necessidade de um arbitramento jurídico: "sociedade empresarial e sociedade judiciária, sociedade indexada à empresa e sociedade enquadrada por uma multiplicidade de instituições judiciárias são as duas faces de um mesmo fenômeno" (Foucault, 2010b, p. 204).

Quanto às questões jurídicas do ordoliberalismo alemão, Foucault (2010b, p. 233) relata que o Estado de direito, que surge no início do século XIX, justamente com a proposta de se opor à ideia de um mercado natural em proveito da concepção de que o mercado deve ser institucionalmente elaborado. Isso não significa que o Estado é o arquiteto da economia, mas que ele precisa criar garantias para a ordem concorrencial. Assim, o Estado jurídico que se forma tem por dever garantir um arcabouço financeiro sólido e legal, o combate aos monopólios e aos cartéis, bem como a manutenção da estabilidade da moeda e, por conseguinte, a defesa da propriedade privada. Nas avaliações foucaultianas:

> Estado de direito é definido como um Estado em que os atos do poder público não poderão adquirir valor se não forem enquadrados em leis que os limitam antecipadamente. O poder público age no âmbito da lei e não pode agir senão no âmbito da lei. Não é, portanto, o soberano, a vontade do soberano que vai ser o princípio e a origem do caráter coercitivo do poder público. Vai ser a forma da lei (Foucault, 2010b, p. 233).

Essa é a primeira definição de Estado de direito. Segundo Foucault, na segunda metade do século XIX, é apresentada uma outra definição, um pouco mais refinada:

> Estado de direito não é mais simplesmente um Estado que age de acordo com a lei e no âmbito da lei. É um Estado em que há um sistema de direito, isto é, leis, mas também instâncias judiciárias que vão arbitrar as relações entre os indivíduos, de um lado, e o poder público de outro (Foucault, 2010b, p. 234).

Dessa forma, Foucault (2010b, p. 231) analisa o desenvolvimento histórico, na segunda metade do século XIX, da teoria econômica e política alemã, a qual passou por uma controvérsia jurídico-política. Trata-se da discussão para definir se o Estado de direito é tal que o cidadão pode ou não recorrer contra o poder público em tribunais administrativos especializados ou deve recorrer a tribunais ordinários. Entretanto, o direito não é somente um mecanismo de mediação entre o cidadão e o Estado; na verdade, a ênfase foucaultiana (Foucault, 2010b, p. 235) se dirige a esse mecanismo de arbitragem enquanto assegurador institucional do Estado e da economia. Assim, o sistema jurídico é a condição que possibilita a ordem da concorrência, a estrutura normativa que assegura os contratos do mercado e uma espécie de fundamento da economia no plano institucional – além de sofrer interferência direta do capital. Autores como Welcker, Gneist e Bähr são citados por Foucault nessa discussão sobre o pensamento evolutivo na arbitragem entre direitos:

> É a partir daí que os liberais vão tentar definir o que seria a maneira de renovar o capitalismo. Essa maneira de renovar o capitalismo seria introduzir os princípios gerais do Estado de direito na legislação econômica. Essa ideia de fazer valer os princípios do Estado de direito na economia era, claro, uma maneira concreta de rejeitar o Estado hitlerista (Foucault, 2010b, p. 235).

O que seriam, então, esses princípios do Estado de direito na economia? É a introdução de princípios formais, não havendo outra legislação. No entanto, segundo Foucault (2010b, p. 237), foi Friedrich Hayek quem melhor definiu a aplicação dos princípios do Estado de direito. Em seu livro *Constituição da liberdade* (1960), Hayek defende os princípios de uma sociedade livre, lançando um olhar cético sobre a criação de muitas leis em prol de elevado bem-estar social e examinando os desafios à liberdade colocados por um Estado em constante expansão, bem como seu efeito corrosivo na criação, preservação e utilização de conhecimento.

Foucault (2010b, p. 238) afirma que uma legislação econômica formal é o contrário de um plano, pois o plano é introduzido quando for oportuno haver correções. Já o Estado de direito tem a possibilidade de formular certas medidas de caráter geral e formal, devendo ser concebidas como regras rígidas e estáveis. Para Hayek, segundo Foucault:

> o plano mostra como os recursos da sociedade devem ser conscientemente dirigidos para atingir um objetivo determinado. O *Rule of law*, ao contrário, consiste em definir a moldura mais racional no interior da qual os indivíduos se dedicarão às suas atividades de acordo com seus planos pessoais (Foucault, 2010b, p. 238).

Foucault (2010b, p. 239) concluiu que, segundo o ordoliberalismo, quanto mais a lei se torna formal, mais a intervenção jurídica se torna numerosa, e na medida em que as intervenções governamentais se formalizam e as intervenções administrativas recuam, a justiça tende a se tornar um serviço público "onipresente".

1.3 Considerações sobre a biopolítica e neoliberalismo em Foucault

Para Foucault, o neoliberalismo é uma forma específica de governamentalidade biopolítica. Isso significa que o Estado governa as populações não principalmente pela repressão, mas pela produção de determinados comportamentos e subjetividades.

Podemos entender que o neoliberalismo para Foucault é uma forma de governo que rege as relações entre os indivíduos na sociedade, bem como entre governantes e governados. A pergunta que se faz aos neoliberais é: "como gerar uma sociedade em que a concorrência possa acontecer da melhor forma possível?" A concorrência precisa de alguns cenários para a sua consolidação: que algumas pessoas tenham emprego e outras não; a variação dos mecanismos de preços. Para que a concorrência possa se instalar, é preciso que haja algumas diferenças dentro da sociedade, que podem ser amenizadas pelas políticas de bem-estar social. Foucault propunha uma ação governamental com um caráter menos intervencionista, permitindo o governo dos homens como engrenagem para o exercício da soberania política.

A governamentalidade neoliberal produz um modo de intervir no meio ambiente social para facilitar a dinâmica da concorrência. Logo, a sociedade não é vista como um mercado, um espaço em que as pessoas trocam os bens – ela passa a ser vista como um ambiente em que diferentes empresas competem entre si. Sendo assim, as empresas são os próprios indivíduos (empresário de si), guiados por suas condutas sociais a partir das leis da concorrência. Esse indivíduo é categorizado por Foucault como o *homo oeconomicus* neoliberal. A intervenção do Estado para Foucault (2010b, p. 231) deve se dar no sentido de fomentar os mecanismos concorrenciais.

Outro conceito importante para caracterizar o neoliberalismo é o capital humano[9], abordado pela economia clássica como o tempo de trabalho. O trabalho é uma mercadoria e a sua base é o tempo. Então, o trabalho é uma abstração, não sendo apreendido na sua

[9] Conceito desenvolvido por Schultz e Becker nos anos 1960, visando destacar a crescente importância que o investimento em educação passa a adquirir como fonte de produtividade e agregação de valor.

concretude, na sua qualidade ou na relação de cada indivíduo com o seu trabalho: ele, na verdade, é reduzido ao tempo de trabalho ou à força de trabalho. O neoliberalismo faz da economia uma ciência do comportamento humano: a economia gerencia como os homens fazem para alocar os seus recursos, visando obter maiores ganhos – a atividade humana passa a ser vista como aquilo que uma pessoa faz para obter sua renda. Desse modo, as atividades geradoras de renda são as que incrementam capacidades físicas, psíquicas, emocionais, etc. O capital humano não se constitui como o salário a ser retribuído pela força de trabalho, sendo uma renda gerada como retorno de investimentos nas habilidades e capacidades produtivas. Por isso a exigência do investimento em si mesmo.

Essa ideia do "capital humano" incentiva a concorrência, gera um sistema de valores que torna o neoliberalismo uma política social. Para Foucault (2010b, p. 235), o neoliberalismo não é somente um sistema econômico, mas também uma racionalidade: o homem não pode parar de investir em si mesmo como capital humano. Aqui, observa-se o aspecto disciplinar dessa dinâmica.

Outra discussão é o Estado de direito, com relação aos princípios da lei e às instituições jurídicas. Para os liberais, deve haver tribunais administrativos especializados em arbitragem aos quais o cidadão possa recorrer contra o poder público. Desse modo, essa instituição de arbitragem deve mediar as disputas entre os cidadãos e autoridades públicas.

2. LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO MUNDIAL

O liberalismo surgiu na Europa entre os séculos XVII e XVIII, durante o período do Iluminismo. Defende a liberdade individual, os direitos civis, a propriedade privada e a limitação do poder do Estado. O neoliberalismo surgiu no século XX, especialmente a partir da década de 1970, como uma atualização das ideias liberais diante das crises econômicas e do crescimento do Estado. A partir dos anos 1980 e 1990, o neoliberalismo expandiu-se pelo mundo com o processo de globalização econômica. Organizações como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passaram a recomendar reformas econômicas baseadas em princípios neoliberais.

O liberalismo e o neoliberalismo defendem a liberdade econômica do mercado, mas surgiram em contextos históricos diferentes. Enquanto o liberalismo nasceu para combater o absolutismo e garantir a liberdade econômica e política, o neoliberalismo surgiu como uma proposta de redução do papel do Estado na economia em um mundo cada vez mais

globalizado. Ambos tiveram grande influência na organização econômica e política do mundo contemporâneo.

As últimas etapas do liberalismo clássico – até a sua transição ao neoliberalismo – deixaram algumas impressões equivocadas quanto à visão estatal do ponto de vista neoliberal, como se ele possuísse certa "fobia" do Estado. O modelo de governo de Keynes foi visto como uma forte intervenção estatal no âmbito social e econômico (Foucault, 2010b, p. 107-108) que levou ao desgaste teórico em relação às correntes teóricas posteriores. De igual modo, como já mencionado, a quebra da bolsa de valores em 1929 foi o estopim para uma ruptura conceitual.

Do ponto de vista foucaultiano, o "neoliberalismo" pode ser classificado como um conjunto sistemático de estratégias orientadas para governar o comportamento dos indivíduos. Esse mecanismo de poder atua a partir de uma série de cálculos, baseados em critérios relacionados ao âmbito da vida dos sujeitos com o intuito de achar regularidades e padrões dos grupos sociais. Dessa forma, é um conjunto de procedimentos desenvolvidos de maneira lógica com a finalidade de conduzir condutas e que, continuamente, arranja e rearranja os critérios para alcançar seu fim. Por isso, em Foucault (2010b, p. 106), é necessário "investigar o problema do Estado a partir das práticas de governamentalidade", uma vez que o neoliberalismo possui uma sistematização bastante específica.

Para ampliar o horizonte de análise de Foucault, a crise interna do liberalismo revela que essa corrente de pensamento não é um corpo unificado. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 35), existiam dois espectros teóricos distintos – os reformistas que ainda preservavam um ideal de bem comum e os que concordavam com a ideia de liberdade individual – desde meados do século XIX, que se aprofundaram durante a Primeira Guerra Mundial e no entreguerras.

A partir desse cenário, percebe-se qual o sentido da afirmação foucaultiana quanto ao surgimento do neoliberalismo: ele estaria relacionado com uma crise do liberalismo ou crise de governamentalidade (Foucault, 2010b, p. 95). Dessa forma, o intento foucaultiano é avaliar os elementos que permitem mapear como essa crise de governamentalidade é vivida e experienciada no século XIX (Foucault, 2010b, p. 95). Esses elementos permitiriam a construção de uma história das crises desse dispositivo de razão de governo.

A crise da bolsa de valores norte-americana em 1929 desencadeou, segundo Quinn (2021, p. 39), uma sequência de eventos que consolidou um cenário de crise econômica internacional. O comércio internacional desacelerou o seu setor produtivo, o que demonstrou a incapacidade do caráter autorregulador do mercado. O crescimento das intervenções estatais

e modelos de planejamento econômico deixou cada vez mais evidentes que uma política econômica baseada no *laissez-faire* é pouco eficaz diante de crises.

Na aula do dia 07 de fevereiro de 1979 no *Collège de France*, Foucault (2010b, p. 140) evidencia que o contraste do neoliberalismo com o liberalismo clássico é marcado pela reformulação do campo problemático da discussão: busca-se pensar uma razão econômica que produza uma liberdade econômica capaz de assegurar a existência do Estado e de suas limitações. Isso significa ressignificar o papel do Estado em relação ao plano econômico, mas que de forma nenhuma o planeje de forma centralizada ou que busque substituir o mercado.

> Primeiro, definir um objetivo. Esse objetivo, como vimos, como analisamos na última vez, era fundar a legitimidade de um Estado a partir de um espaço de liberdade dos parceiros econômicos. Eis o objetivo. Foi esse o objetivo de [19]48. Já era, no fundo, o objetivo por volta dos anos 1925-1930, embora ainda fosse menos urgente, menos claro e menos nítido (Foucault, 2010b, p. 146).

A partir disso, os comentários foucaultianos implicitamente parecem apontar que não se trata de trabalhar o neoliberalismo simplesmente como uma teoria econômica, mas também como uma estratégia política e intelectual para reorganizar o plano conceitual após a crise do liberalismo. Segundo Foucault (2010b, p. 146), o neoliberalismo é tomado como estratégia de pensamento e governo.

Nesse sentido, na década de 1930, existe um esforço teórico para compreender as causas que levaram ao colapso econômico, conhecido como a "Grande Depressão". Alguns teóricos neoliberais defendiam a necessidade de definir um plano geral que permitisse entrar em choque com o sistema vigente – marcado pela forte intervenção estatal, pelo planejamento econômico e pelo socialismo de Estado[10]. Na esteira desse cenário exposto pelo argumento foucaultiano, a Escola de Genebra reordenou sua orientação de análise, passando a fazer um levantamento do campo de adversidade a ser considerado que saísse dos critérios de avaliação de gráficos, tabelas e fórmulas (Quinn, 2021, p. 72). Com isso, passaram a se opor às políticas de planejamento econômico, às formas extensivas e intensivas de intervenção do Estado, aos modelos de Estado de bem-estar social, tópicos que estariam desintegrando o Estado de direito na década de 1930 (Quinn, 2021, p. 72).

[10] Segundo Foucault (2010b, p. 147), o liberalismo alemão encontra alguns obstáculos para a reconstrução conceitual ao mesmo tempo em que um contexto que impulsionou os avanços da corrente. Nas palavras de Foucault (2010b, p. 147): "De aproximadamente 1925, [...] a 1930, os keynesianos alemães, como por exemplo Lautenbach, movem ao liberalismo o tipo de críticas que os keynesianos lhe movem em geral e propõem um certo número de intervenções do Estado sobre os equilíbrios gerais da economia. De sorte que se tinham, desde antes da tomada do poder pelos nazistas, quatro elementos: economia protegida, socialismo de Estado, economia planificada, intervenções de tipo keynesiano; quatro elementos que constituíam verdadeiros ferrolhos contra uma política liberal".

Do ponto de vista foucaultiano, era necessário reformular o horizonte conceitual estabelecido e redistribuir os recursos técnicos disponíveis para tal (Foucault, 2010b, p. 146). Em primeira instância, isso significa pensar a reformulação dos instrumentos de política pública, a maneira como se analisam e se obtêm os dados sociais, assim como reorganizar os conceitos de economia utilizados. Do ponto de vista objetivo, trata-se da busca por redefinir o papel do Estado na dinâmica econômica, de modo a transformar a concorrência como princípio organizador da política econômica. Nesse momento, uma pretensa racionalidade econômica passa a ser um instrumento geral de análise e intervenção do tecido social.

> O problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Não se trata, portanto, de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado (Foucault, 2010b, p. 181).

Além da "Grande Depressão" e das políticas estatais de intervenção econômica, o crescimento dos regimes autoritários e a influência das ideias socialistas também foram fontes de preocupação do movimento.

2.1 Colóquio Walter Lippmann

A emergência dessa reorganização do estatuto teórico do liberalismo pode ser vista a partir da quantidade de conferências e fóruns realizados entre os economistas, sociólogos, filósofos e políticos liberais para discutir temas urgentes, como a quebra do mercado de ações, a crescente instalação de regimes totalitários – em função do exemplo alemão, com Hitler e Mussolini na Itália – e a difusão dos modelos intervencionistas. Esses encontros deixaram cada vez mais evidente a ideia geral de que o *laissez-faire*, que fundamenta o liberalismo tradicional, havia chegado ao seu limite, tornando-se insuficiente para fornecer saídas a problemas criados pelo próprio sistema. No ano de 1937, Röpke se depara com o texto *Uma investigação sobre os princípios da boa sociedade*, do jornalista norte-americano Walter Lippmann.

Tendo como motivação esse cenário efervescente dos teóricos liberais, o filósofo Louis Rougier organizou um evento, tendo em vista a presença de Lippmann em Paris e o lançamento da tradução do livro do jornalista para o francês – por essa organização, Rougier foi um importante expoente para a introdução das ideias neoliberais na França. Assim, esse encontro teve um papel fundamental, já que o entusiasmo do público indicava a necessidade de um novo liberalismo que desse conta de proteger a sociedade de mercado (Foucault, 2010b, p. 223). Essa reunião ficou conhecida como Colóquio Walter Lippmann, fundamental

para a articulação de uma rede internacional que conectava os intelectuais liberais para cooperações futuras (Mariutti, 2021, p. 4).

A relevância da menção ao Colóquio se dá em razão da própria caracterização foucaultiana, que o destaca como um momento decisivo, uma vez que ele marca a passagem do liberalismo clássico a um liberalismo reconstruído. Posteriormente, esse novo liberalismo se ramifica em duas correntes já mencionadas, a saber, o neoliberalismo americano e o ordoliberalismo. O ponto central era fazer com que o Estado fosse um agente capaz de estabilizar as flutuações a partir de políticas públicas que preservassem o modelo de concorrência[11]. Nas palavras de Foucault (2010b, p. 222), essa reunião "apresenta o conjunto do colóquio e das diversas intervenções que vão se dar, e sua apresentação é, devo dizer, notável no que concerne aos princípios gerais desse neoliberalismo".

2.2 Conceito de neoliberalismo

Desde seu primórdio, o termo "neoliberalismo" esteve em disputa interpretativa, no sentido de oferecer um ponto de vista que melhor explique essa nova dinâmica de poder. Essas discussões ainda hoje ocorrem, dadas as modificações da atuação do capitalismo como zona de interferência nos processos de subjetivação. Entretanto, desde o final da década de 1930, a palavra em questão assumiu outra acepção, pois alguns autores a reivindicaram para explicitar a necessidade de reformar o liberalismo "de dentro", afastando-o da tradição associada ao *laissez-faire* manchesteriano.

Embora com nuances, o argumento envolvia superar o naturalismo típico dos liberais clássicos, sustentando de forma categórica que apenas um Estado forte poderia delinear um quadro institucional capaz de fomentar uma ordem baseada na concorrência e, desse modo, estabilizar uma economia indexada predominante pelo controle de preços. O Estado precisa ser forte, mas não um interventor direto. Precisamente na aula de 07 de fevereiro de 1979, Foucault (2010b, p. 163) traz a seguinte argumentação:

> Pois, de fato, o que é a concorrência? Não é de modo algum um dado natural. A concorrência é um *eidos*[12]. A concorrência é um princípio de formalização. A concorrência possui uma lógica interna, tem sua estrutura própria. Seus efeitos só se produzem se essa lógica é respeitada. É, de certo modo, um jogo formal entre

[11] Na aula de 07 de fevereiro de 1979, Foucault (2010b, p. 162) já dizia que o único resgate do liberalismo clássico foi o princípio da concorrência pressuposta que assegurava uma racionalidade econômica.

[12] A concorrência não é o resultado da interação humana natural, mas uma estrutura abstrata e ideal (*eidos*) que deve ser rigidamente protegida e fomentada pelo Estado.

> desigualdades. Não é um jogo natural entre indivíduos e comportamentos (Foucault, 2010b, p. 163).

Não se trata, portanto, de tentar dirigir a economia, mas de criar um quadro institucional compatível com o princípio da concorrência entre unidades produtivas de pequeno e médio porte. Somente um forte aparelho estatal poderia confrontar o poder dos conglomerados industriais e dos grandes sindicatos, assim como a difusa reação popular imediata aos mecanismos da concorrência.

Diante disso, depreendeu-se grande esforço para superar a tradição liberal. Assim, na esteira da discussão, a proposta do termo "neoliberalismo" designa um programa que se opõe ao "capitalismo organizado" perpassado pela lógica tradicional do livre mercado. O chamado "paleoliberalismo" (refere-se à doutrina clássica do *laissez-faire*, baseada na não intervenção estatal absoluta na economia) foi acusado de ser o estopim da crise, uma vez que a tradição mirou na prosperidade financeira sem qualquer auxílio externo à lógica. O resultado foi um excesso de intervenções estatais e uma economia especulativa que não possuía bases produtivas compatíveis (Audier, 2018, p. 23).

Hayek organizou um evento em 1947, em Mont Pèlerin, que reuniu parte dos participantes do colóquio Walter Lippmann. As diferenças entre a posição dos ordoliberais e a dos adeptos do "neoliberalismo" ficaram ainda mais explicitadas. Décadas depois, frente ao prestígio crescente do keynesianismo[13] e do dirigismo estatal, insistir na continuidade com relação ao liberalismo clássico foi uma forma adotada pela linha encabeçada por Hayek para marcar a diferença tanto com relação aos "novos liberais" quanto à ala ordoliberal (Mariutti, 2021, p. 7).

A partir de então, já na década de 1970, esse núcleo intelectual passa a ganhar mais força no âmbito político. Segundo Foucault (2010b, 270), "é nessa década que se coloca o problema da passagem global a uma economia neoliberal, isto é, grosso modo, o problema de alcançar e de inserir o modelo alemão". Esses teóricos neoliberais ganharam força na França e as ideias de Friedrich von Hayek e Milton Friedman se popularizam.

Dessa forma, o argumento de Foucault mostra a razão desse sucesso. No início dessa mesma década, existia um esgotamento do modelo de governo intervencionista e do Estado de bem-estar social. A crise desses modelos se intensificou com o contexto de inflação elevada,

[13] Teoria econômica proposta por Keynes que se opõe às ideias da economia neoclássica que defendiam que os livres mercados ofereceriam automaticamente empregos aos trabalhadores, contanto que eles fossem flexíveis na sua procura salarial. O economista apresenta uma nova visão sobre a demanda agregada, o papel do governo na economia e a importância das políticas de estímulo para combater recessões (Mariutti, 2021, p. 7).

alta taxa de desemprego e o baixo crescimento econômico em função do baixo consumo. Como reflexo disso, tem-se a crise do petróleo que, segundo Foucault:

> era o encarecimento do preço da energia, encarecimento esse que não se devia em absoluto à constituição de um cartel de vendedores que impunha um preço alto demais, mas era, ao contrário, simplesmente a diminuição da influência econômica e política do cartel dos compradores e a constituição de um preço de mercado para o petróleo e, de modo mais geral, para a energia, ou, em todo caso, uma tendência de o preço da energia chegar aos preços de mercado (Foucault, 2010b, p. 270).

Na América Latina, após o golpe de Estado no Chile e a atuação dos *Chicago Boys*, o uso da palavra "neoliberalismo" se difundiu. Contudo, foi na década de 1980, bem como na década de 1990, que seu uso aumentou acentuadamente. As eleições de Ronald Reagan e Margaret Thatcher e a implementação de seus programas econômicos, focados na desregulamentação e redução de impostos, na privatização de empresas estatais (para grandes conglomerados, no caso de Thatcher), levaram o termo a ser identificado com seus programas políticos. Na década de 1990, no contexto do aumento do comércio mundial e do "consenso de Washington"[14], em voga em instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, essa palavra se tornou ainda mais amplamente utilizada, quase sempre de forma crítica. Quando o tema do neoliberalismo começou a se espalhar nas décadas de 1980 e 1990, o seu período formativo – suas complexidades e nuances – seria largamente esquecido, mesmo pelos próprios promotores das chamadas políticas neoliberais, que geralmente não reivindicavam esse termo (Audier, 2018, p. 4).

2.3 Considerações sobre o neoliberalismo no contexto mundial

Como se buscou demonstrar, o conceito de neoliberalismo no contexto mundial se encontra relacionado às questões políticas e econômicas que, teoricamente, "têm início" com a quebra da bolsa de valores nos Estados Unidos em 1929. Porém, historicamente, o neoliberalismo tem início muito antes, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, quando, mesmo durante a guerra, as potências "moveram-se na direção do capitalismo organizado e do coletivismo de guerra" (Quinn, 2021, p. 42).

Como já mencionado, durante a guerra, a propriedade privada foi violada através das fronteiras e, rapidamente, o espaço do capitalismo foi invadido pela intervenção do Estado

[14] Propostas de medidas econômicas que foram apresentadas no *International Institute for Economy*, na capital dos Estados Unidos, em 1989. Tinha como objetivo alicerçar as políticas neoliberais, as quais garantiam o crescimento econômico e o desenvolvimento social dos países latino-americanos (Audier, 2018, p. 10).

com interferência direta em todas as movimentações financeiras. Mesmo antes da quebra da bolsa de valores em 1929, o mundo enfrentava problemas econômicos e economistas começavam a se organizar em conferências internacionais, como a Conferência Econômica Mundial, ocorrida em 1927, sendo a primeira em que participaram as duas instituições econômicas internacionais mais importantes da época. Assim, o tema principal da conferência era o desafio de restaurar o livre comércio e de enfrentar o obstáculo doméstico representado pelos sindicatos dos trabalhadores.

Em um mundo globalizado, o problema de um país ou continente pode se transformar nos problemas de todos os demais. Foi exatamente o que aconteceu com o as ruinas do liberalismo e o nascimento do neoliberalismo. Para os neoliberais, o Estado deve zelar pela organicidade dos ambientes econômicos, todavia, deve manter-se adequado aos interesses do capital internacional (Quinn, 2021, p. 47).

3. RECEPÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

A análise da biopolítica no contexto brasileiro, à luz das teorias de Michel Foucault, permite compreender como o poder estatal e as relações sociais operam não apenas através da repressão ou da lei, mas através da gestão da própria vida da população.

Embora Foucault tenha desenvolvido suas teorias baseando-se no cenário europeu, seus conceitos de biopoder, governamentalidade são amplamente aplicados no Brasil para analisar como o Estado e outras instituições organizam e controlam os corpos e a vida social.

Michel Foucault abordou o colonialismo e o imperialismo de forma indireta, focando nas suas relações de poder e nos mecanismos de sujeição que produziam subjetividades. Essa análise sugere que as lógicas coloniais, como o uso da força, a imposição de normas e a classificação racial, influenciaram a organização do Estado e da sociedade na Europa. Apesar dessas contribuições, alguns estudiosos criticaram o trabalho de Foucault por certo silêncio sobre o colonialismo (Stephen, 2013). Eles argumentam que ele não explorou suficientemente as relações entre o colonialismo, o racismo e a construção da identidade europeia. Foucault foi criticado por sua análise eurocêntrica, justamente por não considerar a produção de conhecimento e as relações de poder nos contextos coloniais com a mesma profundidade que a Europa (Stephen, 2013).

Para fundamentar a recepção do neoliberalismo no Brasil, tendo como ótica as considerações de governabilidade em Michel Foucault ligada ao liberalismo econômico, abordaremos diversas obras como *Segurança, território, população* (1978) e o curso

ministrado em 1978/1979, intitulado *O nascimento da biopolítica*. Veremos o desenvolvimento econômico e político brasileiro a partir do final do governo militar e, posteriormente, dos governos de José Sarney até o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva no processo de redemocratização brasileira – identificando como esses governos tornaram possível o exercício de um tipo específico de poder, em que Foucault intitulou "governamentalidade", focado na gestão da população, da economia e na condução de suas condutas.

Segundo Ferreira Neto (2019, p. 15), o termo "governamentalidade" surgiu no curso intitulado *Segurança, território, população* demonstrando ser um conceito crucial na arquitetura das obras de Michel Foucault. O curso dedicou-se ao estudo da razão de Estado desde o século XVII até o século XX, sendo que a parte final do curso concede especial atenção à governamentalidade neoliberal. O interesse de Foucault pelo projeto neoliberal prossegue no período imediatamente posterior, expresso sobretudo no curso *Nascimento da biopolítica*. Seu *corpus* envolveu, fundamentalmente, textos programáticos e artigos de economistas, visando entender a racionalidade neoliberal, e não sua implantação como programa de governo.

O mergulho de Foucault em temas clássicos, como o Estado e a economia política, mediante o olhar micropolítico da governamentalidade, o conduziu em direção aos processos de subjetivação e da ética (Neto, 2019, p. 17). Por conseguinte, Foucault cita o livro de Guillaume de La Perrière, *O espelho político* (1567), no qual se define "governo" como a maneira correta de dispor das coisas para levá-las não à forma do "bem comum", mas a de um "fim adequado" para cada coisa que deve ser governada. Foucault afirma que não se trata de impor uma lei aos homens, mas dispor das coisas – utilizar táticas, muito mais que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Assim sendo, objetiva-se um agir de modo que, por certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada (Foucault, 2008, p. 131-133). A definição de governo que busca um "fim adequado" nos remete ao *modus operandi* adotado na maneira como o neoliberalismo foi recepcionado no Brasil, por meio do Consenso de Washington e do Plano Brady. Esses são documentos que centralizaram a explicação do que são e como foram aplicadas as políticas neoliberais nos países "periféricos", sobretudo no que diz respeito ao Brasil.

3.1 Consenso de Washington

Michel Foucault não menciona diretamente o Consenso de Washington, pois ele faleceu em 1984, antes do Consenso, que ocorreu em 1989. Porém, em *O nascimento da biopolítica*, são antecipados os mecanismos que tornaram esse consenso possível através da investigação da racionalidade política que sustenta essas medidas: a nova arte de governar.

O Consenso de Washington se formou a partir da crise do consenso keynesiano e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico, elaborada nos anos 1940 e 1950. Segundo Batista (1994, p. 15), nesse período a América Latina atravessa uma das piores crises de sua história – uma crise marcada por estagnação econômica e por altas taxas de inflação. Os desempenhos dos países não eram, porém, uniformes, já que alguns poucos países cresciam e um número um pouco maior lograva uma relativa estabilidade de preços. Na média, todavia, prevalecia a paralisia econômica, bem como o retrocesso da renda dos habitantes e taxas de inflação muito elevadas.

A narrativa do Consenso de Washington, na interpretação de Bresser-Pereira (1991, p. 6), atribui a crise ao excessivo crescimento do Estado e suas políticas de regulação, protecionismo, populismo e incapacidade de controle do déficit público:

> De acordo com a abordagem de Washington as causas da crise latino-americana são basicamente duas: a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público (Bresser-Pereira, 1991, p. 6).

Segundo Batista (1994, p. 5), em novembro de 1989 reuniram-se, na capital dos Estados Unidos, os funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados nos assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países, também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. A conclusão dessa reunião foi a subsequente adoção daquilo que seria denominado Consenso de Washington.

Segundo Batista (1994, p. 5), o Consenso de Washington foi constituído por 10 reformas: a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base

tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas"; d) as taxas de juros deveriam ser positivas e determinadas pelo mercado; e) a taxa de câmbio deveria ser determinada pelo mercado, garantindo, ao mesmo tempo, que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro (Batista, 1994, p. 5).

Observa-se que as cinco primeiras medidas poderiam ser resumidas em uma: promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas, em que o mercado desempenha o papel fundamental. As cinco restantes são formas diferentes de afirmar que o Estado deveria ser fortemente reduzido. Esta lista de reformas é, portanto, perfeitamente coerente com o diagnóstico de que a crise latino-americana se origina na indisciplina fiscal (populismo econômico) e no estatismo (protecionismo nacionalista) (Batista, 1994, p. 6).

Michel Foucault, em sua obra *Segurança, território, população*, aborda a questão da economia política, afirmando que:

> A palavra "economia" designava uma forma de governo no século XVI, e no século XVIII designará um nível de realidade, um campo de intervenção para o governo, através de uma série de processos complexos e, creio, absolutamente capitais para nossa história. Eis portanto o que é governar e ser governado (Foucault, 2008, p. 127).

As reformas liberais já haviam iniciado na América Latina antes mesmo do Consenso de Washington, com a influência da Escola de Chicago nos governos Pinochet, no Chile (1974); Víctor Paz Estenssoro, na Bolívia (1985); Carlos Salinas, no México (1988); Carlos Menem, na Argentina (1989) e na Venezuela, com Carlos Andrés Perez (1989). A exceção é justamente o Brasil, com Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (a partir de 1990), e com Alberto Fujimori no Peru (1990). Porém, a partir do Consenso de Washington, as mudanças para a hegemonia neoliberal vão se consolidando com maior profundidade (Vaz; Merlo, 2020. p. 39).

3.1.1 O Brasil no Contexto do Consenso de Washington

No Brasil, a adesão aos postulados neoliberais recém-consolidados no Consenso de Washington foi decisivamente iniciada pelos presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando

Henrique Cardoso. Fernando Collor, comprometido na campanha e no discurso de posse com uma plataforma essencialmente neoliberal e de alinhamento aos Estados Unidos, dispôs-se a negociar bilateralmente com o referido país. Isso funcionou como uma revisão, a fundo, da legislação brasileira, tanto sobre informática quanto sobre propriedade industrial, enviando subsequentemente ao Congresso Nacional projeto de lei que encampava as principais reivindicações americanas. Com base em recomendações do Banco Mundial, o Brasil procederia a uma profunda liberalização do regime de importações, dando execução por atos administrativos a um programa de abertura unilateral do mercado brasileiro (Vaz; Merlo, 2020, p. 42).

Na década de 1970, no Brasil, a inflação se tornava ascendente; era o período dos generais militares (Emilio Médici, 1969/1974 e Ernesto Geisel, 1974/1979). De 20% ao ano, a inflação elevou-se para 30% após a primeira crise do petróleo e, depois, passou para 40% perto do final da década de 1970 e para 100% após a segunda crise do petróleo em 1979-1980 (Saad; Morais, 2018, p. 127). A dívida externa agravou a crise econômica e social e a hiperinflação iniciada nesses períodos teve fortes impactos nos subsequentes governos democráticos.

> Durante a ditadura, o Brasil não enfraqueceu economicamente o Estado, apesar do ingresso maciço de capital estrangeiro. Foi só com a crise da dívida que a situação econômica do Brasil se igualou às dos outros países, abandonando projetos de desenvolvimento, sob o impacto do crescimento das dívidas e dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Sader, 2013, p. 138).

Devemos ainda destacar que, na ditadura militar, foi mantida a perspectiva de fortalecimento do Estado fomentador do desenvolvimento (Plano Nacional de Desenvolvimento I e II). De acordo com Eurípedes Vieira (2012), no conjunto, os Planos Nacionais de Desenvolvimento, tendo como suporte o planejamento estratégico, ampliaram as bases do desenvolvimento nacional. Além de obras de infraestrutura física, transportes, corredores de exportação, obras portuárias, grandes usinas hidrelétricas (Itaipu), usinas nucleares, polos petroquímicos (Bahia e Rio Grande do Sul), foi ampliada a base das telecomunicações. Na área monetária, foi criado o Banco Central, e, no campo social, o banco nacional de habitação (BNH). No campo da pesquisa, foram criados o instituto de pesquisa aplicada (IPEA), o fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT), o plano básico de desenvolvimento científico e tecnológico (PBDCT), a financiadora de estudos e pesquisas (FINEP) e o programa de expansão de matrículas no ensino superior (com meta de um milhão). Na agricultura, houve incentivo para o plantio de grãos (soja), criado o programa nacional do álcool (PróÁlcool) e o programa de desenvolvimento dos cerrados

(PRODECER) para o aproveitamento agropecuário do cerrado no centro-oeste e norte do País. Esses Planos Estratégicos de Desenvolvimento tiveram continuidade por 20 anos, fechando o ciclo dos grandes planos nacionais de desenvolvimento. O fim do período também encerra esse ciclo (Vieira, 2012, p. 2).

Nos anos 1980, o Brasil passou por profundas mudanças políticas e sociais, com a transição da ditadura militar para a nova república. Com a democracia e a nova Constituição de 1988, a "Constituição cidadã", o Brasil buscou se aproximar do Estado de bem-estar social, já em estagnação nos países centrais do capitalismo. O país também se viu diante de circunstâncias financeiras adversas, decorrentes da fraqueza da economia, da escala da inflação e da transição econômica para o neoliberalismo.

Segundo Furno e Rossi (2023, p. 38), os anos 1980 foram marcados pela altíssima inflação que assolou o país, prejudicando os mais pobres e desorganizando a economia. Enquanto nos anos 1970 a inflação estava por volta dos 30% e 40% ao ano, no início dos anos 1980 ela salta para a casa dos 100% e, em 1983, com a maxidesvalorização cambial do cruzeiro promovida por Delfim Netto, salta para a casa dos 200%.

A Constituição Federal de 1988 transferiu aos governos estaduais e municipais o dever de oferecer programas sociais, saúde e educação. Entretanto, não lhes garantiu os recursos necessários para isso. Com a nova ordem social democrática, a Constituição cidadã apontou para o Estado de bem-estar social universal e distributivo, inspirado na social-democracia da Europa Ocidental do pós-guerra. O Estado ficava obrigado a fornecer proteção social, aposentadoria, moradia, educação e a criar um sistema único de saúde gratuito. Segundo Foucault (2010b, p. 195): "numa economia de bem-estar uma política social é uma política que admite que, quanto maior o crescimento, mais a política social, de certo modo em recompensa e em compensação, deve ser ativa, intensa [e] generosa".

Porém, esses programas de provisões públicas conflitaram com as limitações políticas e orçamentárias impostas pela transição ao neoliberalismo. Nesse contexto, com as transformações políticas e sociais, a inflação continuou galopante, chegando, em 1986, próximo de 400%, quando foi interrompida temporariamente pelo plano de estabilização econômica intitulado Plano Cruzado, lançado pelo então presidente José Sarney (1985-1990), primeiro governo civil após o fim do regime político militar.

Diante de tal contexto, verificou-se que a carta democrática teve muitas dificuldades para ser implantada, pois nasceu na contramão da onda neoliberal do mundo e na própria América Latina. Algumas vozes do governo Sarney afirmavam que os direitos cidadãos

tornariam o Estado ingovernável, pois seria impossível cumpri-los sem agravar a recessão econômica que o Brasil atravessava (Sader, 2013, p. 140).

Não se deve esquecer que a colonização, com suas técnicas e suas armas políticas e jurídicas, transportou modelos europeus para outros continentes. Contudo, ela também teve numerosas repercussões sobre os mecanismos de poder no Ocidente, isto é, sobre os aparelhos, instituições e técnicas de poder. Houve toda uma série de modelos coloniais que foram trazidos para o Ocidente, o que permitiu praticar também em si mesmo uma espécie de colonização, um colonialismo interno (Foucault, 2010a, p. 121).

Para realizar uma breve análise da recepção do neoliberalismo no Brasil, deve-se fazer uma concisa evolução histórica, usando como referência os períodos dos presidentes pós-redemocratização, ou seja, de 1985 (José Sarney) até 2011 (Luiz Inácio Lula), para uma melhor análise. Não nos aprofundaremos nos detalhes políticos e econômicos de cada presidente, o objetivo é promover uma visão holística do desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil.

3.2 Plano Brady

Entre o Plano Brady (iniciativa de reestruturação da dívida externa nos anos 1980-1990) e o pensamento de Michel Foucault, especialmente sobre neoliberalismo e governamentalidade, não existe uma relação direta. Porém, o mencionado plano pode ser analisado sob a ótica dos conceitos de “biopolítica” e “governamentalidade”.

Parte-se, então, da identificação do plano Brady como uma “relação de poder”, sob a ótica de Michel Foucault. Segundo Judith Revel, Foucault nunca trata do poder como uma entidade coerente, unitária e estável, mas dispõe todas as questões na dinâmica do poder, que supõe condições históricas de emergências complexas e que implicam efeitos múltiplos – geralmente compreendidos fora do que a análise filosófica identifica tradicionalmente como o campo do poder. Se o poder não existe, senão em ato, então, é a questão do “como?” que deve ser retomada para analisar suas modalidades de exercício, isto é, tanto a emergência histórica de seus modos de aplicação quanto os instrumentos que ele se dá, os campos onde ele intervém, a rede que ele desenha e os efeitos que ele implica numa época dada (Revel, 2005, p. 67).

O Plano Brady, cujos princípios foram articulados pela primeira vez pelo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos da América, Nicholas F. Brady, em março de 1989, foi concebido para lidar com a chamada crise da dívida dos países “menos desenvolvidos” na

década de 1980. A crise da dívida começou em 1982, quando vários países, principalmente na América Latina (Brasil, Argentina, México, Costa Rica, Venezuela e Uruguai), confrontados com altas taxas de juros e baixos preços das *commodities*, admitiram sua incapacidade de honrar centenas de bilhões de dólares em empréstimos bancários comerciais. Como as economias de muitos desses países dependiam do financiamento bancário comercial, as constantes renegociações de dívidas e a consequente percepção de falta de credibilidade levaram a uma "década perdida" de estagnação econômica, durante a qual o crédito internacional voluntário e os fluxos de capital para essas nações e seus setores privados foram severamente interrompidos.

Para Petrônio Portella (1994), a crise financeira de 1982 transcorreu sob um cenário político desfavorável aos devedores. Encontrava-se na Casa Branca um governo ultraconservador, que passou a repelir as propostas de redução da dívida. Com o apoio do governo Reagan e do Fundo Monetário Internacional, os bancos credores se juntaram em cartéis liderados pelos grandes bancos americanos. A estratégia de administração da dívida externa resultou em uma violenta exação financeira que trouxe recessão à maioria dos países tutelados, ao mesmo tempo em que permitiu grandes aumentos nos lucros dos bancos credores. Durante a primeira rodada de renegociação, quase todos os devedores insolventes tiveram as taxas de *spread*[15] aumentadas de modo a dobrar ou triplicar as margens de lucros dos bancos (Portella, 1994, p. 58).

Segundo Petrônio Portella (1994, p. 62), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD) foram instados a participar do programa criando um fundo para a redução da dívida. A participação dessas instituições deveria incluir a tutela dos países devedores e a criação de normas para utilização das verbas de redução da dívida. A negociação da redução da dívida deveria transcorrer no âmbito do mercado, "incentivada e apoiada, porém não controlada pelas instituições internacionais" (Portella, 1994, p. 62).

Desde a eclosão da crise financeira de 1982, foram apresentadas várias propostas de redução da dívida externa dos países subdesenvolvidos. Apesar de muitas das propostas apresentarem viabilidade financeira, elas foram bloqueadas pelo governo dos Estados Unidos, que se posicionou de forma decidida em favor da cobrança *in totum*[16] das dívidas. À medida que os anos foram se passando, a persistência da crise e o aumento do descontentamento dos

[15] Taxa que um banco paga para captar dinheiro e a que cobra para emprestar, funcionando como o lucro da instituição em operações financeiras, como câmbio, empréstimos e investimentos.
[16] Quando o valor total ou a totalidade de um débito está sendo exigido, sem fracionamento, descontos parciais ou abatimentos de partes específicas.

países devedores fizeram com que as propostas de redução da dívida ganhassem lentamente a adesão de autoridades influentes do chamado Primeiro Mundo.

A implantação do Plano Brady se deu de forma gradual. Em maio de 1989, o Banco Mundial e o FMI adotaram políticas de empréstimos voltadas para a redução da dívida e de seu serviço. As duas instituições manifestaram disposição em contribuir com aproximadamente US$ 20 bilhões. Essa quantia foi posteriormente revista para US$ 24 bilhões, sendo que US$ 12 bilhões seriam alocados de programas já existentes do FMI e do banco mundial (BIRD), e apenas a outra metade representaria oferta de novos recursos aos países devedores. O Japão se mostrou disposto a oferecer até US$ 10 bilhões em cofinanciamentos (uma oferta que seria posteriormente reduzida para US$ 6 bilhões). Ao final de 1989, foi formado um fundo da ordem de US$ 30 bilhões (CEPAL, 1990, p. 55-56).

Uma ação positiva do Plano Brady foi a convocação para que alguns países credores reajustassem suas políticas fiscais e financeiras para remover obstáculos à redução do endividamento. Em 1989, as autoridades monetárias de vários países credores, inclusive Estados Unidos, Japão e França, adotaram medidas de apoio aos esquemas de renegociação do Plano Brady (CEPAL, 1990, p. 58-59).

Todavia, a orientação da nova estratégia era basicamente conservadora. Estranhamente, as características continuístas do Plano Brady passaram, em grande medida, despercebidas pelas avaliações técnicas preliminares de alguns especialistas e da imprensa brasileira que, no geral, deram destaque excessivo à proposta de redução das dívidas. Contudo, não foi percebido que, colocada em bases voluntárias e entregue à administração dos cartéis bancários, a redução da dívida acabaria se tornando uma meta secundária do Plano Brady (Portella, 1994, p. 65).

Nesse sentido, o Brasil apresentou bastante resistência ao acordo no ano de seu lançamento, sendo um dos últimos a aceitar os termos de transação. As negociações entre o governo brasileiro e os bancos estrangeiros, sobretudo durante o mandato de Fernando Collor, foram cercadas de ampla propaganda, que induziu a opinião pública a acreditar que o governo brasileiro estava realizando uma negociação de caráter inovador, sem precedentes na história recente, que resultaria em redução de 35% na dívida externa do país. Na verdade, o que se negociava eram simplesmente os termos para a adesão ou o enquadramento do Brasil ao esquema Brady, conforme o padrão que fora inaugurado com o México em acordo assinado em 1990. Além disso, estava em discussão apenas a parte da dívida externa brasileira, que se referia ao grosso da dívida do setor público com bancos comerciais estrangeiros, algo como 37% do total. Mesmo no que diz respeito a esse componente da dívida, uma análise um pouco

mais cuidadosa revelaria que a redução efetiva era muito inferior aos 35% anunciados pela propaganda oficial, com amplo respaldo da mídia (Batista; Ragel, 1995, p. 41).

De acordo com Batista e Ragel (1995, p. 41), a estimativa de desconto efetivo apresentada na tabela a seguir leva em conta esses dois pontos, tomando por base a metodologia utilizada em alguns documentos do FMI e do Banco Mundial. O que se procura estimar é o impacto do acordo sobre o nível de endividamento líquido do País, definindo a dívida externa líquida como a diferença entre a dívida bruta e as reservas internacionais disponíveis no Banco Central. Como se vê, o endividamento líquido adicional associado ao financiamento das garantias, que corresponde quase integralmente a imobilização de reservas, anula cerca da metade do ganho resultante do desconto de US$ 7,6 bilhões (ou 15,5% da dívida afetada) captado via redução do principal ou dos juros. A redução efetiva[17] alcança, portanto, US$ 3,7 bilhões, o que equivale a 7,6% do valor da dívida afetada pelo acordo (Batista; Ragel, 1995, p. 42).

Tabela 1 – Estimativa do desconto efetivo proporcionado pelo Plano Brady ao Brasil - 1994

Descrição	Valor
A - Dívida afetada pela renegociação (US$ bilhões)	49,0
B - Desconto captado via redução do principal (US$ bilhões)	3,9
C - Desconto captado via redução dos juros (US$ bilhões)	3,7
D - Financiamento de garantias (US$ bilhões)	3,9
Novos empréstimos – bancos comerciais (US$ bilhões)	0,4
Imobilização de reservas do Banco Central (US$ bilhões)	3,5
Desconto efetivo * (B + C – D) (US$ bilhões)	3,7
Desconto efetivo em relação à dívida afetada (%)	7,6

Fonte: Banco Central do Brasil.

Um dos fatores que reduziram as vantagens proporcionadas por acordos negociados no âmbito do Plano Brady é a necessidade de oferecer garantias para parte da dívida reestruturada. No caso brasileiro, o financiamento das garantias foi obtido quase inteiramente à custa de imobilização de reservas do Banco Central. É uma particularidade de o acordo brasileiro diferenciar-se dos anteriores, uma vez que, no caso de países como México, Venezuela e Argentina, grande parte das garantias foi financiada com recursos de fontes oficiais (FMI, Banco Mundial e outras). Embora essa desvantagem do acordo brasileiro tenha sido atenuada pela negociação de uma cláusula que previu a integralização parcelada de parte

[17] Entende-se por desconto efetivo a redução da dívida externa líquida do País resultante da implementação do acordo. A dívida líquida é definida como a diferença entre a dívida total e as reservas efetivamente disponíveis.

das garantias, o fato é que a ausência de financiamento oficial acabou exigindo um comprometimento maior das reservas (Batista; Ragel, 1995, p. 43).

De acordo com Batista e Ragel (1995), a adesão brasileira foi negociada no final do governo Collor, profundamente fragilizado e ameaçado pelo *impeachment* que se consolidou em 1992. Collor tentava apressar a definição das características fundamentais do acordo, com o intuito de criar um fato político capaz de reforçar a sua base de apoio externa e as suas chances de sobrevivência em face da crescente oposição dentro do país. De forma geral, o acordo acabou favorecendo mais a parte credora do que a devedora. Não surpreende que tenha sido assim. As condições políticas, tanto internas quanto externas, confluíam para produzir esse resultado. No plano externo, o Brasil era, àquela altura, o único dos principais devedores latino-americanos que ainda não havia aderido às condições previstas no chamado Plano Brady. A finalização do acordo ocorreu, por sua vez, durante a gestão da Ministra da Fazenda Zélia Cardoso, que preparava a sua candidatura à Presidência da República e encontrava, na conclusão da negociação com os bancos estrangeiros, um meio de solidificar o suporte internacional às suas pretensões políticas. Por isso, Fernando Henrique Cardoso estava disposto não só a respeitar integralmente as condições aceitas pelo governo Collor, mas também a concordar que o financiamento das garantias repousasse quase exclusivamente sobre as reservas internacionais do Banco Central (Batista; Ragel, 1995, p. 46).

Segundo Batista e Ragel (1995, p. 46), o acordo trouxe diversas vantagens para os bancos. A mais importante foi permitir o levantamento da moratória brasileira em troca de um desconto reduzido. Além disso, parte da dívida nova resultante da implementação do acordo passou a contar como garantia para a principal e para parte dos juros. O acordo resultou também na "securitização" dos créditos contra o Brasil, isto é, na sua transformação em títulos ou bônus, mais facilmente negociáveis nos mercados secundários. Isso permitiu acelerar o processo de redução do grau de envolvimento dos grandes bancos comerciais com o Brasil. Em contrapartida, levou, especula-se, a uma dispersão dos papéis brasileiros para as mãos de investidores não bancários de diferentes tipos, o que gerou problemas de coordenação em futuros processos de reestruturação da dívida.

Do ponto de vista brasileiro, o acordo trazia, inegavelmente, alguns benefícios, dentre os quais se destacam o reconhecimento pelos credores de que a dívida não poderia ser integralmente paga nas condições contratuais originais, a ampliação dos prazos de pagamento e a redução da parcela da dívida que carrega taxas de juros flutuantes, diminuindo, assim, a vulnerabilidade do País às elevações das taxas de juros dos mercados internacionais (Batista; Ragel, 1995, p. 47).

Segundo Bresser (2003, p. 126), a crise econômica brasileira iniciada em 1979 agravou-se em 1983, contribuindo para o processo de transição para o sistema democrático. Logo o processo de transição do governo militar para o processo de democratização não foi apenas político; a partir de 1979, houve fortes influências econômicas, como a alta do preço do petróleo, a recessão dos Estados Unidos e o aumento das taxas de juros internacional.

3.3 A crise econômica brasileira

Antes de começar a análise da crise econômica brasileira pós-redemocratização, deve-se destacar como se encontrava a situação econômica no Brasil no começo dos anos 1960. Não se falava no Brasil em crise econômica, social ou política. Desde o fim da Segunda Guerra mundial o país era dominado por um sentimento de otimismo, que, nos últimos anos da década de 1950 se transformou em euforia (Bresser, 2003, p. 122).

A partir de 1961, a situação modificou. O sentimento de otimismo foi dando lugar ao de dúvida e depois de pessimismo. O país foi pouco a pouco adentrando em uma conjuntura de crise, em que os problemas emergentes suplantavam as saídas encontradas. A crise assumiu, basicamente, um caráter econômico e político. Até 1961, a taxa de desenvolvimento da renda *per capita* girava em torno de 3%, contudo, em 1964 essa taxa se tornou negativa, apresentando um decréscimo de 6,1%. Uma das explicações para o fenômeno foi a redução de 4,5% sofrida pela produção rural e 0,4% a produção industrial, sendo que no pós-guerra o Brasil foi o país da América Latina que mais cresceu sua produção industrial. Nos períodos de 1945-1950 a 1956-1961, o aumento da produção manufatureira atingiu a taxa de 9,4% (Bresser, 2003, p. 123).

O país entra em crise e o desemprego foi a evidência mais tangível. Entretanto, outros fatores anunciaram a crise, como os empresários brasileiros e estrangeiros sentido a debilidade do mercado suspenderam seus investimentos, sugerindo inclusive que se modificasse a legislação trabalhista, tornando possível a redução de horas de trabalho, para que não fossem obrigados a despedir operários qualificados. A diminuição das oportunidades de investimento constituiu a causa estrutural em médio prazo mais importante. Se não há perspectivas de altos lucros e amplas possibilidades de expansão, não haverá investimentos privados. Logo, não existe desenvolvimento sem investimentos (Bresser, 2003, p. 125).

Com a queda dos investimentos e a desaceleração da economia, caíram os salários reais, agravando-se o problema da falta de demanda para as empresas. A diminuição dos salários começou, na verdade, antes da crise se manifestar, aproximadamente, em 1958. Entre

1958 e 1966, o salário mínimo real caiu 38%. Esse fenômeno iria ter consequências negativas sobre o consumo. O produto nacional, todavia, continuou a crescer, embora em um ritmo menor. Resultou disso, que as empresas foram paulatinamente atuando sem mercado efetivo, na qual pudesse aplicar sua produção e acabaram também obrigadas a reduzir seus investimentos. Estava, assim, delineada uma causa fundamental da crise econômica (Bresser, 2003, pag. 125).

De acordo com Bresser (2003, p. 230) a falta de confiança do governo brasileiro com o fundo monetário internacional (FMI), vai desde a década de 1950, quando o presidente Juscelino Kubitschek se negou a negociar com o fundo, pois o avaliava incapaz de perceber as características dos países subdesenvolvidos. Seus planos de ajustamentos e consolidação, foram marcados por severas políticas fiscais e monetárias, mas não se revelavam capazes de resolver os problemas de inflação e de déficit em transações correntes, ou podiam até resolver esses problemas, porém, a um custo social e econômico desproporcional aos resultados alcançados.

Vamos analisar o final do ano de 1982, com a suspensão da rolagem da dívida externa, o Brasil tinha duas alternativas: 1) declarar uma completa moratória; 2) declarar uma moratória branca (não agressiva) do principal e continuar pagando os juros e os dividendos enquanto negociava com o FMI e os principais credores. A segunda alternativa foi escolhida e o Brasil assinou uma carta de intenção com o FMI, comprometendo-se a ter um superávit comercial de US$ 6 bilhões, um corte de 50% no déficit do setor público e uma taxa de inflação de 90%. Esse processo de ajustamento representaria ao país uma taxa de crescimento no PIB de 3,5%, em 1983 no governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Segundo Bresser (2003, p. 231), várias medidas foram postas em prática 1983, dentre elas destaca-se o corte dos salários reais e sua indexação a 80% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) durante os dois anos seguintes. Essa medida representou um corte de 30% nos salários reais em dois anos. As medidas de ajustamento, que o governo tomava para compensar a experiência desastrosa de populismo econômico de que ele próprio fora responsável, aprofundavam a crise política. A transição democrática se tornava cada vez mais inevitável e era preciso pensar em alternativas políticas, econômicas e sociais.

De acordo com estudos de Maddison (1988, p. 54), a crise brasileira nos anos 1980 foi a mais grave crise da história de seu desenvolvimento capitalista, o Brasil foi o país que apresentou maiores taxas de crescimento do PIB desde 1870, em comparação com um número selecionado de países, entre os quais os Estados Unidos, o Japão e a União Soviética. A partir de 1981, a economia brasileira entra em um longo período de estagnação que durou toda a

década. A renda por habitante, que nos oitos anos anteriores (1973/1980) cresceu 52,7%, em estagnação total nos anos 1980 (Maddison, 1988, p. 54).

Ainda de acordo com Maddison (1988), essa redução da taxa de crescimento da renda por habitante, que baixa cerca de 4% anuais para menos de 1% ao ano, não era acidental ou temporária ao contrário do que, muitos pretendiam. Porém, estava diretamente relacionada com a queda na taxa de investimento do país. Esta, que foi de 22,9% nos anos 1970, baixou substancialmente a partir de 1983, conforme podemos observar a tabela abaixo.

Tabela 2 – Variáveis macroeconômicas internas 1977 – 1988 (%)

Ano	Cresc. PIB	Invest./PIB	Transf. rec./PIB	Inflação (IPC)
1979	7,2	23,0	(2,1)	77,2
1980	9,1	22,5	(2,2)	99,7
1981	(3,1)	21,0	(0,4)	93,5
1982	1,1	20,4	(0,7)	100,3
1983	(2,8)	16,1	2,4	178,0
1984	5,7	15,5	5,6	109,1
1985	8,4	16,7	5,1	239,1
1986	8,0	18,5	2,6	59,2
1987	2,9	19,7	3,0	394,6
1988	1,0	17,0	5,0	900,0

Fonte: IBGE, Conjuntura Econômica, nº 42.

É preciso introduzir um terceiro sintoma da crise econômica brasileira dos anos 1980: a taxa de inflação. Em 1980, a inflação subiu para cerca de 100%; em 1983, para a casa de 200% e, finalmente, depois do interregno do Plano Cruzado, foi para quase 400%, em 1987. Em 1988, já estava próximo de 1000%.

Há, assim, três sintomas básicos da grande crise econômica que o Brasil enfrentou na década de 1980: estagnação sem precedentes da renda por habitante, redução de aproximadamente seis pontos percentuais na taxa de investimento e taxas de inflação altíssimas. A causa fundamental da crise econômica brasileira dos anos 1980 era fiscal, o desequilíbrio financeiro estrutural do setor público, o qual, por sua vez, tinha como uma de suas causas fundamentais o tamanho excessivo da dívida externa pública (Bresser, 2003, p. 234).

Para Luiz Carlos Bresser (2003, p. 235), a dívida externa era, nos anos 1980, o pano de fundo da crise econômica brasileira, o que continuou nos anos 1990. A redução da taxa de crescimento da economia brasileira nos anos 1980 para uma média muito próxima ao crescimento da população se explica, em termos de causalidade direta, por dois fatores: de um lado, pela redução da taxa de investimentos públicos, na medida em que a elevação dos

compromissos com os juros tornava negativa a poupança pública e, de outro, pela aceleração da inflação, que desorganizava ou tornava mais ineficiente o investimento. Diante de tal crise econômica, ocorreu a passagem do regime militar para a redemocratização. Entretanto, isso não aconteceu de forma abrupta, mas por meio da configuração de uma transição democrática gradual, negociada entre os setores dominantes (empresariais e políticos) e tutelada pelos militares (Sallum, 1999, p. 15).

Porém, as enormes esperanças e otimismo depositados no governo de José Sarney (1985-1990), em seu início, transformaram-se em desalento a cada novo fracasso dos programas de estabilização (o Plano Cruzado em 28 de fevereiro de 1986; o Plano Bresser em 12 de junho de 1987 e o Plano Verão em 14 de janeiro de 1989). A cada novo fracasso, a inflação acelerava e flertava com a hiperinflação, ampliando a instabilidade macroeconômica em curso, associada aos problemas nas contas externas (o país decreta *default* em 1987 – moratória dos juros devidos sobre a dívida externa), nas finanças públicas e no encurtamento temporal das decisões empresariais (preços e acumulação de riqueza) que afetavam negativamente os investimentos (Belluzzo; Almeida, 2002, p. 42).

Para Souza (2012), a questão da economia política, analisada neste tópico, ocasionou a inserção de uma concepção pragmática na teorização acerca da ação governamental, uma vez que, a partir de agora, o governante deveria se pautar pela possibilidade de sucesso ou de fracasso em suas ações. Foucault aponta que esses dois elementos – a limitação interna da razão governamental, ao lado do surgimento desse novo saber – caracterizam decisivamente os Estados modernos. Nesse ponto, é possível perceber uma relação direta entre a forma de racionalização de uma prática de poder e o nascimento de um novo saber (Souza, 2012, p. 194). Analisaremos agora o impacto neoliberal na trajetória política e econômica brasileira através dos governos de José Sarney (1985) a Luiz Inácio Lula (2011).

3.4 Presidente José Sarney (1985-1990)

De acordo com Luiz Carlos Bresser (2003, p. 258), a morte de Tancredo Neves, quando deveria assumir a Presidência da República, e sua substituição por José Sarney, não foram apenas uma tragédia pessoal, mas também uma fatalidade histórica que custou caro ao Brasil. O fato de José Sarney ter ocupado a Presidência da República foi o fator determinante para o retorno ao poder dos setores mais arcaicos e parasitários do capitalismo brasileiro.

Durante o governo de Sarney, foram elaborados dois planos econômicos: o Plano Cruzado I e II, Bresser e Verão. O Plano Cruzado só foi adotado no segundo ano do governo

Sarney, pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, como resposta à alta da inflação. Existiam quatro grandes grupos de medidas no Plano Cruzado: reforma monetária e congelamento, em que se estabelece o cruzado como o novo padrão monetário nacional, com a paridade de Cr$1.000 = Cz$1. A mudança tinha, basicamente, dois propósitos: a) criar a imagem de uma nova moeda forte; e b) permitir a intervenção nos contratos, já que ficava estabelecida uma nova unidade monetária. Assim, houve a desindexação da economia em que as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTNs (criadas em 1964, no Paeg) foram extintas e substituídas pelas Obrigações do Tesouro Nacional — OTNs, cujos valores ficariam congelados por um ano. No Índice de Preços e Cadernetas de Poupança, no qual houve o deslocamento do período de apuração do Índice de Preços ao Consumidor - IPCA, passou a ser denominado de Índice de Preços ao Consumidor (IPC); uma nova política salarial, pela qual os salários em cruzados deveriam ser calculados pela média dos últimos seis meses (setembro de 1985 a fevereiro de 1986) em valores correntes. Os salários ficavam oficialmente congelados, cabendo aos empresários decidir por aumentos caso a caso, através de negociação (Giambiagi, 2011, p. 111).

De acordo com os formuladores do Plano Cruzado, diversos foram os erros de concepção e de condução do plano que contribuíram para a sua derrocada: 1) a despeito de sua parcela significativa, a inflação brasileira não era puramente inercial; 2) os abonos salariais concedidos antes do plano se mostraram contraproducentes; 3) o congelamento de preços foi demasiadamente longo; 4) o gatilho salarial reforçou o principal elemento subjacente à espiral salário-preço; 5) a manutenção do câmbio fixo contribuiu para a deterioração das contas externas; e 6) a defasagem de determinados preços públicos fragilizou ainda mais a posição fiscal do governo (Giambiagi, 2011, p. 115).

O Plano Bresser teve certo sucesso inicial na redução da inflação. Diferentemente do Cruzado, todavia, não pretendia e nem obteve inflação próxima de zero nos primeiros meses. A inflação mensal oficial (medida pelo IPC) baixou de 26,1%, em junho, para 3,1%, em julho, e 6,4%, em agosto. Após o fracasso do Plano Cruzado, o congelamento pretendido pelo governo não foi respeitado. Diante do temor de um novo congelamento, houve remarcações preventivas de preços, que contribuíram para aumentar os desequilíbrios entre preços relativos.

Em janeiro de 1989, o governo anunciou seu novo plano, chamado de Plano Verão. Assim, foram extintos todos os mecanismos de indexação, inclusive a Unidade de Referência de Preços (URP) que, ao atrelar os salários aos preços, com defasagem, era uma grande força de contenção da aceleração inflacionária. Novamente, como havia ocorrido no Plano Cruzado,

houve mudança na unidade monetária nacional, sendo criado o Cruzado Novo, correspondendo a mil cruzados. A nova moeda foi estabelecida como equivalente ao dólar, na paridade 1:1 (Giambiagi, 2011, p. 118).

Como os outros planos, o Plano Verão também não conseguiu seu objetivo, pois o resultado para a economia foi um grande aumento da inflação, que ultrapassou 80% ao mês no começo de 1990.

Diante do diagnóstico de inflação inercial, uma série de planos de estabilização foi implementada para resolver a inflação brasileira. O Plano Cruzado (1986) foi o primeiro a aplicar o congelamento de preços como instrumento, seguido dos Planos Bresser (1987) e do Plano Verão (1989). Todos esses planos fracassaram, uma vez que o congelamento de preços represava uma estrutura de preços desalinhada: quando os preços foram congelados, alguns empresários haviam reajustado seus preços no mesmo dia, mas outros o fizeram na semana anterior. Assim, o tabelamento de preços prejudicava alguns setores e empresários que, insatisfeitos, começavam a burlar o congelamento. Produtos somem das prateleiras e se formam mercados paralelos de produtos como leite, carne e remédios. Quando o plano falhava, os preços represados disparavam e novos patamares de inflação eram alcançados (Furno; Rossi, 2023, p. 143).

Sader (2013, p. 147) nota que, durante a década de 1980, o Brasil continuou com o seu desempenho econômico decepcionante, a inflação e a vulnerabilidade externa. O processo de transição democrática se esgotava sem ter democratizado o poder econômico no Brasil. Não se democratizou o sistema bancário, nem os meios de comunicação, nem a propriedade da terra, nem as grandes estruturas industriais e comerciais. O país continuou sendo o mais desigual do continente, e um dos mais desiguais do mundo (Sader, 2013, p. 147).

O governo de José Sarney, o mais frágil desde a fase terminal de João Goulart, perdeu em dois anos e meio todos os recursos simbólicos que lhe dariam legitimidade. As demandas por mudanças foram sistematicamente frustradas pelo excesso de continuidade na forma, no ritmo e na substância da transição política: os militares continuaram no proscênio, o fisiologismo exacerbou-se, a corrupção tornou-se generalizada e visível, a máquina estatal se mostrou mais ineficiente: criou-se a imagem de um presidente frágil, provinciano, preso ao seu círculo íntimo, alheio às correntes dominantes e politicamente desastrado (Góes, 1987, p. 15).

Analisando a recepção do neoliberalismo no Brasil, sob a ótica dos conceitos de governamentalidade liberal elucidados por Michel Foucault, em suas aulas no *Collège de*

France, destacamos a menção do filósofo a uma nova forma de governabilidade com o surgimento dos economistas:

> Economistas que eram heréticos em relação a quê? Não mais em relação a esse grande pensamento cosmoteológico da soberania, mas heréticos em relação a um pensamento ordenado em torno da razão de Estado, heréticos em relação ao Estado, heréticos em relação ao Estado de polícia, e foram eles que inventaram uma nova arte de governar, sempre em termos de razão, claro, mas de uma razão que não era mais a razão de Estado, ou que não era mais apenas a razão de Estado, que era, para dizer as coisas mais precisamente, a razão de Estado modificada por essa coisa nova, esse novo domínio que estava aparecendo e que era a economia. A razão econômica está não substituindo a razão de Estado, mas dando um novo conteúdo à razão de Estado e dando, por conseguinte, novas formas à racionalidade de Estado. Nova governamentalidade que nasce com os economistas mais de um século depois da outra governamentalidade [ter] aparecido no século XVII (Foucault, 2008, p. 468).

Para Monica Stival (2016, p. 108), Foucault traz ao primeiro plano o conceito de "governo" para alcançar a formação das relações de poder, que é certo recorte nas relações de força, espécie de assimetria na qual se pode dar a gênese, mas não a razão. Esse conceito destaca a relação, consigo ou com os outros, o que implica o sujeito na constituição da verdade, do justo, do bem, etc. Assim, "poder" torna-se um conceito menos operatório que "governo", porque a situação das diversas relações de poder é determinada por um movimento fundamental de constituição que apenas a noção de governo alcança: "Governar, nesse sentido, é estruturar o campo de ação eventual dos outros" (Foucault, 2001, p. 1056).

3.5 Presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992)

O governo de Fernando Collor de Mello é amplamente reconhecido na historiografia brasileira como o marco inicial da implementação das políticas neoliberais no Brasil, alinhando-se ao chamado "Consenso de Washington". A validação política para a transição ao neoliberalismo se manifestou com as eleições presidenciais em 1989. Nesse pleito, Fernando Collor (1990-1992) derrotou Lula nas urnas por uma pequena margem de votos (6% dos votos válidos). Assim, Collor foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto do povo após vinte e um anos de "ditadura militar", caracterizando a consolidação da democracia no Brasil.

Nesse sentido, Fernando Collor de Mello venceu as eleições presidenciais a partir de uma mensagem populista e de uma plataforma ultraliberal. No seu governo, tentou enfrentar a crise fiscal do Estado e reformular a estratégia brasileira de desenvolvimento. Seu mandato iniciou-se com algumas das transformações sugeridas pelo Consenso de Washington. Para o

seu projeto neoliberal, Fernando Collor obteve o apoio entusiástico de todos os setores da burguesia brasileira e de amplos setores da classe média profissional (Bresser, 2003, p. 269).

Logo, houve um substancial avanço político e democrático. Todavia, seu governo foi marcado com uma forte manifestação do neoliberalismo. O seu governo implementou dois planos econômicos: o Plano Collor I e o II. Esses planos tiveram forte influência do Consenso de Washington, seguindo as medidas econômicas destinadas aos países da América Latina, cujo objetivo era conter a dívida externa e a hiperinflação por meio de disciplina fiscal, reordenamento restritivo dos gastos públicos e maior abertura econômica ao capital internacional.

Segundo Batista (1994, p. 26), com ascensão ao poder de Collor, o Brasil adere aos postulados neoliberais consolidados no Consenso de Washington. Comprometido na campanha e no discurso de posse com uma plataforma essencialmente neoliberal e de alinhamento aos Estados Unidos, o ex-presidente se disporia a negociar bilateralmente com aquele país a revisão, a fundo, da legislação brasileira tanto sobre informática quanto sobre propriedade industrial, enviando subsequentemente ao Congresso projeto de lei que encampava as principais reivindicações americanas.

> No seu primeiro ano de gestão, Collor tentaria, no entanto, agir com autonomia na definição de sua política macroeconômica e no tocante à dívida externa, vista corretamente como o maior fator de constrangimento na formulação de política macroeconômica. Através de medidas de choque, de violenta intervenção no mercado, o ex-presidente pretendeu liquidar "o tigre da inflação" com um único e certeiro tiro. Com isso esperava também adquirir condições para renegociar a dívida externa a partir da efetiva capacidade de pagamento do país, em bases, portanto, mais favoráveis do que as previstas no Plano Brady (Batista, 1994, p. 27).

Como discutido anteriormente, os planos de desenvolvimento do regime militar (PND I e II) focaram sobretudo na ampliação das bases do desenvolvimento nacional, com infraestruturas, telecomunicações e expansões monetárias. Em contraponto, o Plano de desenvolvimento aplicado no governo de Fernando Collor a partir de 1990 continha: abertura da economia ao capital internacional com a redução de alíquotas de importação; a redução de funcionários públicos; a privatização de empresas estatais através da Lei nº 8.031/1990, dando início ao Programa Nacional de Desestatização (PND); a desindexação da economia, o congelamento de preços e salários e o confisco de ativos financeiros superiores a cinquenta mil cruzeiros, depositados nos bancos em conta corrente ou em cadernetas de poupança, e acima de vinte e cinco mil cruzeiros, no caso dos ativos aplicados em *overnight*.

As empresas estatais do setor de infraestrutura foram o principal foco das privatizações de Collor. A Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, reforçava a retórica neoliberal

de que o Estado não deveria investir em setores que fossem do interesse do capital privado, e o governo argumentava que direcionava as suas atenções para aquilo que ele entendia como "atividades essenciais". De maneira vaga, as atividades consideradas estratégicas e de responsabilidade direta do governo relacionavam-se a "educação, saúde, bem-estar social e qualidade de vida" (Rodrigues; Jurgenfeld, 2019, p. 398).

As diretrizes da Lei nº 8.031/1990 iam ao encontro das propostas do Consenso de Washington, uma vez que o primeiro PND explicitava o seu propósito de transferir para a iniciativa privada as empresas estatais e diminuir a presença do Estado na economia. Essa lei estabelecia, ainda, um limite à participação do capital estrangeiro, nos leilões, de 40% e determinava uma participação máxima, em caráter excepcional, de 15% para compra de ações de uma empresa estatal por outra estatal.

Nos primeiros processos de privatização do governo Collor, no ano de 1991, chamava a atenção o alto volume de medidas judiciais – no total, 27 – que denunciavam suas incorreções, dentre as quais estavam ilegalidades no edital e na subavaliação. O conjunto de empresas estatais incluídas no PND I envolvia os setores de siderurgia, petroquímica e fertilizantes, porque estes eram considerados pela Constituição como "áreas livres"[18], ou seja, passíveis de serem transferidos para o setor privado.

As privatizações efetuadas pelo governo Collor totalizaram 18 empresas. As vendas somaram US$ 3,6 bilhões.

Tabela 3 – Privatizações do Governo Collor

Empresa privatizada	Valor da venda (em US$ milhões)
Usiminas	1.112,40
Companhia Petroquímica do Sul (Copesul)	797,1
Cia Aços Especiais Itabira (Acesita)	465,4
Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)	347,4
Petroflex Ind. e Com. S.A.	234,1
Fertilizantes Fosfatados (Fosfértil)	182
Aços Finos Piratini S.A.	107,9
Celma	90,7
Companhia Nacional de Álcalis (CNA)	81,4

[18] As divisões se davam da seguinte maneira: "1) Áreas de Monopólio: prospecção, refino e transporte de petróleo e gás natural: PETROBRÁS; 2) Áreas de Concessão Estatal: serviços públicos que podem ser realizados por concessão exclusivamente empresa de capital estatal. Serviços telefônicos, telegráficos e de transmissão de dados: TELEBRÁS; 3) Áreas de Livre Concessão: serviços públicos que podem ser realizados sob concessão a agentes privados: energia elétrica: ELETROBRÁS, portos: PORTOBRÁS, ferrovias: RFFSA, águas e esgotos, infraestrutura aeroportuária e rodovias interestaduais; e 4) Área livre: demais empresas industriais e de serviços em geral: SIDERURGIA, PETROQUÍMICA, MINERAÇÃO e outros" (Prado, 1994, p. 102).

Companhia Industrial de Polipropileno (PPH)	59,4
Polisul Petroquímica S.A.	56,8
Marfesa	48,4
Nitriflex S.A. Ind. e Com.	26,2
Cosinor	13,7
Goiás Fertilizantes S.A. (Goiasfértil)	13
Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP)	12
Companhia Brasileira de Estireno (CBE)	10,9
Indag S.A.	6,8
Total	3.665,6

Fonte: BNDES (1992, 1993).

Para Maciel (2011, p. 34), o compromisso de Collor com o projeto neoliberal, em sintonia com o Consenso de Washington, se mostrou precipitado, pois entre as frações do bloco no poder não havia unidade suficiente em torno do conjunto do ideário neoliberal. Se havia consenso em relação ao corte de gastos estatais, inclusive dos direitos sociais, à redução do funcionalismo público, ao controle de déficit público e à revisão dos direitos sociais e trabalhistas garantidos pela Constituição, as dissensões nas questões da abertura comercial e bancária e da privatização das estatais eram suficientemente fortes para impedir a formação de uma sólida base de apoio do governo no Congresso.

A governamentalidade neoliberal, segundo Michel Foucault, refere-se ao conjunto de instituições, procedimentos, análises, táticas e saberes que permite o exercício de uma forma específica de poder, cujo alvo principal é a população e cuja forma de saber dominante é a economia política e os interesses do capital.

Segundo Martuscelli (2010, p. 76), dois outros aspectos são relevantes para um balanço do Governo Collor: a política agrícola e as políticas sociais do governo. No que se refere ao primeiro aspecto, o governo federal imprimiu uma operação de desmonte do aparelho estatal voltado para a agricultura: reduziu os subsídios à produção agrícola, retirou a linha de crédito dos agricultores endividados, extinguiu o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, redirecionou a política de assentamento de famílias, transferindo essa atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o Ministério da Agricultura, além de reprimir duramente o movimento de luta pela reforma agrária, reduzindo bruscamente o número de novas famílias assentadas.

No âmbito das políticas sociais, o governo federal também aplicou fortemente a lógica neoliberal, eliminando gastos em setores estratégicos. As áreas mais atingidas pelo corte de gastos sociais foram as de educação, cultura e de saúde, que sofreram a redução de 49% e

30% de suas receitas ao longo de dois anos (1990 e 1991), respectivamente. Ademais, o governo Collor realizou uma relevante centralização dos recursos e dos programas sociais que teriam sido utilizados como moeda de troca política do governo. Com isso, o sucateamento dos serviços públicos e centralização dos recursos de programas sociais foram a tônica dada por Collor no âmbito das políticas sociais (Henrique, 1993, p. 96).

Em seu segundo ano de governo, no dia 31 de janeiro de 1991, Collor anunciou as diretrizes do Plano Collor II, dando continuidade à desindexação da economia, à política de abertura comercial, ao congelamento de preços e salários e à política de privatizações. Essa última diretriz ganhou grande impulso no segundo ano de mandato, lançando-se, sobretudo, para os setores siderúrgico e petroquímico. Durante o Governo Collor, foram privatizadas 18 empresas estatais, perfazendo um total de US$ 4 bilhões nas vendas (Martuscelli, 2010, p. 4).

Como verificamos, a conjuntura de implantação da política neoliberal no Brasil, iniciada com o governo Collor, conduziu o país a um período de forte recessão econômica, crescimento das taxas de desemprego, elevação dos índices inflacionários, deterioração dos serviços e infraestrutura públicos – principalmente da área de educação e de saúde –, desindustrialização e arrocho salarial, dentre outras consequências.

A despeito dos efeitos produzidos pela política neoliberal, esse projeto de governo repercutiu de maneira desigual sobre os rendimentos das classes médias, do operariado e das frações do bloco no poder e, no geral, foi bastante prejudicial para os rendimentos dos estratos inferiores desses segmentos e classes sociais (Martuscelli, 2010, p. 13).

Com essa postura econômica neoliberal, o governo Collor atingiu de maneira irresponsável a sociedade civil:

> O que é a sociedade civil, senão precisamente esse algo que não se pode pensar como sendo simplesmente o produto e o resultado do Estado? Mas tampouco é algo que é como que a existência natural do homem. A sociedade civil é o que o pensamento governamental, as novas formas de governamentalidade nascidas no século XVIII fazem surgir como correlativo necessário do Estado (Foucault, 2008, p. 470).

O fato é que, para implementar as medidas neoliberais, o governo Collor isolou-se politicamente, não atendendo às reivindicações por participação em sua política econômica. Com a edição de medidas intervencionistas, esse governo criou certos empecilhos para a ampliação dos rendimentos do grande capital bancário e financeiro.

Segundo Enrico (2010, p. 3), a abertura comercial foi anunciada como uma política de competitividade, que mobilizaria e modernizaria a produção industrial no país a partir da competição com os produtos estrangeiros inseridos no mercado interno; a demissão do

funcionalismo público e as privatizações foram concebidas como instrumentos de contenção dos gastos públicos; a desindexação econômica foi tomada como um “progresso” no campo das negociações salariais, deixando “livres” das barreiras impostas pelo Estado brasileiro trabalhadores e patrões.

A insatisfação com sua política neoliberal e seu governo era generalizada. A centralização do poder na esfera do executivo e a concentração de poderes na área econômica foram aspectos importantes que contribuíram para elevar o grau de descontentamento dos partidos do bloco no poder em relação ao governo federal. Não demorou muito para que as denúncias contra o esquema de corrupção montado por assessores do presidente, com a sua anuência e para seu benefício pessoal, precipitassem o processo de crise política que culminou no *impeachment*, em dezembro 1992.

De acordo com Rodrigues e Jurgenfeld (2019, p. 396), algumas das mudanças sugeridas pelo Consenso de Washington, como abertura comercial, produtiva e financeira, privatizações a partir da criação do primeiro Plano Nacional de Desestatização (I PND) e a tentativa de estabilização dos preços da economia brasileira, ocorreram após Fernando Collor de Mello assumir a presidência em 1990 e implantar o Plano Collor. Ele, no entanto, não conseguiu a estabilidade de preços e as dificuldades na composição de forças políticas aliadas fizeram com que ele sofresse processo de impeachment e deixasse a presidência da República em dezembro de 1992.

O vice-presidente, Itamar Franco, assumiu a presidência após a saída de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (conhecido como FHC) foi chamado para ser o novo ministro da fazenda, deixando o cargo de ministro das relações exteriores, levando adiante as políticas econômicas consubstanciadas no Consenso. Ainda que Itamar não tenha rompido com o neoliberalismo de Collor, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que este ganhou força no país e se consolidou, submetendo-se aos interesses do grande capital internacional (Rodrigues; Jurgenfeld, 2019, p. 396).

A relação entre o governo Collor e o pensamento de Foucault é frequentemente explorada por pesquisadores para demonstrar como o Brasil tentou importar uma racionalidade que vai além da economia.

Enquanto o governo Collor focou na macroeconomia (privatizações, abertura), a análise de Foucault ilumina a microfísica desse processo: como a sociedade brasileira começou a ser pressionada a abandonar a lógica do Estado de Bem-Estar ou do desenvolvimentismo para abraçar a lógica da competitividade individual e da primazia do mercado sobre o social.

3.6 Presidente Itamar Franco (1992-1995)

Com o impeachment de Fernando Collor, o vice-presidente Itamar Franco assume a presidência até 1994, dando continuidade ao processo de neoliberalismo, inaugurado por Collor, seguindo algumas das transformações sugeridas pelo Consenso de Washington. É verdade que foi durante o governo de Itamar que surgiu o Plano Real, medida que controlou consideravelmente a hiperinflação, mas ele também realizou uma ampliação da abertura ao capital estrangeiro, permitindo que este entrasse em maior volume no capital das empresas estatais privatizadas.

Para alcançar seu objetivo de atrair os capitais privados, o governo Itamar, por meio da Medida Provisória nº 362, de 25 de outubro de 1993, permitiu a elevação da participação do capital estrangeiro no processo de privatização, que até então era de 40%, para 100% do total das ações disponíveis em leilões. No governo Itamar, foram privatizadas 15 empresas, arrecadando US$ 3,2 bilhões com as vendas.

Tabela 4 – Privatizações do Governo Itamar

Empresa privatizada	Valor da venda (em US$ milhões)
Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	1.271,70
Aço Minas Gerais S.A. (Açominas)	598,5
Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa)	359,8
Petroquímica União S.A	287,53
Ultrafértil - Ind. e Com. de Fertilizantes S/A.	210,5
Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer)	192,20
Poliolefinas S.A.	87,1
Oxiteno S.A. Ind. e Com.	53,9
Politeno Indústria e Comércio S.A.	44,87
Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo)	25,95
Ciquine - Companhia Petroquímica	23,69
Polialden Petroquímica	16,73
Acrilonitrila do Nordeste S.A. (Acrinor)	12,14
Arafértil S.A.	10,76
Mineração Caraíba Ltda.	5,77
Total	3.201,13

Fonte: BNDES (1994, 1995).

No Brasil, algumas das medidas neoliberais dos anos 1990 foram a abertura comercial, produtiva e financeira, a articulação para a existência do Mercosul, as privatizações e renegociação da dívida externa, com a substituição do Plano Baker pelo Plano Brady. A partir

da renegociação, adveio a imposição de uma política econômica nos moldes da estabelecida pelo Consenso de Washington, que mais tarde, entre 1993 e 1994, intitulou-se como Plano Real (Rodrigues; Jurgenfeld, 2021, p. 150).

No governo Itamar Franco, a figura-chave foi o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, responsável por, no mínimo, três atuações decisivas para dar andamento ao neoliberalismo no país: 1) auxiliou na perda crescente da autonomia por parte do Estado nacional com a conclusão da negociação do Plano Brady; 2) realizou a elaboração do Plano Real e 3) continuou o programa de privatizações herdado de Collor (Rodrigues; Jurgenfeld, 2021, p. 155).

Sobre o primeiro ponto, destaca-se a renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady, que havia sido iniciada no governo Collor e concluída no governo Itamar. Esse plano permitiu a renegociação, no mercado financeiro mundial, de parte dos títulos da dívida externa, que até então eram considerados prescritos[19] e com possibilidade de elevados ágios. Com esta renegociação, o Brasil foi obrigado a oferecer garantias aos detentores dos títulos da dívida externa, contratando novos empréstimos e realizando imobilização de parte das reservas do Banco Central[20], o que, em suma, resultou numa renegociação mais cara do que a de países como México, Venezuela e Argentina, que tiveram garantias financiadas com recursos de fontes oficiais (Batista; Rangel, 1994, p. 19).

No primeiro ano, houve a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, Açominas e Cosipa, empresas estatais que pertenciam a Siderúrgicas Brasileiras (SIDERBRÁS), além da venda de ações remanescentes de empresas como Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Cosipa e Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). No setor petroquímico, privatizaram-se empresas como: Ultrafértil, Poliolefinas, Oxiteno, Petroquímica União, Politeno, Coperbo, Ciquini, Polialden. No setor de fertilizantes, privatizou Acrinor e Arafértil.

Porém, a venda mais emblemática feita por Itamar Franco foi a privatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER). Desde 1991, com o presidente Collor,

---

[19] De acordo com entrevista de Maria Lúcia Fattorelli (2015) à revista Carta Capital, "uma dívida prescrita é morta. E isso aconteceu no Brasil também na época do Plano Brady, que transformou dívidas vencidas em títulos da dívida externa. Depois, esses títulos da dívida externa foram utilizados para comprar nossas empresas que foram privatizadas na década de 1990".

[20] Apesar da retórica de que com a renegociação da dívida seria diminuída, o que se constatava era o contrário. De acordo com Carcanholo (2003, p. 50), "o crescimento da dívida externa nos anos 90 é nítido, passando de um total de US$ 115,5 bilhões em 1989 para US$ 241,2 bilhões dez anos depois, um aumento de quase 109% na década. Os gastos com o serviço dessa dívida também mostraram um crescimento considerável de US$ 24 bilhões no final da década de 80 para US$ 62,8 bilhões ao término da década passada. Deve-se ressaltar, entretanto, que o serviço da dívida externa experimentou certo recuo no início da década de 90, muito por causa da renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady encerrada em 1994. A partir desse momento, a trajetória de crescimento do serviço da dívida acompanhou a elevação do endividamento do país".

a privatização da Embraer esteve na agenda do governo federal, mas se concretizou de fato três anos depois, em dezembro de 1994, no último mês do mandato de Itamar, sob a justificativa de fazer "caixa" em função da implementação do Plano Real, que exigia recursos expressivos por parte do governo e emissão de títulos da dívida pública para manter a moeda sobrevalorizada.

Tabela 5 – Quadro Privatização 1991/1994

Ano	Privatização*	PIB**	Privatização/PIB (%)	Setores
Collor				Bens de Capital, Fertilizantes, Petroquímico e Siderurgia.
1991	1.265,20	405.679,23	0,31	
1992	2.400,40	387.294,94	0,62	
Média Anual			0,47	
Itamar				Aeronáutico, Fertilizantes, Mineração, Petroquímico e Siderurgia.
1993	2.581,50	429.685,27	0,60	
1994	619,63	543.086,59	0,11	
Média Anual			0,36	

Fonte: Rodrigues (2021, p. 250)

*Em US$ milhões
** Em US$ milhões (dólar médio anual)

De acordo com Rodrigues e Jurgenfeld (2021, p. 169), é possível dimensionar o tamanho das privatizações de Itamar quando confrontadas com as desestatizações realizadas em outros governos, como Collor e Fernando Henrique Cardoso. Em uma análise anual, de 1991 a 1998, observa-se que as vendas de empresas estatais sob o governo Itamar, em 1993, foram tão expressivas que o total de privatizações, somente naquele ano, representou 0,60% do PIB. Este patamar é praticamente equivalente ao do último ano do governo Collor (ou seja, 1992), e o dobro do que foi vendido por ele em 1991.

A política econômica de Itamar foi consubstanciada na renegociação da dívida externa, no Plano Real e nas privatizações. É possível compreender o quanto o seu governo, à frente da presidência do país, deu continuidade ao processo neoliberal iniciado pelo ex-presidente Collor com desestatizações, que envolveu a consolidação da venda do importante setor siderúrgico nacional, tendo como marco a venda da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), as desestatizações dos setores petroquímico e de fertilizantes, além da privatização da Embraer.

O Plano Real foi o passo primordial que possibilitou a estabilidade econômica e monetária. Porém, submeteu a economia brasileira completamente aos ditames do Consenso de Washington e causou forte crescimento do endividamento. A capacidade operacional do Plano Real conseguiu barrar a inflação, o que, em termos práticos, significou para a

população, de maneira geral, que as medidas do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, eram eficientes, conferindo-lhe popularidade. Quando sua candidatura à presidência foi lançada, a notoriedade alcançada lhe garantiu vitória sobre seu adversário, Luiz Inácio Lula da Silva. O Plano Real assegurou a estabilização da moeda, que por sua vez garantiu as grandes transformações estruturais que advieram a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso. O Plano Real permitiu, assim, criar as bases para a radicalização do neoliberalismo.

3.7 Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Para Foucault, como foi visto o neoliberalismo não é apenas um conjunto de medidas econômicas (privatizações, abertura comercial), mas uma racionalidade de governo. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, essa racionalidade foi aplicada para transformar a administração pública brasileira.

O neoliberalismo começou a ganhar contornos de plano de governo e de modelo de Estado no Brasil a partir dos anos 1980, com o governo Sarney (1985-1990). Na administração Collor (1990-1992), esse processo acelerou, mas a radicalização do neoliberalismo ocorreu com o advento do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Fernando Henrique Cardoso foi, portanto, o momento decisivo para a consecução definitiva do projeto neoliberal no Brasil, configurado de modo radical (Sá, 2016, p. 194).

De acordo com Sá e Reis (2008, p. 48), sob o governo Fernando Henrique Cardoso, intensificou-se o processo das privatizações. Houve leis, decretos e medidas provisórias que não só estenderam as privatizações aos serviços públicos, como também facilitaram e simplificaram o processo de privatização. Dentre outras mudanças do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995 foi enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei relacionado ao setor de telecomunicações que regulamentava a exploração pela iniciativa privada de serviços de telefonia celular e de serviços de satélites. Foram ainda regulamentadas a outorga de serviços de telecomunicações e de radiodifusão e os serviços de TV a cabo.

O Programa Nacional de Desestatização (PND), criado pelo Governo Collor, sofreu alterações significativas a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso[21]. Em 1995,

[21]Já em 1994, através do Decreto nº 1.068/94, importantes alterações foram feitas no Programa Nacional de Desestatização (PND). O decreto estabelecia o seguinte em seu primeiro artigo: "Ficam incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND) as participações societárias minoritárias de que são titulares as fundações, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e quaisquer outras entidades controladas, direta e indiretamente, pela União".

mudanças substanciais foram implementadas no PND. As instituições financeiras públicas, federais ou estaduais que tivessem ações de seu capital desapropriadas foram incluídas no Programa. A inovação mais significativa dessas mudanças foi a substituição da Comissão Diretora do Programa pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND), diretamente subordinado ao Presidente.

De acordo com Sá (2016, p. 194), o Conselho alterou a estrutura administrativa do PND, dando ao Executivo supremacia sobre ele, o que conferiu ao Programa maior mobilidade e mais eficiência para executar as metas a ele incumbidas. A partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, a administração do Programa Nacional de Desestatização (PND) passou a ter o seguinte formato:

> Sua composição passou a ficar restrita aos Ministros de Estado (Casa Civil, presidente do Conselho, Planejamento e Orçamento, Fazenda, Administração Federal e Reforma do Estado, Indústria, Comércio e Turismo) e ao presidente do Banco Central (caso de desestatização de instituições financeiras). Diferentemente dos membros da Antiga Comissão Diretora, os integrantes do Conselho não mais precisavam ter seus nomes aprovados pelo Congresso Nacional uma vez que esse Conselho passou a ser composto exclusivamente por Ministros de Estado. Um representante do BNDES – que continuou a ser o gestor do Fundo Nacional de Desestatização – poderia estar presente às reuniões, mas teria direito a voto (Almeida, 2010, p. 331).

Sá (2016, p. 195) argumenta que o objetivo do Programa Nacional de Desestatização era apressar o processo de privatizações e as modificações. O governo Fernando Henrique Cardoso possibilitou maior dinâmica ao Programa, tornando-o mais eficiente em seu projeto privatista neoliberal. Assim, as privatizações, iniciadas nos anos de 1980, aceleraram com Collor e com o Governo Itamar, ganharam novo impulso a partir de 1995, início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

O governo Fernando Henrique Cardoso desenvolveu políticas que caminharam em sentido contrário à social-democracia[22]. A partir da década de 1980, o neoliberalismo tornou-se explicitamente a forma política mais adequada para coordenar ou dotar de credibilidade as ações estratégicas de reajuste exigidas pelo aprofundamento do processo de mundialização econômica, pelo predomínio do capital financeiro globalizado e pela crise do estado de bem-estar – uma vez que eram políticas que se propunham a reduzir a capacidade do Estado de regular o desenvolvimento para se apropriar da renda gerada e distribuí-la através de políticas sociais. Nesse fato, teria residido a principal diferença entre a social-democracia dos liberais ou neoliberais, ou seja, o distributivismo via Estado.

[22] Ideologia política que apoia intervenções econômicas e sociais do Estado para promover justiça social dentro de um sistema capitalista, e uma política envolvendo Estado de bem-estar social.

Analisando as forças sociais e políticas que sustentaram o governo Fernando Henrique Cardoso, conclui-se que ele se apoiou, basicamente, nos setores mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira. Essa conclusão se imporá a menos que a globalização – além de dissolver os Estados-nação, como querem os seus ideólogos – também tenha "dissolvido" – num passe de mágica – classes, interesses, elites, enfim, aqueles "tipos" dos quais sempre se serviram a ciência política, a sociologia e a teoria econômica para identificar dominados e dominadores nas sociedades de classes (Genro, 1998, p. 52).

Outro elemento que distanciou o governo Fernando Henrique Cardoso da social-democracia é o espectro das alianças que o sustentaram: os setores mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira.

> Os banqueiros, o PFL, a elite conservadora, os novos aderentes vindos da esquerda (cujas teorias legitimam "as reformas"), as bancadas oligárquicas no Nordeste, enfim, toda uma gama de representantes, não só de uma nova estirpe de "moderados", mas também da velha reação, está ao lado de Fernando Henrique Cardoso (Genro, 1998, p. 50).

O Governo Fernando Henrique Cardoso deve ser entendido como a radicalização do neoliberalismo, visto que o processo de "diminuição" do Estado não está apenas na esfera das privatizações; está em todos os segmentos da economia, da política e do social. Desta forma, o seu afastamento enquanto garantidor do bem-estar social, a sua subordinação ao capital imperialista privatista, a desregulamentação das leis de trabalho, as reformas administrativa e da previdência e corte de gastos nas áreas sociais (educação, saúde, moradia, etc.) cumprem coerentemente com a perspectiva neoliberal que o norteia. Todas essas características constituem, portanto, um processo de adoção radical do Consenso de Washington (Sá, 2016, p. 198). No primeiro governo Fernando Henrique Cardoso foram desestatizadas 31 empresas, incluindo setores como energia, telecomunicações, transporte e mineração, tendo arrecadado US$ 31,9 bilhões:

Tabela 6 – Privatizações do primeiro Governo FHC

Continua

Empresa Privatizada	Valor Venda (US$ milhões)
Sistema Telebrás	22.000.00
Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	3.398.90
Light Serviços de Eletricidade S.A.	2.354.90
Rede Ferroviária S.A. Malha Sudeste	888.90
Centrais Geradoras do Sul do Brasil- Gerasul	879.48
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. –Escelsa	399.932
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Centro-leste	316.90
Companhia Petroquímica do Nordeste - Copene	270.444

Companhia Docas Estado São Paulo-Codesp	251.10
Banco Meridional do Brasil	240.10
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Sul	216.60
Salgema Indústria Química S.A.	139.213

Tabela 6 – Privatizações do primeiro Governo FHC

Conclusão

Empresa Privatizada	Valor Venda (US$ milhões)
Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC)	99.564
Polobrasil S.A. Ind. e Com.	99.40
Pronor S.A.	63.452
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Oeste	62.360
Companhia Brasileira de Poliuretanos – CBP	36
Terminal Roll-On Roll-Off do Porto do Rio Janeiro	31.56
Nitrocarbono S. A.	29.55
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Tereza Cristina	18.51
Estireno do Nordeste S.A.	16.6
Rede Ferroviária Federal S.A. Malha Nordeste	15.8
Malha Paulista (antiga Fepasa)	15.8
Cais de Paul	15.8
Deten Química S.A.	12.1
Cais de Capuaba	10.71
Porto de Angra dos Reis	9.36
Koppol Films S.A.	3.1
Companhia Química do Recôncavo-CQR	1.708
Total	31.974,0

Fonte: BNDES (1996, 1997, 1998 e 1999).

Para melhor ilustrar as privatizações do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, vamos comentar as três maiores privatizações: Telebrás, Companhia Vale do Rio Doce e a Light Serviços de Eletricidade.

3.7.1 Privatização da TELEBRÁS

A privatização do Sistema Telebrás foi a "maior operação de privatização de um bloco de controle já realizada no mundo" (BNDES, 1991-1999, p. 1) e a mais expressiva desestatização em valor feita no primeiro governo FHC. A sua venda somou R$ 22 bilhões, tendo sido efetuada em julho de 1998, "através de 12 leilões consecutivos na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro – BVRJ"[23] (BNDES, 1991-1999, p. 1).

[23] Com esses leilões, foram vendidas "três holdings de telefonia fixa, uma de longa distância e oito de telefonia celular" (BNDES, 1991-1999, p. 1). Além disso, no mesmo ano "foi finalizado o processo de venda das concessões para exploração de Banda B de telefonia celular, com a venda de cinco áreas restantes, para as quais se arrecadou R$ 3,3 bilhões" (BNDES, 1991-1999, p. 1).

Dos R$ 22 bilhões pagos pela Telebrás, a maior parte foi proveniente de capital estrangeiro:

> Os grupos estrangeiros, principalmente espanhóis e portugueses, dominaram a disputa. Das 12 empresas, 4 foram arrematadas por consórcios de capital externo. Em outras 6, houve associação entre capital nacional e estrangeiro. Somente 2 telefônicas foram arrematadas por grupos exclusivamente nacionais. Sozinhos, os consórcios estrangeiros investiram R$ 8,026 bilhões, mais que o dobro do total pago pelas empresas compradas exclusivamente por grupos nacionais (R$ 3,874 bilhões). Associados, capital externo e nacional investiram mais R$ 10,157 bilhões (Teles, 1998).

A privatização do sistema público de telefonia do país se efetivou após investimentos significativos feitos pelo governo. Enquanto ainda estatal, a Telebrás investiu US$ 4,3 bilhões em 1993, US$ 4,4 bilhões em 1994, US$ 4,5 bilhões em 1995 e US$ 6,5 bilhões em 1996. Em 1995, o governo chegou a anunciar investimentos bastante elevados para os oito anos seguintes: R$ 75 bilhões (GOVERNO, 1995, p. B1).

Além dos investimentos prévios, houve um papel bastante ativo do governo por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que "coordenou" a privatização, deu financiamento ao pagamento das empresas adquirentes (que, inclusive, podiam parcelar os valores em três vezes) e disponibilizou recursos para investimentos, após concluído o processo de privatização. Em agosto de 1998, o banco informava que além de destinar R$ 1,2 bilhão ao financiamento da venda do Sistema Telebrás, preparava a generosidade de uma linha especial de crédito para as empresas que foram privatizadas, que envolvia até US$ 15 bilhões nos cinco anos subsequentes – 30% dos investimentos de US$ 50 bilhões que estavam previstos para o setor neste mesmo período (BNDES, 1998, p. 8).

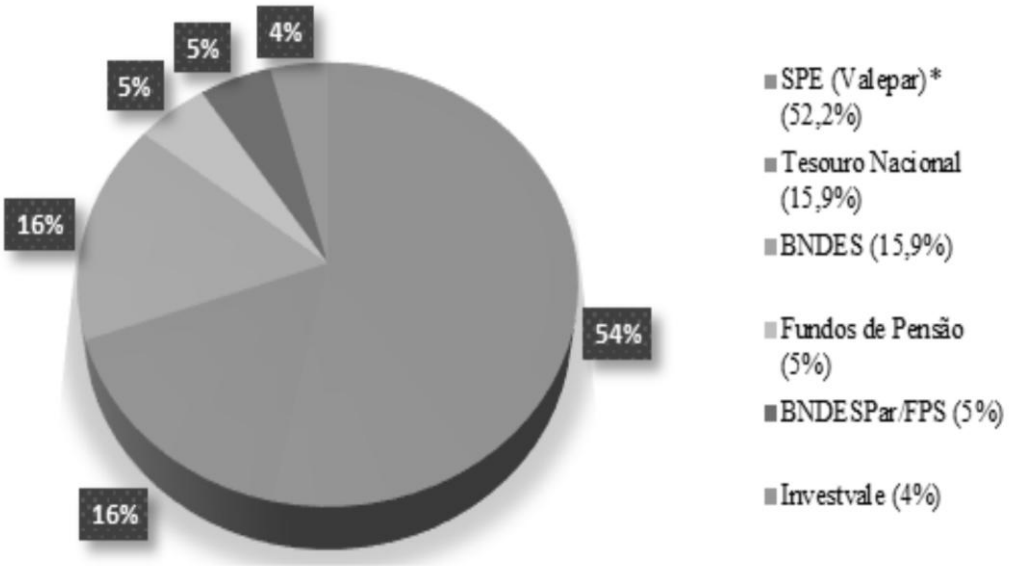
A venda do sistema de telecomunicações recebeu críticas quanto à rapidez[24] com que o procedimento de tamanho vultoso foi feito. Para Biondi (2014, p. 64), a pressa tinha como motivo o fato de que "desde maio de 1998, os banqueiros e investidores internacionais já estavam fugindo, cortando o crédito, do Brasil, e o real caminhava para a desvalorização". Segundo ele, os leilões da Telebrás permitiriam captar dólares e reais e manter "a ilusão do real até a reeleição". Deve-se ressaltar que o déficit em transações correntes em novembro de 1998 atingia 4,4% do PIB, o maior patamar desde a crise da dívida externa.

[24] O presidente da Telebrás em 1998, Fernando Xavier, chegou a justificar a privatização dizendo que não havia diferença entre trocar um monopólio estatal por um monopólio privado, quando questionado por membros da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB sobre os problemas no processo. Segundo ele, não havia riscos de trocar um pelo outro.

3.7.2 Privatização da Companhia Vale do Rio Doce

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997, também foi representativa do processo de desestatização do primeiro governo FHC. Embora, em valor, ela tenha arrecadado menos que o Sistema Telebrás, alcançando apenas US$ 3,3 bilhões. Com sede em Itabira (MG), a Companhia Vale do Rio Doce era a "maior empresa produtora e exportadora de minério de ferro do mundo e a maior produtora de ouro da América Latina" (BNDES, 1998, p. 22). A composição acionária, antes de sua desestatização, tinha a União como detentora de 75,97% das ações ordinárias e os acionistas, denominados como "outros", com 24,03% das ações ordinárias. Após o leilão, o controle da Companhia Vale do Rio Doce passou para o Consórcio Brasil, liderado pela CSN, que criou a sociedade de propósito especial Valepar. Entre os acionistas da Valepar, estavam fundos de investimentos como a Sweet River, com 9% de participação, e a Litel, que detinha 39% (fatia majoritária na Valepar), bem como diversos fundos do Banco do Brasil e fundos de pensão de outras instituições, como Funcef, Petros e Fundação Cesp.

Gráfico 1 – Composição acionária da Vale Rio Doce após a Privatização



Fonte: Biondi (2014)
* Composição da Valepar: Siderúrgica Nacional (25%); Litel Participações S.A. (39%); Eletron S.A. (17%); Sweet River Investiments Ltda. (9%); BNDESPar (9%); e Investvale (1%) – clube de investimentos dos funcionários da Vale.

De acordo com Rodrigues e Jurgenfeld (2019, p. 413), a privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi o exemplo mais emblemático de privatização de uma estatal com lucros e receitas altas e produção em expansão. A receita líquida da empresa, em 1997, era de R$ 5,2 bilhões e o lucro líquido de R$ 756 milhões. Antes de ser vendida, em maio de 1997, houve vários investimentos na capacidade de produção e diversificação. Entre os planos de investimentos mais importantes, em 1993, a Companhia Vale do Rio Doce havia anunciado US$ 2,7 bilhões para os 5 anos subsequentes.

A Companhia Vale do Rio Doce era um negócio potente[25]. De 1993 até início de 1997, ela fechou *joint venture* com empresas chinesas para exploração e exportação de minério de ferro, assim como participou de leilões de empresas de setores correlatos à sua atividade principal que estavam sendo desestatizadas, como o leilão da Açominas e da Rede Ferroviária Federal S.A. (Rodrigues; Jurgenfeld, 2019, p. 414).

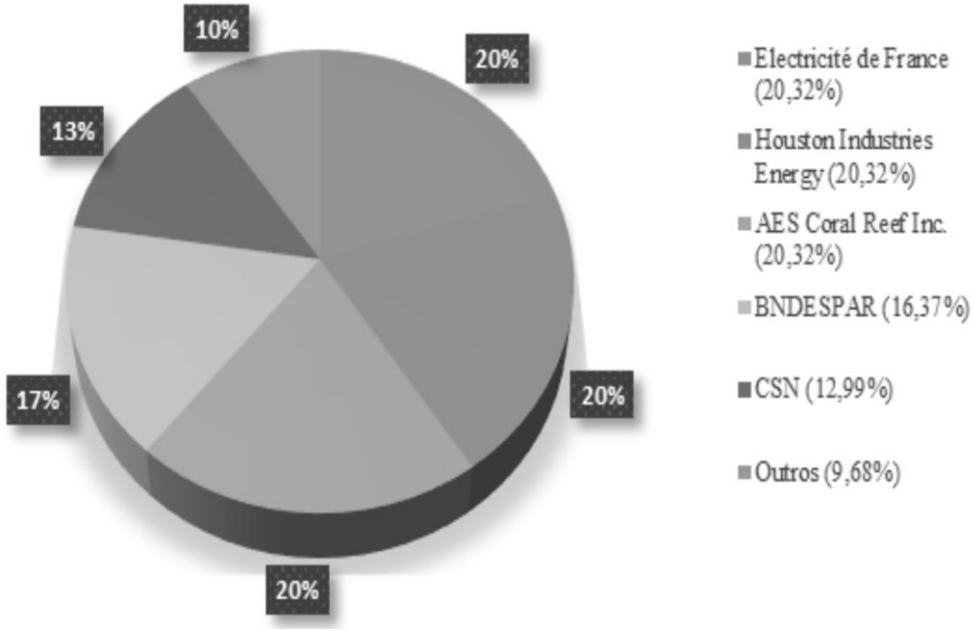
3.7.3 Privatização da Light

A privatização da Light Serviços de Eletricidade S.A., distribuidora de energia do Rio de Janeiro, atingiu US$ 2,36 bilhões e foi a terceira privatização mais importante em valor feita no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Antes de sua venda, em 1996, a Eletrobrás detinha 81,61% de suas ações. A empresa foi arrematada pelo consórcio liderado pela estatal francesa *Electricité de France* (EDF), associada às norte-americanas *Houston Energy Industries*, do Texas, e a *AES Corporation*, de Virginia (EUA).

A Light era uma empresa estatal, cujas receitas operacionais líquidas, em 1994 – dois anos antes da sua privatização –, somavam R$ 1,3 bilhão. Era uma empresa lucrativa, tendo obtido um lucro líquido de R$ 127 milhões em 1994. Em 1996, ano da sua privatização, ela apresentou um lucro líquido ainda maior, de R$ 173,3 milhões. Em 1997, um ano após a sua desestatização, sua receita líquida já atingia R$ 1,6 bilhão. Seu lucro em 1997 chegava a R$ 324,3 milhões (Rodrigues; Jurgenfeld, 2019, p. 415).

[25] O negócio Companhia Vale do Rio Doce tinha um futuro tão promissor que em 10 anos após a privatização ela chegou a uma receita líquida de US$ 64 bilhões e a um lucro líquido de US$ 20 bilhões. Poucos meses antes de ser privatizada, a Companhia Vale do Rio Doce encontrou em Carajás reservas de ouro e cobre consideradas uma das mais importantes descobertas geológicas da história. Eram comparáveis com as do início do século XX no Canadá e na África do Sul. Com toda a importância que essa exploração possuía, não houve suspensão do seu leilão, que foi mantido para meses depois, e nem tampouco foi incluída essa descoberta no preço mínimo fixado para sua desestatização (Biondi, 2014).

Gráfico 2 – Composição Acionária da Light após a Privatização



Fonte: BNDES (1997).

Mesmo demandando dinheiro público em seu financiamento após a privatização, era concedida liberdade de escolha para a tecnologia que seria utilizada pela empresa nos investimentos, podendo alocar equipamentos das matrizes de seus sócios: "essa concessão trouxe a consequência previsível: as empresas 'privatizadas' passaram a importar maciçamente equipamentos, peças, componentes. 'Quebraram' a indústria nacional. E 'torraram' dólares, contribuindo para a crise futura do real" (Biondi, 2014, p. 83).

No período que antecedeu as privatizações, e com o objetivo de tornar mais fácil a sua concretização, houve uma intensa campanha, tanto no governo como nos meios de comunicação, contra as estatais. Era comum a utilização de argumentos baseados na maior eficiência das empresas privadas e que, portanto, a privatização traria rápida melhora nos serviços prestados (Rodrigues; Jurgenfeld, 2019, p. 87).

Com o objetivo de combater a alta inflação, e obedecendo ao convite – ou à proposta – do Segundo Consenso de Washington, de retomar o crescimento através do recurso à poupança externa, o Brasil deixou de depreciar sua moeda para o nível compatível com seu alto endividamento externo (mesmo em um cenário no qual muitos países estavam altamente endividados). Ao invés disso, manteve taxas de juros elevadíssimas que inviabilizaram os investimentos internos e fizeram explodir a dívida e o *déficit* público (Bresser, 2003, p. 337).

Portanto, o governo Fernando Henrique Cardoso deve ser entendido como a radicalização do neoliberalismo, visto que o processo de "diminuição" do Estado não ocorreu

apenas na esfera das privatizações; está em todos os segmentos da economia, da política e do social. Desta forma, o afastamento do Estado enquanto garantidor do bem-estar social, a sua subordinação ao capital imperialista privatista, a desregulamentação das leis de trabalho, as reformas administrativa e da previdência e corte de gastos nas áreas sociais (educação, saúde, moradia, etc.) cumprem coerentemente a perspectiva neoliberal que o norteia. Todas essas características constituem, assim, um processo de adoção radical do Consenso de Washington.

Sob a ótica foucaultiana, as políticas neoliberais do período de Fernando Henrique Cardoso podem ser vistas como um conjunto de técnicas para: Gestão de populações como o uso da economia como grade de inteligibilidade para todas as esferas da vida (educação, segurança, bem-estar social). Deslocamento do direito para a Economia: o critério de sucesso do governo passou a ser a eficácia econômica e o cumprimento de metas, muitas vezes sobrepondo-se a critérios puramente jurídicos ou de proteção social tradicional.

Para substituir Fernando Henrique Cardoso, José Serra disputou o segundo turno das eleições de 2002 contra Luiz Inácio Lula. Aqui, Serra teve contra si o fato de ser o candidato da continuidade do governo Fernando Henrique Cardoso. Por mais que tratasse de se distanciar do governo, era notório seu papel como ministro e como candidato do partido do governo. O candidato Lula surge como o candidato “pós-neoliberalismo”, incorporando a estabilidade monetária na sua campanha, a proteção contra a inflação e o respeito aos compromissos com o capital financeiro, o que implicava a não renegociação da dívida externa e a não taxação do capital financeiro. A imagem do Lula, tradicionalmente associada a denúncias contra a situação política e econômica, uma imagem com teor negativo, foi alterada e surgiu o “Lula, paz e amor”. A combinação de mudança de discurso e imagem permitiu que Lula triunfasse nas complexas condições dessas eleições.

3.8 Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011)

No primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva, observou-se uma continuidade da racionalidade neoliberal herdada dos anos 90, expressa na manutenção do tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário). Sob a lente foucaultiana, isso pode ser lido como a submissão da soberania política às "verdades" do mercado financeiro global. O Estado, em vez de regular o mercado, atua para garantir as condições de funcionamento deste, internalizando a lógica da austeridade como uma "verdade incontestável" para gerir a dívida pública.

Analisar o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva sob a ótica de Michel Foucault exige que nos afastemos de uma leitura puramente econômica ou partidária para observar a governamentalidade — ou seja, a racionalidade que orienta a conduta do Estado e a produção de sujeitos. Foucault define governamentalidade como o conjunto de instituições, cálculos e táticas que permitem exercer o poder sobre uma população. Para Foucault, o neoliberalismo não é apenas um "Estado menor", mas uma forma específica de governar pelo mercado. Veremos como ocorreu essa governamentalidade no transcorrer do governo de Luiz Inácio Lula.

Após concorrer por quatro vezes à presidência da República, Luiz Inácio Lula vence José Serra, candidato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que governou por oito anos. Lula, em outras eleições, apresentava-se como candidato de esquerda que criticava as elites capitalistas internacionais, as privatizações e os procedimentos neoliberais adotados por outros presidentes. Na eleição de 2002, Lula adotou o jargão “Lulinha, paz e amor”, mais moderado, flexível e aberto ao centro, tendo como seu vice o empresário liberal José Alencar.

A expectativa de um metalúrgico migrante nordestino, membro fundador de um partido envolvido em movimentos populares, na presidência da república, causou grandes esperanças e decepções. Pois, se Lula tinha como origem os movimentos populares sociais, o seu vice era um empresário comprometido com as pautas capitalistas.

Em 2002 Lula propõe uma política de aliança de classes, harmonizando os interesses do comércio financeiro com políticas sociais. Em busca do apoio do empresariado brasileiro, Luiz Inácio redige uma carta de aliança onde troca palavras como “explorados”, “trabalhadores”, para “pacífico” e “povo brasileiro”, iniciando a carta da seguinte forma:

> O PT e seus parceiros têm plena consciência que a superação do atual modelo, reclamada efetivamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro, não há milagres na vida de um povo de um país (Lula da Silva, 2002).

Existe uma famosa justificativa para os novos caminhos adotados – contrariando o conteúdo da carta – apresentada pelo então Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ao tratar da impossibilidade de dar “cavalo de pau” em transatlântico, demarcando a impossibilidade de qualquer mudança brusca na política econômica. Fala essa que retoma o bordão neoliberal de Margaret Thatcher, nos anos 1980, qual seja: não há alternativa, pois existe apenas um modelo econômico a ser seguido, e se ele falha é porque ou não foi aplicado de forma correta e com a intensidade necessária, ou fatores externos intervieram. Pode-se pensar que Lula, na carta de 2002, renuncia às ideias do socialismo, nas quais acreditava e havia associado a sua imagem política, de forma a capitalizar politicamente a insatisfação social.

Uma vez assumida sua política econômica neoliberal, só restava agora a Lula “acelerar o transatlântico”, em outras palavras, terminar as reformas estruturais iniciadas pelo governo anterior. Este compromisso foi ratificado em documento enviado ao FMI, em 2003.

> O governo tem avançado rapidamente no cumprimento de sua agenda para a recuperação econômica e implantação das reformas. Depois de um importante esforço para a construção de consensos, uma proposta ambiciosa de reforma tributária e previdenciária foi enviada ao Congresso antes do previsto. Além disso, a emenda constitucional que facilita a regulação do setor financeiro – um passo necessário à formalização da autonomia operacional do Banco Central – foi aprovada (Sicsú; Maringoni, 2005).

O governo anterior ao de Lula fez diversas privatizações, porém, deixou de cumprir algumas das reformas prometidas ao Fundo Monetário Internacional.

É verdade que, mesmo atrelado aos compromissos neoliberais, o governo Lula desenvolveu políticas sociais como “Fome-Zero” e o “Bolsa-Família”. Porém, de acordo com Hayek, um dos idealizadores do neoliberalismo, o limite da ação do Estado está em promover políticas sociais compensatórias, sem promover, no entanto, qualquer tipo de distribuição de renda ou combater as desigualdades resultantes da economia de mercado; “mas não há dúvida de que, no tocante a alimentação, roupas e habitação, é possível garantir a todos um mínimo suficiente para conservar a saúde e a capacidade de trabalho” (Hayek, 1990, p. 143).

O governo Lula unificou todos os programas sociais do governo José Sarney – auxílio gás, auxílio leite, bolsa escola, etc. – em um único auxílio: o Bolsa Família. Em 2005, o programa Bolsa Família atingiu 23 milhões de pessoas, mas o valor não tem como referência o salário-mínimo, ou seja, não garante o mínimo necessário para a sobrevivência e sustento de uma família. Seria insuficiente mesmo para os padrões de Hayek: “um mínimo suficiente para conservar a saúde e a capacidade de trabalho” (Tristão, 2011, p. 123).

Segundo Carvalho (2018), o processo de redução de desigualdades econômico-sociais nesse período explica-se por mudanças na base da pirâmide, em função das políticas de transferência de renda e de valorização do salário-mínimo. Essa valorização, por sua vez, repercute o padrão social de consumo de produtos e serviços.

O processo de inflexão do Partido dos Trabalhadores (PT) para o neoliberalismo foi gradual. Em dezembro de 2001, no XII Encontro Nacional do Partido, foi redigido um documento intitulado “Concepção e Diretrizes do Programa do PT para o Brasil”, texto que apregoava um governo “democrático-popular”, fundado nos eixos social, nacional e democrático – assinalando uma ofensiva contra o mercado, defendendo o crescimento, o emprego e a diminuição da vulnerabilidade externa do Brasil. Entretanto, em maio de 2003, o então Ministro da Fazenda, em conjunto com o presidente Luiz Inácio Lula, apresenta ao

Fundo Monetário Internacional carta que anunciava a continuidade do neoliberalismo como o verdadeiro programa de governo do Partido dos Trabalhadores, dando prosseguimento ao projeto de Fernando Henrique Cardoso. Lula da Silva seguiu a mesma diretriz que os seus antecessores neoliberais, cumprindo à risca a agenda de "reformas" estabelecidas pelos organismos financeiros internacionais (Tristão, 2011, p. 111).

Segundo Lima (2013, p. 165), ao analisar as cartas de intenções do governo Lula ao FMI, constata-se que, com dois meses desde que assumiu o governo, o presidente Lula começou a cumprir seu compromisso: o de reforçar a estabilidade, acelerar o crescimento econômico e melhorar as condições sociais, como prometia a carta de intenção enviada ao Fundo Monetário Internacional em 28 de fevereiro de 2003, descrevendo as prioridades econômicas do governo.

> 1. O governo tem avançado rapidamente no cumprimento de sua agenda para a recuperação econômica e implantação das reformas. Depois de um importante esforço para a construção de consensos, uma proposta ambiciosa de reforma tributária e previdenciária foi enviada ao Congresso antes do previsto. [...] Além disso, a emenda constitucional que facilita a regulação do setor financeiro – um passo necessário à formalização da autonomia operacional do Banco Central – foi aprovada (Sicsú; Maringoni, 2005, p. 105-106).

Ainda de acordo com Lima, o governo enfatiza na carta que pretendeu seguir uma agenda adicional de mudanças estruturais em outras áreas. Assim, no final de junho de 2003, houve progresso no processo de venda de quatro bancos federais e a apresentação ao Congresso de uma reforma fiscal, dentre outras medidas. O governo brasileiro ressalta ainda, na carta em questão, que acreditava ser do interesse do país a manutenção da relação de trabalho com o Fundo Monetário Internacional, de maneira estreita e cooperativa. Assim, o governo propôs que o acordo *Stand-By* (oferece assistência financeira de curto prazo a países que enfrentam problemas na balança de pagamentos) em vigor fosse estendido por 15 meses, de forma a cobrir todo o ano de 2004 (Lima, 2013, p. 167).

No final de 2005, o Brasil, mesmo sem um acordo formal (o país não havia renovado o acordo com o FMI em 2005), pagou ao FMI dois anos da dívida adiantadas, isto é, US$ 15,5 bilhões. O governo brasileiro não mediu esforços para enxugar gastos e gerar superávits para o pagamento da dívida externa, demonstrando mais uma vez que este governo seguiu todas as orientações do Fundo Monetário Internacional. Os interesses dos organismos financeiros internacionais foram atendidos à custa do povo brasileiro. Em 28 de fevereiro de 2005, Antônio Palocci transmite em rede nacional de rádio e TV (Lima, 2013, p. 169):

> É com grande satisfação, que em nome do Presidente Lula, comunico nesse momento ao povo brasileiro um fato da maior relevância. Depois de tantos e tantos anos dependendo do Fundo Monetário Internacional, nosso País finalmente, tem conseguido equilibrar as suas contas e sua balança de pagamentos não mais precisando da ajuda do FMI (Confira, 2005).

É importante ressaltar que a não renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional não significou a não continuidade da aplicação do receituário neoliberal na economia do país. Ao mesmo tempo em que o ministro Antônio Palocci anuncia o fim do relacionamento com o FMI, ele reforça o "compromisso com o equilíbrio fiscal de longo prazo, traduzido em metas de superávit primário". Em seu pronunciamento, Palocci deixou claro que o governo manteria a principal exigência do Fundo, a manutenção dos superávits primários, cortando dinheiro dos serviços públicos para pagamentos dos juros da dívida. Nas palavras do ministro: "Não termos um acordo com o Fundo não significa não termos uma agenda de reformas macroeconômicas e de medidas fiscais" (Lima. 2013, p. 170).

De acordo com Sicsú (2003, p. 327), tentar mudar sempre envolve riscos e dificuldades; portanto, adotar um modelo de transição não seria uma tarefa fácil. Seria ingenuidade pensar o contrário. Contudo, a opção do presidente Lula e seu *petit comité* não seguiu o caminho da transição em direção às mudanças prometidas. Pelo contrário, sua opção foi não aglutinar a sua base de apoio eleitoral em torno de um projeto de transição e mudança. Lula perdeu parte dos seus aliados e conquistou a base de seus adversários históricos. Tratava-se de uma tarefa de menor grau de dificuldade aprofundar as políticas econômicas e ideias conservadoras já iniciadas com os presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Por este caminho, o maior impasse seria sufocar uma minoria de descontentes no interior do Partido dos Trabalhadores (PT) e nos partidos aliados – esse caminho garantiu também uma governabilidade parlamentar muito mais ampla que a de Fernando Henrique Cardoso, mas sem cumprir as mudanças prometidas. Essa foi a opção de Lula, o presidente, mas não tinha sido a opção de Lula, o candidato da esperança de dois terços dentre os eleitores brasileiros (Sicsú, 2003, p. 327).

Uma leitura inspirada em Foucault sugeriria que o primeiro governo de Lula não representou uma superação do neoliberalismo, mas uma forma de neoliberalismo inclusivo ou neodesenvolvimentismo compatível com a racionalidade neoliberal. O Estado ampliou sua presença na esfera social, mas continuou governando a população por meio de dispositivos que integravam os indivíduos ao mercado, administravam a pobreza e produziam sujeitos economicamente ativos. Em uma formulação próxima ao pensamento foucaultiano, poderíamos dizer que o lulismo não substituiu a governamentalidade neoliberal por outra

racionalidade; o governo Lula adaptou às condições brasileiras, combinando estabilidade macroeconômica, políticas sociais focalizadas e ampliação do consumo de massas.

Economistas das mais variadas tendências ideológicas são categóricos em afirmar que não há política econômica de direita, esquerda ou centro. O que existe é a política certa, tecnicamente fundamentada, neutra; e a política errada, irresponsável, utópica, ingênua, populista.

3.9 Influências neoliberais na educação brasileira

O modelo de controle da governamentalidade neoliberal, conceito de Michel Foucault, não passa pelo processo de disciplinarização, mas pela gestão de fluxos em que a experiência da individualidade é ligada aos modos de vidas empresariais. No contexto da educação, esses elementos passam a se apresentar como um modo de veridicção pelo qual os saberes e fazeres nesse campo passam a tensionar os seus efeitos, desde a elaboração de estratégias curriculares, passando pela invenção de novas ferramentas metodológicas até o engajamento de educadores, gestores e estudantes aos projetos articulados pela arte neoliberal de governo. Assim sendo, mapeamos as contribuições teóricas dos estudos sobre a governamentalidade para o estudo das políticas de currículo contemporâneas (Soler; Vaz; Raasch; Packer; Silva, 2021, p. 4).

> Por esta palavra, "governamentalidade", entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, reflexões e análises, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por "governamentalidade" entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de "governo" sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por "governamentalidade", creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco "governamentalizado" (Foucault, 2008, p. 143-144).

De acordo com Resende (2024, p. 116), partindo da noção de governamentalidade como o conjunto constituído por instituições, procedimentos, análises, reflexões e cálculos que permite o exercício de poder sobre a população, é possível compreender as análises e reflexões no interior de um quadro geral de programação e projeção da população brasileira na grade de inteligibilidade neoliberal, já na década de 1970.

As questões neoliberais no Brasil e na América Latina não ficaram restritas apenas à economia e à política, pois seus reflexos se estendem para a educação, na forma de discursos sugestivos impostos pelo Banco Mundial e da sua influência na definição de políticas educacionais na América Latina.

O Consenso de Washington apontou uma série de medidas que deveria ser colocada em ação tanto no Brasil, quanto em vários países da América Latina, como condição *sine qua non* para a intervenção – "ajuda" – financeira dos Estados Unidos a esses países.

Analisando os relatórios e documentos do Banco Mundial, verificamos que, até 1970, os empréstimos estiveram orientados para infraestrutura, equipamentos e educação técnica e vocacional, especialmente no nível médio. Em 1971, o Banco Mundial recomendou, pela primeira vez, por meio do *Education Sector Policy Paper* (Banco Mundial, 1980b), a elaboração de um estudo sistemático da educação como pré-requisito para a aprovação do financiamento solicitado pelos países, ampliando as áreas e os objetivos dos empréstimos para a educação formal, a produção de materiais de aprendizagem e a gestão e administração da educação. Isso deu lugar a uma mistura de projetos de *hardware* e *software* e o financiamento para a educação aumentou consideravelmente.

Segundo Mello (2014, p. 52), no documento sobre o Desenvolvimento Mundial (Banco Mundial, 1980a), publicado em 1980 – antes do início da crise da dívida na América Latina – a organização aconselhava os países a encontrarem modos mais econômicos de financiar os aparelhos educativos, tais como estabelecer cursos por correspondência para os níveis médio e superior e para a formação de docentes; cobrar tarifas nos níveis médio e superior, desenvolvendo, ao mesmo tempo, um sistema de bolsas; aumentar a proporção de alunos por professor, considerando aceitável uma razão de até cinquenta alunos por sala; e maximizar o uso dos recursos de infraestrutura e dos docentes, incorporando, por exemplo, mais de uma série por sala. Para a América Latina, a recomendação era precisa: a oferta do nível primário poderia ser expandida se a educação superior fosse financiada com o pagamento de taxas por parte dos estudantes. Diante da situação fiscal dos países pobres e das dificuldades de expansão da oferta educativa, o banco recomendou que o setor privado absorvesse a demanda.

Para Mello (2014, p. 86), os financiamentos do Banco Mundial para a educação no Brasil, sempre via o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (*Bird*), começaram nos anos 1970, em meio à ditadura militar, atingindo o seu ápice nos anos 1990, quando o país confirmou o posto de um dos seus maiores clientes e a atuação do organismo passou a ocupar lugar de destaque – e a ser alvo de críticas.

Por outro lado, no Brasil, a passagem dos anos 1980 para a década de 1990 coincidiu com o fim da ditadura militar e o início do processo de redemocratização, período de intensas mudanças políticas e de abertura econômica, com a chegada de novos grupos ao poder – entre eles, alguns com perfil bastante afinado com as ideias do Banco Mundial. Os empréstimos do banco para a educação alcançam cifras mais representativas nos anos 1990, articulando-se a suas políticas mais amplas, como organismo objeto de análises e críticas no país.

Dos cerca de 2% da década anterior, os projetos para a educação passam a totalizar 22,1% dos financiamentos do Banco Mundial para o Brasil entre 1991 e 1994, e a atuação do organismo ocupará, enquanto objeto de crítica, o mesmo lugar dos acordos celebrados pelo Ministério da Educação (MEC) e pela *United States Agency for International Development* (USAID) nos anos 1960 (Nogueira, 1998, p. 34).

Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, o alinhamento estratégico entre o Ministério da Educação do Brasil (MEC) e o Banco Mundial era tamanho que, nesse período, os principais quadros responsáveis em matéria de educação no governo brasileiro, a começar pelo ministro, já haviam feito parte do *staff* como diretores ou como consultores das agências que compõem o Grupo Banco Mundial e outras agências multilaterais.

Avaliar e informar transformou-se em palavras de ordem no governo de Fernando Henrique Cardoso. Erigiu-se a centralidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aliado agora ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e ao Provão, consolidou-se o uso da informação, da estatística e da avaliação como principais instrumentos de política educacional.

Era comum a divulgação de que os professores recebiam uma formação insuficiente das faculdades de Pedagogia (vistas como ideologicamente orientadas) e que o aumento dos salários não garantiria melhorias na educação, ideias que Maria Helena Guimarães de Castro (Ministra Interina da Educação) ajudou a consagrar. No entanto, pouco se fez em relação aos planos de carreira, sobretudo na educação básica (Souza, 2005, p. 116).

Em 2017, durante o governo de Michel Temer, foi solicitado um estudo pelo governo brasileiro ao Banco Mundial, que era a principal agência formuladora dos programas e recursos que balizavam a educação nacional, seja no âmbito da educação básica ou no da superior. Em novembro de 2017, o Banco Mundial publicou o texto intitulado “Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil” (Banco Mundial, 2017), o qual objetiva definir as suas novas medidas e reformas neoliberais para a sociedade brasileira, as quais competiria aos governos (o atual e os futuros) implementar.

Dentre as conclusões do Banco Mundial (2017), havia a crítica de que o baixo desempenho do sistema educacional brasileiro era refletido pelas altas taxas de reprovação e de evasão escolar. Nesses dois problemas, detectou-se que

> mais de 35% dos alunos repetiram pelo menos um ano no ensino fundamental e médio. As taxas de evasão escolar também são altíssimas (26%) em comparação com a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (4%) e países comparáveis da região (14%) [...] [e] resultam em um percentual surpreendentemente alto de alunos que não concluem o ensino médio antes dos 25 anos de idade (Banco Mundial, 2017, p. 125-126).

Para o organismo, essas são evidências da "ineficiência" das políticas de gestão educacional.

O que o Banco Mundial (2017, p. 134) propõe ao sistema brasileiro, em essência, é a criação de mecanismos mais rígidos de seletividade dos professores, desde o ingresso nos cursos de licenciaturas até os processos seletivos de contratação dos mesmos. No entanto, o que se apresenta como mais preocupante é a indicação de que os professores sejam avaliados constantemente, a partir dos seus resultados e, por meio disso aferir-se a manutenção do emprego para aqueles com desempenho inferior às taxas e índices previstos. Na realidade, trata-se de uma visão gerencial, uma transmutação da lógica privada, empresarial e serial para o setor público, na qual alunos e professores, longe de serem considerados sujeitos, são considerados produtos, mercadorias cujo processo se condiciona por uma lógica produtiva e de resultados quantificados.

O ajuste aconselhado pelo Banco Mundial perpassa, sobretudo, pela privatização dos setores educacionais e seus consequentes serviços, o que já vem ocorrendo a passos largos na educação brasileira. Isso se comprova, concretamente, nas últimas recomendações do Banco, publicadas no documento em questão. Portanto, as orientações e definições do Banco Mundial podem e devem ser compreendidas como um conjunto de imposições, as quais passam a ser assumidas, defendidas e aplicadas pelos governos federal e estadual, a partir das diversas reformas em curso no âmbito da educação (Banco Mundial, 2017, p. 135).

O pensamento neoliberal, ao afastar o Estado como fiscalizador da educação, articula seu discurso para o convencimento de que ele não é importante educacionalmente, sendo apenas um gestor. Quem tem que assumir as rédeas da formação é o próprio indivíduo, que deve buscar se especializar, verificar qual a área de mercado que mais necessita de força de trabalho e nela tentar se encaixar.

Na obra *Nascimento da Biopolítica,* Michel Foucault analisa como o neoliberalismo transforma as relações sociais ao introduzir a lógica da concorrência e da eficiência em

diferentes esferas da vida, inclusive na educação. Nesse contexto, a escola deixa de ser vista apenas como um espaço de formação humana e cidadã e passa a ser concebida como um instrumento para a produção de capital humano, preparando indivíduos para atender às demandas do mercado de trabalho.

No Brasil, as políticas educacionais das últimas décadas evidenciam características neoliberais, como a ampliação das avaliações em larga escala, a adoção de metas de desempenho, a valorização da meritocracia e a crescente influência do setor privado na gestão e no financiamento da educação. Essas medidas buscam aumentar a eficiência do sistema educacional, mas também contribuem para a intensificação da competição entre escolas, professores e estudantes.

Sob a ótica foucaultiana, tais políticas representam formas de governamentalidade, isto é, mecanismos pelos quais o Estado orienta e regula a conduta dos indivíduos. Através de indicadores, *rankings* e avaliações, a educação passa a exercer um controle mais sutil sobre os sujeitos, incentivando-os a buscar constantemente melhores resultados e a responsabilizar-se por seu próprio sucesso ou fracasso.

Além disso, Foucault destaca que o neoliberalismo produz processos de subjetivação, nos quais os indivíduos internalizam valores como produtividade, empreendedorismo e competitividade. Na educação brasileira, isso pode ser observado no incentivo ao empreendedorismo desde a educação básica e na ideia de que o sucesso escolar depende exclusivamente do esforço individual, desconsiderando, muitas vezes, as desigualdades sociais e econômicas existentes.

Portanto, a análise de Michel Foucault permite compreender que o neoliberalismo na educação brasileira vai além de reformas administrativas e econômicas. Trata-se de uma transformação na forma de pensar a educação e os sujeitos, em que a lógica de mercado penetra no ambiente escolar e redefine os objetivos da formação humana, gerando debates sobre os limites entre eficiência, cidadania e justiça social.

3.10 Considerações sobre a recepção neoliberal no Brasil

Analisando o curso de Michel Foucault, *Em Defesa da Sociedade*, Alessandro Fontana e Mauro Bertani afirmam que o filósofo francês nunca dedicou um livro ao poder. Ele teria esboçado várias vezes seus delineamentos essenciais; explicou-se incansavelmente; não foi avaro de advertências e de esclarecimentos. Ao contrário, estudou seu funcionamento, seus efeitos, seu “como” em numerosas análises históricas que pôde realizar sobre os hospícios, a

loucura, a medicina, as prisões, a sexualidade, o “policiamento”. A questão do poder se espraia, pois, ao longo de todas essas análises, forma um só todo com elas, é-lhes imanente e, por isso mesmo, é-lhes indissociável (Foucault, 2010a, p. 331).

Entre os anos de 1964 e 1985, a sociedade civil brasileira vivenciou momentos de instabilidade econômica, crise sociopolítica, suspensão de direitos, que piorou com as perseguições, prisões arbitrárias e torturas. Sendo assim, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelos movimentos em prol do retorno das liberdades democráticas, destacados pela historiografia como a fase de transição para a abertura política, mediada de acordo com os interesses da elite militar e da elite civil dominante, mas com a participação dos movimentos populares.

Para dar continuidade ao projeto de abertura política, em 14 de outubro de 1978, Figueiredo foi eleito por 355 votos a 266 pelo colégio eleitoral. João Figueiredo era o oposto de seu antecessor, não gostava da burocracia administrativa e esperava que seus ministros resolvessem tudo para ele ao delegar tarefas. Assim, prometeu dar continuidade ao projeto de Geisel e “encaminhar” o Brasil de volta à democracia.

O colégio eleitoral, por meio do voto indireto, elegeu, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves para presidente do Brasil. Dessa maneira, com a eleição de um civil para governar a nação brasileira, encerraram-se 21 anos de um governo regido por militares e iniciava-se o que ficou conhecido como Nova República. Para garantir que a transição não fugiria das mãos da elite política, José Sarney, ex-presidente do partido politico “ARENA”, foi indicado e aceito como vice-presidente na chapa de Tancredo Neves. Entretanto, em 14 de março, às vésperas de assumir o governo, o novo presidente eleito foi internado às pressas, falecendo posteriormente, em 21 de abril do mesmo ano. Em decorrência desse fato, José Sarney assumiu a presidência do Brasil.

Devido à alta na inflação, a crise e paralisação econômica no país, muitos estudiosos interpretaram a década de 1980 como uma década que não houve grandes acontecimentos no Brasil. Contudo, ao mesmo tempo em que, economicamente, a década ficou marcada negativamente, socialmente falando, houve mobilizações pelos direitos sociais, a transição e o retorno da democracia.

O governo de José Sarney foi fortemente influenciado pela crise da dívida externa (transferências de recursos para o exterior) que impulsionou, por um lado, a luta pela apropriação da renda gerada no Brasil, que estava se ampliando desde o início da década de 1980, com as greves operárias no ABC paulista, aumentando o poder dos trabalhadores organizados; e, por outro, provocou a deterioração das contas do setor público, responsável

por arcar com boa parte do ônus dessa luta (estatização da dívida externa, tarifas e preços dos bens e serviços das empresas estatais reajustados abaixo da inflação, etc.) para manter a lucratividade empresarial.

Golpeado pela crise da dívida externa e pela forma como esta foi tratada, o Brasil, graças a sua base industrial e ao esforço feito pela Petrobrás para aumentar substancialmente a produção nacional de petróleo, conseguiria acumular substanciais saldos de balanço comercial, criando condições para honrar o serviço daquela dívida. Em consequência, só lograria fazê-lo à custa do equilíbrio das contas públicas. Sucessivas cartas de intenção ao Fundo Monetário Internacional (FMI) foram assinadas sem que o país pudesse cumprir as metas acordadas em matéria fiscal e monetária. Para dominar a inflação resultante desse descontrole, gerado em sua maior parte pelo serviço da dívida externa e interna, sucessivos planos, heterodoxos e ortodoxos, foram tentados sem êxito, produzindo um sentimento generalizado de frustração que abalaria a confiança na ação do Estado.

O neoliberalismo no Brasil é caracterizado pela redução do Estado social e pela restrição da ação do Estado ao financiamento dos mecanismos lucrativos do grande capital nacional e internacional. Outra característica, evidenciada neste capítulo, é a dívida externa, herdada dos governos militares, com os organismos internacionais como o fundo monetário internacional (FMI) e banco mundial (BM), o descontrole da inflação, privatização de empresas públicas e plano econômico catastróficos.

O neoliberalismo no Brasil consolidou-se na década de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello, ganhando força e continuidade na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse modelo baseou-se na redução da presença do Estado na economia, através da privatização de empresas estatais, da abertura comercial para o mercado internacional e da desregulamentação de setores estratégicos. O objetivo central era controlar a inflação, atrair capital estrangeiro e promover o equilíbrio das contas públicas, rompendo com o antigo paradigma do nacional-desenvolvimentismo. Contudo, essas reformas provocaram impactos profundos, como o aumento do desemprego estrutural e a precarização das relações de trabalho. Apesar das críticas sociais, o ajuste neoliberal estabeleceu as bases macroeconômicas que permitiram a estabilização da moeda com o plano real.

Assim como o neoliberalismo no contexto mundial tem o seu “ponto inicial” com a crise da bolsa de valores em 1929, o neoliberalismo no Brasil tem o seu apogeu durante o governo de Fernando Collor de Mello e seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso. O governo de Fernando Collor, o primeiro presidente “pós-ditadura” militar, eleito pelo voto direto do povo, ficou marcado pelo plano econômico no qual foi confiscado o dinheiro da caderneta de

poupança do pequeno investidor, cumprimento do pacto com o Consenso de Washington de uma política econômica neoliberal, abertura para o comércio internacional e privatização de estatais. O resultado, no entanto, é que mesmo após dois planos econômicos, ele não conseguiu domar o "dragão" da inflação.

Entre as principais diretrizes políticas do Plano Collor I, posto em prática em março de 1990, constavam: a abertura da economia brasileira com a redução das alíquotas de importações; a redução do quadro de funcionários públicos com a imediata colocação de cerca de 40.000 funcionários em disponibilidade; a privatização de empresas estatais, instituindo mais tarde, através da lei n. 8.031 de 12 de abril de 1990, o Programa Nacional de Desestatização; a desindexação da economia; o congelamento de preços e salários; e o confisco de ativos financeiros superiores a cinquenta mil cruzeiros, depositados nos bancos em conta corrente ou em cadernetas de poupança, e acima de vinte e cinco mil cruzeiros, no caso dos ativos aplicados em *overnight* – o que significou um bloqueio de um total de US$ 115 bilhões, por 18 meses, no Banco Central do Brasil.

O governo de Fernando Henrique Cardoso acelerou o processo neoliberal iniciado por Fernando Collor. Fernando Henrique implantou as privatizações a preços baixos, financiou os "compradores", sempre alegando não haver outros caminhos possíveis. A experiência de outros países, que a equipe de governo conhecia muito bem, mostra que essa argumentação é falsa. Como foi possível ao governo agir com tal autoritarismo, transferindo o patrimônio público, acumulado ao longo de décadas, a poucos grupos empresariais que nem sequer tinham dinheiro para pagar ao Tesouro? Como explicar a falta de reação da sociedade? A resposta perpassa pelo processo de privatização com o programa neoliberal que foi implementado no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso.

É no período do governo Fernando Henrique Cardoso que o programa nacional de desestatização (PND) inicia uma nova fase com a lei 9.491/97, com ênfase na venda do patrimônio público brasileiro. Com efeito, durante o período em questão, foi criado o conselho nacional de desestatização (CND), concluindo o processo de alienação de empresas estatais do setor industrial; ocorreu a transferência, do setor público para o setor privado, mediante concessões de exploração, de serviços públicos essenciais, como eletricidade, transportes e telecomunicações. Além disso, o governo federal deu suporte às privatizações na esfera estadual. Sob a égide do crescimento econômico autossustentável com estabilidade monetária, a lógica da substituição de patrimônio por dívida reproduziu-se de forma ampliada (Souza, 2003, p. 12).

Segundo Sá (2008, p. 16), entre os anos de 1995 e 1996, foram desestatizadas dezenove empresas, arrecadando um total de US$ 7,7 bilhões, dos quais US$ 5,1 bilhões foram com as vendas propriamente ditas, e US$ 2,6 bilhões com as dívidas, negociadas com o repasse de algumas estatais aos compradores.

Em 2000, as privatizações foram retomadas pelo governo de Fernando Henrique, destacando-se a venda pela união, no Brasil e no exterior, de ações excedentes ao controle acionário da empresa-símbolo do nacionalismo da década de 1950, a petrobrás petróleo brasileiro S/A, e da privatização do banco do Estado de São Paulo (Banespa)[26]. Pela primeira vez, foi autorizado para a aquisição de ações o uso do fundo de farantia por tempo de serviço (FGTS), além da venda de empresas ou bens, com participação minoritária da União, foram licitadas no mesmo ano pela agência nacional de energia elétrica (ANEEL), sendo "concessões para exploração de novos aproveitamentos hidrelétricos e de novas linhas de transmissão" (Souza, 2003, p. 13).

O governo posterior, de Lula, com característica esquerdista crítica do capitalismo e do neoliberalismo, assume o governo em 2003. No entanto, quando assume a presidência, sem romper com as diretrizes neoliberais, busca mitigar o seu efeito por meios compensatórios para os mais necessitados, com mudanças nas políticas sociais como "Fome-Zero" e "Bolsa-Família".

O governo Luiz Inácio Lula não cumpriu a promessa de campanha que contemplava a grande aspiração nacional por emprego, terra, moradia, salários e melhores condições de vida. Porém, ao mesmo tempo, a situação era complexa, porque o governo pôde se valer, para consumar essa traição, das ilusões e dos limites políticos e ideológicos dos próprios setores populares, que imaginava ser possível obter todos aqueles direitos e melhorias dentro do próprio modelo capitalista neoliberal. O governo fez alianças e acordos com partidos conservadores, com os bancos e com a mídia na campanha eleitoral e capitulou diante do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. A orientação neoliberal do governo Lula abriu uma crise na esquerda brasileira.

O Brasil perdeu o controle do endividamento no início dos anos 1980, com a elevação das taxas dos juros nos EUA a 15% a.a. Foi um golpe fatal para as economias que estavam endividadas em dólar, como Chile, Argentina, México e Brasil. A inflação no Brasil vinha relativamente alta, a 20%, 30%, 40%, mas nunca chegando a 100%. Nos anos 1980, porém, o efeito do choque econômico elevou a inflação para 100%, 200%, 300%, e continuou a

[26] O Banespa havia sido, anteriormente, federalizado na renegociação da dívida do Estado de São Paulo com a União.

crescer, chegando, em 1989, a 1.764,83% acumulados no ano. Esse foi um dos períodos de maior inflação da história do país, desestruturando completamente a economia brasileira. Nesse contexto, surgiram os planos para tentar estabilizar a economia – Plano Cruzado, Plano Verão, Plano Bresser – sem conseguir efetivamente resolver o problema, até 1994, quando, com o Plano Real, o Brasil consegue controlar a inflação. Com isso, não houve crescimento neste período dos anos de 80 e 90, conhecido pelos economistas como "era perdida".

Após o Plano Real, que controlou a inflação e promoveu à estabilização dos preços de consumo, o Brasil viveu um pequeno período, de 94, 95 e 96, de acomodação econômica, não exprimindo, exatamente, um crescimento substancial.

Com relação à influência neoliberal na educação brasileira, observa-se que tal política vem sendo imposta, pelo banco mundial e pelo fundo monetário internacional (FMI), mesmo antes do período da "nova república". Essas "recomendações" encontram-se refletidas na constituição federal de 1988, e nas leis infraconstitucionais, como a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) – e, em períodos posteriores, como a reforma do ensino médio e a aprovação da base nacional comum curricular (BNCC - setembro de 2015) são exemplos que seguem a lógica neoliberal de ensino. As políticas educacionais, permeadas pelo discurso neoliberal de privatização da educação e o gerenciamento das escolas públicas como empresas e os alunos como clientes competindo entre si, instituem o "espírito do empreendedorismo de si". Segundo a perspectiva de Michel Foucault, o neoliberalismo na educação brasileira representa uma mudança profunda na forma de governar a sociedade. A educação deixa de ser compreendida exclusivamente como um direito social e passa a ser um mecanismo de formação de indivíduos empreendedores, responsáveis por administrar a própria vida e seu desempenho no mercado. Assim, a escola torna-se um importante instrumento de produção das subjetividades exigidas pela racionalidade neoliberal.

Para Michel Foucault (2008, p. 476), pode fazer-se a genealogia do Estado moderno e dos seus diferentes aparelhos a partir da história da razão governamental. Sociedade, economia, população, segurança, liberdade: são os elementos da nova governamentalidade. A governamentalidade está apoiada numa nova forma de gestão política e econômica. Neste novo momento, surgem práticas administrativas muito articuladas, configurando o movimento neoliberal do sistema capitalista. O neoliberalismo constitui uma mentalidade de governo e de gestão da vida cuja característica é primordialmente o interesse do capital, ao qual todos os demais elementos devem se submeter. A partir das contribuições elaboradas por Foucault,

buscou-se efetivar o rastreamento da correlação entre a governamentalidade capitalista e os processos de recepção dessas teorias nos governos brasileiros.

CONCLUSÃO

A governamentalidade e o capitalismo não são excludentes, mas aliados contemporâneos. A governamentalidade neoliberal atua como a racionalidade técnica e de poder que sustenta e expande o sistema capitalista. O objetivo deste trabalho é apresentar o conceito de governamentalidade em Michel Foucault, mapeando seu desdobramento do eixo do poder para o eixo do capitalismo moderno.

A presente pesquisa procurou rastrear os desdobramentos dos conceitos de neoliberalismo e governamentalidade em Michel Foucault, no sentido de pensá-los como um modelo de governança segundo o qual se produz no mundo contemporâneo uma governamentalização voltada para o cambiante fluxo dos indicadores econômicos responsáveis por estabelecer as regras do capitalismo.

Formulado pela primeira vez na 4ª aula do curso de *O nascimento da biopolítica*, o conceito de governamentalidade passa de um sentido historicamente determinado para um significado mais geral e abstrato. Ele serve, de fato, para renomear o regime de poder instaurado no século XVIII, que "tem por alvo principal a população, por principal forma de saber, a economia política e por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança", assim como o processo que levou "preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de 'governo' sobre todos os outros: soberania, disciplina" (Foucault, 2008, p. 531). Ele designa, portanto, um conjunto de elementos cuja gênese e cuja articulação são específicas da história ocidental.

É no curso *O nascimento da biopolítica* que Michel Foucault opera a crítica à razão de Estado a partir de um estudo sistemático sobre o nascimento do liberalismo na sociedade ocidental. Entretanto, Foucault (2008) não se mostra inclinado a pensar o liberalismo apenas como uma doutrina econômica, mas também como um estilo de vida. Foucault (2008) trata, portanto, de pensar as articulações entre essa nova modalidade de governo, inaugurada com o liberalismo no contexto de um novo regime de verdade e, para contextualizar tal modelo, ele procura explorar as nuances da governamentalidade como objeto privilegiado da criação de procedimentos de vigilância e controle muito mais sutis do que os existentes até então. No contexto do liberalismo, esses procedimentos são produto não dos economistas, mas da economia de mercado – entendida como um sistema econômico elaborado no seio do desenvolvimento do capitalismo que tem como premissa básica a centralidade do mercado na economia através da redução dos papéis exercidos pelo Estado. Trata-se, portanto, de uma

filiação dos ideais preconizados pelo liberalismo econômico, que apregoa o chamado Estado mínimo.

Procurou-se demonstrar que, no limiar do século XX, o sistema neoliberal capitalista consolidou sua posição hegemônica no cenário mundial, alterando fortemente os mecanismos de regulação da economia nacional e internacional, construindo um novo paradigma na esfera das relações internacionais, marcado pela complexidade na divisão do trabalho e expansão do comércio global. Do mesmo modo, o liberalismo clássico expandia suas raízes teóricas no corpo ideológico, político e econômico dos Estados modernos, encontrando no capitalismo seu braço forte para a propulsão da doutrina baseada na economia de mercado e livre concorrência.

Doravante, procuramos corroborar, amparado em acervo documental, a ingerência do Fundo Monetário Internacional na produção do novo regime concursal, oferecido em contrapartida aos empréstimos financeiros contraídos pelo Brasil junto ao citado organismo multilateral, em troca implementando no país rígidos ajustes estruturais na política macroeconômica e na legislação brasileira, notadamente voltados à liberalização do mercado e sobreposição do capital financeiro internacional.

A influência política e econômica exercida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, aproveitando a crise financeira dos ´países da América Latina, entre eles o Brasil, marca o início do neoliberalismo em solo brasileiro. É importante destacar a sintonia com os conceitos de Michel Foucault, nos quais “biopoder” é caracterizado pelo controle do Estado com relação à população, e a biopolítica é controle da população por mecanismo do poder, aparecem no Consenso de Washington, no qual o FMI e o Banco Mundial, com o objetivo de “ajudar”, impõem aos países da América Latina um documento reforçando como eles deveriam proceder na sua política e economia.

Apresentado como fórmula de modernização, o modelo de economia de mercado preconizado no Consenso de Washington constituiu, na realidade, uma receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial, caracterizado por empresas de pequeno porte e fornecedoras de produtos mais ou menos homogêneos. Tal modelo é o proposto por Adam Smith. Algo que a Inglaterra, pioneira da Revolução Industrial, pregaria para o uso das demais nações, mas que ela mesma não seguiria à risca. No Consenso de Washington, prega-se também uma economia de mercado que os próprios Estados Unidos tampouco praticaram ou praticam, além de ignorar completamente versões mais sofisticadas de capitalismo desenvolvidas na Europa continental e no Japão.

Porém, a influência neoliberal no Brasil aconteceu, de fato, na virada dos anos 1990, com o então presidente da República Fernando Collor. E mesmo as gestões dos governos do Partido dos Trabalhadores, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, seguiram a herança dos seus antecessores neoliberais, cumprindo à risca a agenda de "reformas" estabelecidas pelos organismos financeiros internacionais.

Durante o governo de Fernando Collor, como foi visto, houve influências das orientações do Banco Mundial: abertura comercial (1990); Plano Nacional de Desestatização (1990); renegociação da dívida externa (assinada em 1992); Plano Real (1994); quebra dos monopólios e restrição ao capital estrangeiro (1995) e Lei de Concessão de Serviços Públicos (1995), que foram fundamentais para realização das reformas orientadas para o mercado. As condições necessárias à renegociação da dívida impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países endividados foram a implantação de abertura comercial e a realização de um conjunto de reformas segundo suas proposições. Essas medidas marcam o início do neoliberalismo no Brasil.

O Governo Fernando Henrique Cardoso tornou possível o processo de radicalização do neoliberalismo no Brasil. Essa radicalização significou que as medidas transformaram o país em um local onde o grande capital internacional e o financeiro, especialmente, conseguiram remunerações altíssimas. Ocorreu intensa flexibilização das relações de trabalho, o que resultou no florescimento acentuado da informalização das ocupações e no aumento do desemprego.

O processo de radicalização neoliberal gerou um crescimento vertiginoso da dívida pública interna, o que forçou o Estado a reduzir seus gastos sociais para que o setor financeiro e o grande capital fossem remunerados adequadamente. A "financeirização*"* da economia, resultante dessa radicalização, produziu, entre outras coisas, o aumento da desigualdade social, a diminuição do investimento em educação, saúde, moradia, e gerou um processo de desindustrialização, reduzindo, inclusive, o investimento privado no setor produtivo.

Em 2002, a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) significava a vitória do desejo de mudança, no entanto, as práticas econômicas e a política do governo Lula foram, além de neoliberais, tão ortodoxas quanto as do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso. Com as reformas instituídas por esse governo, a base do Partido dos Trabalhadores (trabalhadores e sindicalistas) foi imensamente prejudicada, com a efetivação das reformas Sindical e Trabalhista anunciadas pelo governo de Lula.

Não se pode deixar de salientar que as pressões que a minoria burguesa financeira realizou, entre o final dos anos 80 e o início dos anos 90, pela extinção dos dispositivos

constitucionais que distinguiam a origem do capital das instituições financeiras, permitem não só indicar a adesão desse setor às teses neoliberais, mas também salientar a aliança deste com o capital imperialista – uma vez que a luta política do grande capital bancário e financeiro é a luta pela desregulamentação do sistema financeiro, o que prevê, de um lado, a não participação e a não regulação estatal desse sistema e, de outro, a abertura para a entrada de capital estrangeiro no país. O resultado é um processo de valorização dos capitais locais atrelado ao processo de valorização do capital externo.

O setor do campo político conservador mais interessado na aplicação integral do programa neoliberal é o representado pelo capital financeiro internacional. O processo de desregulamentação das economias dos países capitalistas periféricos, principalmente a abertura financeira, ofereceu novas oportunidades de investimento para esse setor. De modo geral, a aplicação do programa neoliberal favoreceu a ampliação dos rendimentos do capital financeiro internacional, em detrimento das outras frações de classe da burguesia, permitindo a essa fração exercer a hegemonia política na nova etapa do capitalismo. Já os setores subalternos, no campo conservador, que tiveram seus interesses feridos por alguns aspectos da política neoliberal, procuraram resistir a esse programa no que tange à defesa de seus interesses.

No neoliberalismo fala-se em “diminuir” o Estado para torná-lo mais eficiente. Porém, o que parece se pretender, na verdade, é reduzi-lo a níveis tão ínfimos que desorganizariam a máquina estatal e comprometeriam até mesmo a sua missão clássica de provedor de segurança contra ameaças internas à ordem pública ou externas à integridade territorial, bem como prover educação e saúde como garantia constitucional de direito social fundamental, o que é um dever fundamental do Estado.

As análises foucaultianas ofereceram importante instrumento teórico para o aprofundamento desta análise, decisivamente no que concerne aos aspectos relativos à implantação e manutenção de uma mentalidade econômica calcada em regime específico da veridicção. A economia de mercado deve dizer a verdade em relação à prática governamental. Para Foucault, a veridicção neoliberal é o regime de produção de verdade no qual o mercado e a racionalidade econômica se tornam os principais critérios para definir o que é verdadeiro, racional e legítimo na condução dos indivíduos e do governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. P. *Reformas neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso.* Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niteroi, 2010.

AUDIER, S.; JURGEN, R. *The Walter Lippmann Colloquium*: The Birth of Neo-Liberalism. Suíça: Editions Springer International Publishing, 2018.

BANCO MUNDIA. *Educación primaria*: documento de política del Banco Mundial. Washington, DC: Banco Mundial, 1992.

BANCO MUNDIAL. *Annual Report 1980*. Washington, DC: Banco Mundial, 1980a.

BANCO MUNDIAL. *Education: Sector Policy Paper*. Washington, DC: Banco Mundial, 1980b.

BANCO MUNDIAL. *Informe anual 1990*. Washington, DC: Banco Mundial, 1990.

BANCO MUNDIAL. *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil.* Grupo Banco Mundial, 2017. Disponível em: https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report. Acesso em: 01/08/2024.

BANCO MUNDIAL. *World Development Report*. Washington, DC: Banco Mundial, 1980c.

BATISTA JR., P. N.; RANGEL, A. S. A renegociação da dívida externa brasileira e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados. *Caderno Dívida Externa*, n. 7, PEDEX, São Paulo, 1994.

BATISTA JR., P. N. *O consenso de Washington*: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Editora cesp. 1994.

BATISTA JR., P. N.; RANGEL, A. S. O Brasil no Plano Brady: avaliação de alguns aspectos do acordo de 1994. *Indicadores Econômicos FEE*, p. 40-48, 1995

BELLUZZO, L. G & ALMEIDA, J. G. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real.* Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BIONDI, A. *O Brasil privatizado*: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

BNDES. *Programa Nacional de Desestatização: relatório de atividades.* Rio de Janeiro: BNDES, 1991-1999.

BRESSER, L. C. P. *Desenvolvimento e crise no Brasil*: história, economia e política de Getúlio Vargas a Luiz Inácio Lula. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRESSER, L. C. P. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise fiscal?. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 21, p. 3-23, 1991

CARCANHOLO, M. D. A década mais que perdida: vulnerabilidade e restrição externas no Brasil nos anos 90. *Economia-Ensaios*, v. 17(2)/ n. 18(1), p. 87-102, Uberlândia, jul.-dez, 2003.

CARVALHO, L. *A valsa brasileira*: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CEPAL. *Latin America and the Caribbean*: options to reduce the debt burden. UN: Santiago do Chile, 1990.

CONFIRA a íntegra do pronunciamento do ministro Palocci sobre o FMI. *Folha Online*, março de 2005. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u94812.shtml. Acesso em: 08/05/2026.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ENRICO, M. D. Crise política e capitalismo neoliberal no Brasil: a crise do governo Collor (1992). *V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

FERREIRA NETO, J. L. Foucault, Governamentalidade neoliberal e subjetivação. *Revista Psicologia: teoria e pesquisa*, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, v.35, e35, 2019. Disponível em https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35512. Acesso em 01/2026.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*: Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURNO, J.; ROSSI, P. *Economia para a transformação social.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária, 2023.

GIAMBIAGI, F. et al. (Org.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GÓES, W. *A conjuntura sócio-política e seus desdobramentos alternativos*. Brasília: Mimeo, 1987.

HAYEK, F. *O caminho da servidão*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

LIMA, J. B. As Relações do Brasil com o FMI na Gestão do Governo Lula. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro v. 23 n. 1, Jan/Jun 2013.

MACIEL, David. O Governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992): *Revista UFG*, a. XIII, nº 11, dezembro, 2011.

MADDISON, A. Brasil tem o crescimento mais rápido do PIB desde 1870. *Folha de São Paulo*, 27/10/1988: B-6.

MARIUTTI, E. B. O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos. *Texto para Discussão*, Unicamp. IE, Campinas, n. 415, ago. 2021. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD415.pdf. Acesso em: abr. 2024.

MARTUSCELLI, D. E. Crise política e capitalismo neoliberal no Brasil: a crise do governo Collor (1992). *V Congresso Latino-americano de Ciência Política*, Buenos Aires, 28 a 30 de julho de 2010.

MARX, Karl. *O Capital.* São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

MELLO, H. D. A. O Banco Mundial e a reforma educacional no Brasil: a convergência de agendas e o papel dos intelectuais. In: PEREIRA; J. M. M.; PRONKO, M. *A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

NOGUEIRA, F. M. G. *A ajuda externa para a educação brasileira na produção do mito do desenvolvimento da Usaid ao Bird*. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

NOUR, S. *A paz perpétua de Kant*: filosofia do direito internacional e das relações internacionais. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PORTELLA F., P. Plano Brady da Retórica à Realidade. *Esi. Econ.*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 55-105, jan./abr 1994.

QUINN, S. *Globalistas*: o fim do império e o nascimento do neoliberalismo. Florianópolis: Enunciado publicações, 2021.

RESENDE, H. Nascimento do Neoliberalismo na Educação Brasileira. *Dorsal. Revista de Estudios Foucaultianos*, n. 17, p. 107-120, p. 107-120, 2024.

REVEL, J. *Michel Foucault*: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. Desnacionalização e financeirização**:** um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). *Economia e Sociedade*, v. 28, p. 393-420, 2019.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. O Neoliberalismo no Governo Itamar Franco: Uma análise de sua política de privatizações. *Revista da sociedade brasileira de economia política*, n. 60. Maio/Agosto 2021.

SÁ, R. A. A radicalização do neoliberalismo e o crescimento da dívida pública interna no Governo FHC (1995-2002). *Élisée, Rev. Geo. UEG*, Anápolis, v.5, n.1, p.193-204, 2016.

SÁ, D. G.; REIS, J. R. F. Neoliberalismo e privatização na era Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: PEREIRA, I. B; DANTAS, A. V. (Org.). *Iniciação científica na educação profissional em saúde*: articulando trabalho, ciência e cultura, volume 4. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

SAAD, F.; MORAIS, L. *Brasil*: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Editora Boitempo, 2018).

SADER, E. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*: Lula e Dilma. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

SALLUM, B. J. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimento. *Tempo Social*, v. 11, n. 2, out. 1999.

SANTOS, E. A. C. *A economia do poder e o poder da economia*: neoliberalismo e governamentalidade em Foucault. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

SICSÚ, J.; MARINGONI, G. Avaliando o desempenho do PT e do governo Lula. Quem perdeu? Quem ganhou? In: PAULA, J. A. (Org.) *Adeus ao desenvolvimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SICSÚ, João. Definições, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 2 (21), p. 311-327, jul./dez. 2003.

SOLER, R. D. V.; VAZ, R. A.; RAASCH, P. T.; PACKER, L. N. K.; SILVA, M. A. P. *Michel Foucault, a educação e o neoliberalismo***.** SciELO Preprints, 2021. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2433. Acesso em: 4 Jan. 2026.

SOUZA, Juarez de. Críticas à construção de um Estado neoliberal no Brasil (1987-2002: 15 anos de profundas mudanças). *VII Congreso Internacional del Centro Latino americano de Administración para el Desarollo (CLAD) sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Panamá, p. 28-31 Oct. 2003.

SOUZA, P. R. *A revolução gerenciada*: educação no Brasil, 1995-2002. São Paulo: Editora Prentice Hall, 2005.

SOUZA, R. F. B. Foucault: o nascimento do liberalismo. *Revista Opinião Filosófica*, Porto Alegre, v. 03, nº. 01, 2012.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Editora Abril Cultura, 1983.

STEPHEN, L. Para além da província europeia: Foucault e o pós-colonialíssimo. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n. 34, p. 259-289, jul./dez. de 2013.

STIVAL, M. L. Governo e Poder em Foucault. *Trans/Form/Ação*, v. 39, n. 4, p.107-126, Out./Dez., 2016.

TELES são privatizadas por R$ 22 bi e ágio médio de 64%. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 de julho de 1998. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc30079802.htm. Acesso em: 08/05/2026.

TRISTÃO, E. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 104-128, jan./jun. 2011. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12684. Acesso em: 22/jun/2024.

VAZ, V. R. C.; MERLO, Edgard Monforte. O consenso de Washington no Brasil: estabilização conservadora e estagnação. *Revista Aurora*, v. 13, n. 1, p. 37-58, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.36311/1982-8004.2020.v13n1.p37-58. Acesso em: 09 out. 2025.

VIEIRA, Eurípedes Falcão. Planos nacionais de desenvolvimento. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: https://www.ihgrgs.org.br/artigos/membros/Euripedes%20Falc%C3%A3o%20Vieira%20-%20Planos%20Nacionais%20de%20Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.